Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 880
31 de Outubro de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** **– Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Apresentada a Comissão Nacional de Apoio à candidatura de Carlos Carvalhas

Uma intervenção necessária

Cerca de duzentas personalidades, entre as quais se contam dos mais prestigiados nomes da cultura, da arte, da ciência e destacados dirigentes políticos e sindicais integram a Comissão Nacional de Apoio à candidatura de Carlos Carvalhas.

Págs. 1 e 2/**Semana**

4.º Congresso Regional do PCP/Açores

Novo rumo, novos horizontes para uma região em mudança

Págs. 1 e 3/**Semana**

Governo ameaça retrocesso do Ensino Superior Público

Pág. 3 /**Semana**

Jovens Comunistas preparam Encontro Nacional

Pág. 9/**Semana**

Mortandade de peixes no Tejo

Vila Franca de Xira Câmara Municipal desmente Governo

Pág. 8/**Semana**

Nota da Comissão Política do PCP

1. A Comissão Política debateu as propostas de alteração à lei eleitoral das autarquias que estão a ser discutidas na Assembleia da República, confirmando a sua posição contra a fixação de limites máximos ao número de mandatos dos presidentes de câmaras e a favor da possibilidade de listas de grupos de cidadãos eleitores poderem apresentar-se às eleições municipais. Neste caso, porém, esta alteração deveria processar-se no quadro da revisão constitucional.

A Comissão Política reprova que o Governo e o PSD tenham avançado propostas de alteração à lei eleitoral das autarquias em matérias que deveriam ser consideradas no quadro da revisão constitucional, enquanto nada fez para reconsiderar matérias como os limites máximos das despesas eleitorais nas eleições autárquicas (hoje só se pode gastar 500$00 por candidato, o que corresponde a um convite à ausência prática de qualquer limite) ou para regulamentar a publicação de sondagens, de modo a acautelar o direito dos cidadãos a uma informação fidedigna, à semelhança do que acontece em muitos países da Europa. Estas omissões são tanto mais de reprovar quanto estão marcadas eleições presidenciais e previstas eleições legislativas e continuam a verificar-se, com frequência, eleições suplementares para órgãos autárquicos.

2. A Comissão Política examinou as propostas de alterações à lei das atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos, igualmente em debate hoje na Assembleia da República. Condena o significativo reforço dos poderes dos presidentes de câmaras e a diminuição real dos poderes das assembleias municipais, que não são compensados pela possibilidade de aprovar uma moção de censura inócua e sem consequências. Em alternativa, o PCP propõe a criação de melhores condições para a operacionalidade das câmaras, pondo termo à limitação do número máximo de vereadores a tempo inteiro;o reforço das juntas de freguesia, permitindo que em certas condições alguns dos seus membros possam exercer funções a tempo inteiro; maiores poderes às assembleias municipais, devolvendo-lhes o poder de aprovar as tarifas e de introduzir alterações aos orçamentos e reforçar os poderes de fiscalização, estabelecendo a obrigação de responder às questões colocadas num prazo máximo. Propõe igualmente que seja devolvida aos municípios a competência para licenciar grandes superfícies comerciais e espécies arbóreas de crescimento rápido (eucaliptos) que o Governo lhes retirou em 1989.

Estas propostas, confrontadas com as do Governo, confirmam o vivo contraste entre as orientações descentralizadoras do PCP e a política centralizadora e de deformação do funcionamento democrático das autarquias que caracteriza o PSD e o Governo.

3. A Comissão Política fez uma apreciação das linhas gerais do Orçamento do Estado para 1991, tendo verificado grandes diferenças entre a propaganda do Governo e o conteúdo efectivo da proposta governamental.

Assim, as receitas fiscais previstas pelo Governo, quer no âmbito dos impostos directos, quer no dos indirectos, crescem a uma taxa superior à da evolução do Produto Interno Bruto, significando um efectivo aumento do nível da fiscalidade (que passa de 32,7 para 33,8% do PIB). Por outro lado, mantém-se uma profunda distorção na estrutura das receitas fiscais, com um peso dos impostos indirectos duplo do dos impostos directos, o que penaliza as famílias de menores rendimentos.

A propaganda do Governo acerca da redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho mostra-se profundamente falaciosa. De facto, e por um lado, quando esse «desagravamento» existe ele é ridículo (por exemplo, um rendimento familiar de 90 mil escudos mensais tem um «benefício» de 300$00 anuais) e é mais do que consumido com o agravamento dos impostos indirectos. Por outro lado, é indesmentível que, por razões que o Governo não explica, para os rendimentos familiares entre os 175 e os 235 contos, a proposta do Governo implica um efectivo agravamento da carga fiscal em IRS.

Em contraste, a Comissão Política assinala, devido ao significado político da diferença de critérios, o efectivo desagravamento fiscal do imposto sobre os lucros (IRC), cuja taxa baixa de 36,5 para 36%.

No que respeita às despesas orçamentais chama-se desde já a atenção para a insuficiência das dotações para a Saúde e para a Educação, neste último caso pondo em causa o normal funcionamento da generalidade das escolas e lesando pesadamente o ensino superior. Manifesta insuficiência é igualmente visível nas dotações para despesas com pessoal (apenas mais 12%), o que significa que o Governo se propõe continuar a lesar os trabalhadores da Função Pública que, em termos médios e tendo em conta a inflação provável, teriam de novo uma diminuição real das suas remunerações.

No âmbito dos Investimentos do Plano, realça-se o facto de, com o congelamento de 10% da verba orçamentada que consta da proposta governamental, a evolução das dotações ser inferior à própria taxa de inflação apresentada pelo Governo, o que significa um decrescimento real dessas dotações. Exemplo preocupante é o relativo às despesas com habitação social para as camadas «insolventes» da população, cujo valor nominal se mantém em 4 milhões de contos.

A Comissão Política anuncia que o PCP vai apresentar no debate do Orçmento do Estado uma proposta de 180 milhões de contos de Fundo de Equilíbrio Financeiro, em vez dos 157,5 milhões que constam da proposta governamental e denuncia o facto de o Governo ter enviado à Assembleia da República e aos municípios as duas propostas diferentes de distribuição de verbas, pretendendo assim dividi-los e desviá-los da sua reivindicação fundamental.

4. A Comissão Política procedeu a uma primeira apreciação dos resultados da reunião de Roma do Conselho Europeu. Sem prejuízo de um maior aprofundamento em função das informações que serão hoje prestadas ao PCP pelo Primeiro Ministro, a Comissão Política protesta veementemente desde já por o Governo, em matéria de tão profunda relevância, ter optado por prestar informações depois de realizado o Conselho, em vez de ter ouvido os partidos e a Assembleia da República antes da sua realização. Persiste assim uma prática de governamentalização do processo de integração e de participação de Portugal na CEE.

A Comissão Política entende que a entrada na segunda fase da União Económica e Monetária será prejudicial para os países menos desenvolvidos da CEE, caso não sejam previamente preenchidas importantes condições para aproximar níveis de desenvolvimento e assegurar passos decisivos no caminho da coesão económica e social. As políticas do Governo a nível interno e os apoios da CEE, particularmente aos sectores mais carecidos de reestruturação, são neste momento nitidamente insuficientes para enfrentar as consequências do mercado interno e assegurar a aproximação dos níveis de desenvolvimento de Portugal e restantes países da CEE.

Em relação à entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu, o PCP considera que é necessário assegurar previamente a baixa do diferencial da inflação entre Portugal e os outros países-membros, bem como políticas sustentadas para manter nos anos seguintes essa redução da inflação. A entrada do escudo no SME no próximo ano que tem sido preconizada carece de credibilidade e implicaria grandes riscos caso não fossem asseguradas estas condições prévias.

Quanto à União Política Europeia o PCP preconiza, como o sublinhou o recente Encontro do PCP sobre a Independência Nacional, a exclusão do seu entendimento como estrutura de tipo federal e reprova qualquer orientação no sentido do controlo das decisões pelos países mais desenvolvidos com prejuízos para a soberania, a independência e os interesses dos países menos desenvolvidos.

5. A Comissão Política analisou os últimos desenvolvimentos relacionados com o chamado Acordo Económico e Social estabelecido entre o Governo, confederações patronais e UGT. A Comissão Política reafirmou o desacordo com importantes orientações nele contidas, na firme convicção de que são lesivas dos interesses e direitos dos trabalhadores, nomeadamente em matérias tão importantes como o insuficiente crescimento dos salários e prestações sociais, a não correspondência com as reivindicações no sentido da redução do horário de trabalho e a disponibilidade da organização do período de trabalho pelo patronato, os despedimentos, designadamente por «inadaptação» ao posto de trabalho, a criação de um «período experimental» com diminuição das garantias dos trabalhadores, a possibilidade de criação de mecanismos de arbitragem obrigatória, com diminuição do papel da contratação colectiva e da luta dos trabalhadores, etc..

A Comissão Política salienta ainda que, tratando-se de um problema de relevância política nacional, é não só um direito, como um dever do PCP, definir a sua posição, sem que isso signifique ingerência na autonomia e funcionamento democrático do movimento sindical.

A Comissão Política chama a atenção para a necessidade de os trabalhadores, o movimento sindical e as forças democráticas combaterem o aproveitamento eleitoralista que o PSD pretende fazer do Acordo, e desmascararem a afirmação de que a sua assinatura significa uma caução à política governamental.

A Comissão Política manifesta a sua solidariedade à CGTP-IN, aos trabalhadores e a todos os sectores sociais não ligados ao grande capital que, lesados pela política do Governo, têm levado a cabo acções de resistência e lutas reivindicativas.

6. A Comissão Política analisou as medidas anunciadas pelo Governo com grande aparato na passada 5ª feira em torno do chamado Dia Nacional da Desburocratização, considerando-as extremamente limitadas e insuficientes. É significativo, em particular que, sendo a centralização uma das grandes causas da burocracia, não se tenha verificado uma só medida descentralizadora. Não foram também tomadas medidas de consagração de uma administração aberta e de reforço sistemático dos direitos dos cidadãos. É significativa, igualmente, a marginalização dos trabalhadores da função pública e a ausência de acções para a sua motivação e reciclagem.

A Comissão Política insiste na urgente necessidade de uma reforma democrática da Administração Pública que consagre a sua transparência, a aproximação das populações, o controlo e participação dos cidadãos e a sua racionalização e modernização e denuncia estas operações como meramente cosméticas, inseridas na campanha eleitoral do PSD e na intensa instrumentalização e partidarização do Estado.

7. Apreciando os últimos desenvolvimentos da candidatura de Carlos Carvalhas (constituição e apresentação da Comissão Nacional de Apoio à candidatura, visita aos Açores), a Comissão Política do PCP salienta o significativo movimento de atenção, interesse e apoio que a sua intervenção e mensagem políticas estão a suscitar.

A par do indispensável apoio às iniciativas da pré-campanha da candidatura de Carlos Carvalhas e em correspondência com o intenso e diversificado conjunto de realizações e iniciativas programadas pelas organizações do Partido para os próximos meses, a Comissão Política salienta a grande importância de se assegurar um elevado nível de actividade em torno da defesa dos interesses dos trabalhadores e da população, de resistência e combate à negativa política e à demagogia do Governo do PSD e de prosseguimento e intensificação da apresentação das propostas do PCP para a solução dos problemas locais, regionais e nacionais.

30.10.90

A Comissão Política do CC do PCP

Editorial

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 880
31 de Outubro de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Razões e contexto de uma candidatura

A pré-campanha para as eleições presidenciais de 13 de Janeiro está praticamente aberta, com a apresentação e os primeiros actos públicos de quatro candidatos (compreendida a recandidatura do actual Presidente Mário Soares), entre eles Carlos Carvalhas, secretário geral-adjunto do PCP.

Outros poderão ainda surgir até à data limite de 14 de Dezembro, embora seja de excluir até lá grandes surpresas.

Para as organizações partidárias que as subscreveram ou apoiaram, torna-se evidente - para além das suas diferenças de concepção sobre a importância e a dignidade do acto eleitoral e do cargo - que as presidenciais são consideradas pela sua projecção nas legislativas que decidirão de facto da arrumação de forças em termos de Poder.

Mesmo para a direita governante, para o partido do governo, o PSD, que por táctica ou manifesta incapacidade de apresentar um dos seus «barões» decidiu na prática colar-se à candidatura de Mário Soares, designando mesmo para a respectiva comissão de apoio alguns dos seus membros mais qualificados, entre eles um secretário de Estado. É intenção declarada do seu chefe, Cavaco Silva, centrar os esforços principais na tentativa, que tudo indica votada ao insucesso, de reconquistar a maioria absoluta nas legislativas, em cuja «pré-campanha» está já empenhado, com toda a sua encenação demagógica, utilizando abusivamente as suas posições no Governo, os recursos financeiros e técnicos do Estado e do seu aparelho, subordinando a esse objectivo, mesmo em alguns casos com o atropelo dos interesses do País toda a sua política governativa.

O processo da pré-campanha e da campanha das presidenciais e da própria eleição do Presidente da República, desenvolve-se desde já num clima sobreaquecido da política portuguesa e da situação internacional.

No plano interno fervilham os problemas sociais, económicos, institucionais e políticos; no plano externo adensa-se a mais grave ameaça à paz depois da 2ª Guerra Mundial com a «crise do Golfo» e, num mundo onde se avolumam as dependências e as interdependências económicas e financeiras com toda a sua carga social, desenha-se uma nova recessão de dimensões e consequências ainda imprevisíveis.

No nosso País o movimento operário e popular, as forças democráticas, enfrentam uma conjuntura cheia de problemas, questões e desafios a que é necessário dar resposta e adequada solução, uma situação prenhe de dificuldades que é imperioso enfrentar e vencer com determinação.

Abruptas alterações na estrutura económica e no tecido empresarial, resultantes da ofensiva restauracionista dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado e da aceleração do processo de integração europeia;

Deslocamento dos centros de decisão da nossa economia para o exterior, para o império das grandes multinacionais, em resultado da impetuosa penetração do capital estrangeiro e do seu domínio sobre as nossas actividades mais rendosas, orientado para a conquista do lucro máximo e a máxima exploração dos nossos recursos naturais, produtivos e humanos;

Agravamento dos défices crónicos - do Orçamento de Estado, da Balança Comercial (542,5 milhões de contos nos primeiros oito meses de 1990 e com o agravamento do défice da Balança Alimentar), da Balança de Pagamentos;

Agravamento das condições de vida do povo, em particular dos trabalhadores; das injustiças da distribuição dos rendimentos e da carga fiscal; da política de preços e salários; da prestação de serviços sociais de grande impacto - saúde, habitação, ensino, transportes, etc.;

Acentuação do papel apendicular de Portugal no âmbito da Comunidade Europeia, das suas servidões, aos planos militares da NATO e do complexo militar-industrial dos Estados Unidos;

Novas agressões à Constituição da República e aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Algumas questões de maior actualidade nacional serão aqui abordadas: o processo de reprivatizações, o «Acordo Económico e Social», a nova investida do PSD contra a Lei Eleitoral para as Autarquias e as eleições para a Presidência da República.

O processo de reprivatização indiscriminada e febril do Sector Empresarial do Estado, com a alienação do capital estrangeiro de empresas públicas de grande projecção na economia e nas finanças do país e no nível do emprego dos trabalhadores portugueses, está destruindo o controlo público e nacional em sectores estratégicos e centros fulcrais de comando da vida económica nacional.

Novas reprivatizações foram calendarizadas ainda até ao fim deste ano e no início do próximo, de algumas das maiores empresas bancárias, de seguros, de indústrias-base de grande projecção no sector de alimentação e bebidas.

Estão neste caso, de imediato, a Centralcer, que tudo indica ir cair nas garras do Chase Manhatan Bank, os bancos Português do Atlântico, Totta & Açores e Pinto & Sotto Mayor, a Aliança Seguradora, a Cimpor e outras que poderiam constituir, no embate da criação do Mercado Único em 1992, um decisivo instrumento de soberania.

Cada vez mais as reprivatizações aceleradas das empresas públicas mais rentáveis, além do seu significado no processo de reconstituição e instalação de grandes grupos monopolistas, surgem como uma grande operação financeira destinada a prover de milhões de contos o «saco azul» do Governo neste período de eleições.

Só nas OPVs das empresas atrás referidas prevê-se que o Estado arrecade mais de 150 milhões de contos. E quando falamos em «saco azul» queremos de facto significar que a utilização de tão volumosas verbas escapa totalmente ao controlo público e da própria Assembleia da República com a possibilidade prática de a maioria parlamentar do Governo travar qualquer tentativa da oposição democrática de impor a fiscalização daqueles vastos recursos financeiros.

Como foi afirmado no recente Encontro do PCP sobre a Independência Nacional, é uma imperativa exigência de primeira grandeza que seja mantido o controlo público e nacional dos sectores estratégicos da nossa economia.

Pelas suas incidências no mundo do trabalho, um particular relevo deve ser dado ao chamado «Acordo Económico e Social» que, de facto, obteve o acordo de três dos parceiros sociais» do CPCS - a CIP, a UGT e a CCP - e o desacordo por motivos diametralmente opostos dos outros dois - a CGTP e a CAP.

A recusa da CGTP-IN de subscrever o «Acordo» e o fazer transitar para o plenário dos Sindicatos a decisão final, põe em destaque o carácter essencialmente democrático do movimento sindical unitário e da sua Central.

Por outro lado o sancionamento da imensa maioria dos participantes do Plenário da recusa a subscrever o «Acordo» pelo executivo da CGTP é um indicativo da elevada consciência política e de classe dos trabalhadores portugueses e da sua forte unidade. O facto de alguns sindicatos filiados na UGT terem repudiado a assinatura do «Acordo» por Torres Couto e os seus companheiros de delegação, que não cumpriram sequer os termos do acordo assente com a CGTP, criando mesmo situações de ruptura, é também indicativo do mesmo espírito de repúdio de cláusulas inaceitáveis.

As «concessões» do Governo no texto do «Acordo» são o fruto e a vitória de persistentes lutas e reclamações dos trabalhadores, de inúmeras greves parciais e de duas greves gerais dos últimos anos. A anuência do Governo PSD e de Cavaco Silva nesses pontos enquadra-se numa operação política de carácter abertamente eleitoralista, visando as eleições legislativas de 1991. Por outro lado o «Acordo» não tem força de Lei, como o Governo e o Pri-

meiro-Ministro procuram fazer crer. Qualquer novo Governo, mesmo o actual, o pode desrespeitar.

O Governo PSD e Cavaco Silva quiseram criar de novo um tecto salarial com base numa taxa fictícia de inflação e abaixo da alta efectiva dos preços. Tentar impor, mesmo apenas para o 1º trimestre de 1991, um crescimento apenas de 13,5 por cento dos salários quando nenhuma razão objectiva se pode admitir na presente conjuntura para uma diminuição da taxa de inflação, significaria de facto impor uma nova baixa dos salários reais.

A experiência do ano em curso é instrutiva: o Governo tentou impor tectos salariais de oito e nove por cento quando a taxa de inflação (homóloga) atingiu os 13,7 por cento. Só pela sua luta os trabalhadores conseguiram a elevação média dos salários em 16,5 por cento.

A reposição no «Acordo» da «inadaptação» do trabalhador ao posto de trabalho como justa causa de despedimento tem sido objecto da firme contestação dos trabalhadores, põe na verdade inteiramente ao arbítrio do patronato a possibilidade de atirar para o desemprego os «recalcitrantes», de despedir representantes e delegados legítimos dos trabalhadores e sindicatos.

Identicamente a «flexibilização» dos horários de trabalho anularia na prática as reduções agora expressas no «Acordo».

Ao subscrevê-lo, a UGT e pessoalmente Torres Couto, que proferiu ameaças de retaliação contra os discordantes da sua área, mostram a sua falta de seriedade nos compromissos assumidos e o seu colaboracionismo de classe.

E nas mesmas coordenadas de institucionalização inaceitável de disposições «legais» se inscrevem as cláusulas sobre a política de preços e rendimentos que aprofundariam o fosso entre os rendimentos do trabalho e do capital desfavoráveis aos trabalhadores.

A recusa da CGTP a subscrever o «Acordo» é uma prova da sua maturidade política como grande força social organizada dos trabalhadores.

Estes e outros problemas e questões justificam a apresentação de um candidato qualificado do PCP às eleições presidenciais e a Declaração inicial de Carlos Carvalhas de que a sua candidatura «se vincula claramente às aspirações das portuguesas e dos portugueses que justamente aspiram à construção em Portugal de uma democracia simultâneamente política, económica, social e cultural, fundada no trabalho, no bem-estar e na dignidade dos cidadãos».

Resumo

24
Quarta-feira

De visita a Portugal, o Presidente do Brasil, Collor de Melo, destaca no Porto a *importância de que se revestem as estruturas municipalistas na vida política de uma nação* ■ O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, encontra-se em Madrid com o seu homólogo espanhol, Felipe Gonzalez, acordando efectuar uma nova Cimeira Ibérica, no dia 5 de Dezembro, no Algarve ■ O PCP promove um debate na Assembleia da República sobre o estado das urgências hospitalares a viverem uma situação aterradora, facto que o ministro da Saúde não desmente ■ O dirigente do SITRA, José Brandão, afirma que este sindicato poderá deixar a UGT por esta organização ter assinado o acordo social com as confederações patronais e o Governo ■ O primeiro-ministro da Roménia, Petre Roman, desloca-se a Estrasburgo onde mantém um encontro com a secretária-geral do Conselho da Europa, Catherine Lalumiére ■ No Paquistão as eleições legislativas registam grandes níveis de abstenção, actos de violência que resultam em nove mortos e uma derrota da ex-primeira-ministra Benazir Bhutto que acusa o governo de ter efectuado uma *maciça e flagrante* fraude ■ As autoridades iraquianas permitem a saída do país e do anexado Kuwait de mais cidadãos estrangeiros ■ Em Israel as autoridades decidem isolar completamente os territórios árabes ocupados, afectando assim um milhão e meio de palestinianos.

25
Quinta-feira

Chegam a Lisboa 25 portugueses provenientes do Iraque depois de terem conseguido dos responsáveis daquele país a autorização de regresso a Portugal ■ A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira anuncia que vai accionar um processo-crime contra o secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, pelas suas afirmações sobre o caso dos peixes mortos no rio Tejo. A edilidade resolve também levar este caso de poluição ao Parlamento Europeu ■ Os participantes nas Primeiras Jornadas de Combate ao Alcoolismo e Drogas nas Forças Militares foram unânimes em considerar que a punição é o meio mais eficaz de controlo e dissuasão do alcoolismo e toxicodependência nos quartéis. No encontro não se divulgaram estatísticas mas afirmou-se que a droga afecta mais as camadas jovens e o alcoolismo as chefias militares ■ Alegando um reforço da presença militar iraquiana no Kuwait, os Estados Unidos admitem a hipótese de enviar mais forças militares para o Golfo ■ Três das principais milícias libanesas concordam em retirar-se de Beirute, no que constitui um dos pontos do plano de paz do governo.

26
Sexta-feira

É divulgada a constituição da Comissão Nacional de Apoio à Candidatura de Carlos Carvalhas à Presidência da República ■ Dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármores afirmam, em conferência de imprensa, que se registou o ano passado um aumento de 13 por cento nos acidentes de trabalho na construção civil ■ O Comité Central do MPLA aprova o princípio da revisão parcial da Constituição de Angola para a introdução do sistema multipartidário até ao próximo trimestre de 1991 ■ O presidente soviético Mikhail Gorbatchov visita oficialmente a Espanha onde é negociado um empréstimo espanhol à União Soviética.

27
Sábado

O III Congresso dos Advogados Portugueses manifesta *profunda preocupação pela proliferação das instituições universitárias que conferem licenciaturas em Direito sem se mostrarem garantidas as condições para tais cursos funcionarem com um mínimo de dignidade académica* ■ Cavaco Silva mantém um encontro com o primeiro-ministro italiano, Giulio Andreotti e o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, para discussão da entrada em vigor da segunda fase da União Monetária ■ Realiza-se a primeira reunião do Grupo de Prospectiva do Plano Estratégico para a Cidade de Lisboa, que até ao final do ano tem a responsabilidade de elaborar um relatório sobre as linhas de desenvolvimento da cidade a apresentar em sessão de Câmara em Janeiro de 1991 ■ A comissão de inquérito nomeada pelo governo israelita, após o massacre de 22 palestinianos em 8 de Outubro passado, entrega o seu relatório onde põe em causa os chefes da Polícia, não propondo no entanto qualquer tipo de sanções e atribuindo as responsabilidades do massacre a alegados fundamentalistas pertencentes ao movimento Fiéis do Monte do Templo. O primeiro-ministro israelita volta a negar a permissão de entrada no país de uma comissão de inquérito da ONU.

28
Domingo

Ao encerrar o 4.º Congresso Regional do PCP/Açores, Carlos Carvalhas defende a autonomia regional como um instrumento fundamental para o desenvolvimento ■ Um dirigente da Associação de Industriais da Construção de Edifícios afirma que a Caixa Geral de Depósitos atingiu no mês de Setembro os *plafonds* de concessão de crédito à habitação e construção destinados para este ano ■ O presidente da Finlândia, Mauno Koivisto, chega a Lisboa para uma visita oficial de três dias ■ Dois mil motociclistas percorrem ruas de Lisboa em protesto contra o *imposto de luxo* aplicado aos veículos de duas rodas de cilindradas superiores a 500 centímetros cúbicos ■ O Conselho Europeu reunido em Roma fixa a data de 1 de Janeiro de 1994 para o início da segunda fase da União Económica e Monetária da CEE. A Grã-Bretanha foi o único país a manifestar desacordo desta decisão ■ Mikhail Gorbatchov inicia uma visita oficial a Paris para conversações com François Mitterrand e a assinatura de um tratado de amizade entre os dois países.

29
Segunda-feira

Dados da Eurostat revelam que Portugal era o país com a taxa de pobreza mais elevada da CEE, em 1985 ■ Com 13 votos a favor e as abstenções de Cuba e do Iémen, o Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução (a décima) condenando o Iraque pela violação dos direitos humanos de koweitianos e reféns estrangeiros ■ Mikhail Gorbatchov, de visita a Paris, afirma que *qualquer opção militar para o Golfo é inaceitável* ■ Inicia-se em Genebra, sob o patrocínio da ONU, a Conferência Mundial sobre o Clima.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º –
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27
Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 23 575

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 880
31 de Outubro de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Declaração de Carlos Carvalhas na apresentação da Comissão Nacional de apoio

Uma candidatura diferente uma intervenção necessária

Na passada sexta-feira, num hotel de Lisboa, foi feita a apresentação pública da Comissão Nacional de apoio à candidatura de Carlos Carvalhas. Na sessão, além do secretário-geral adjunto do PCP (cuja intervenção publicamos nesta página), falaram ainda António Abreu, o mandatário nacional da candidatura comunista, e Manuel Gusmão, que integra a Comissão Nacional de apoio.

Caros amigos e camaradas

Um grande partido nacional, com real influência política, social, eleitoral e cultural, não poderia ficar à margem, não poderia deixar de intervir nesta importante batalha política que é a eleição do Presidente da República.

Como afirmei na minha primeira Declaração, a minha candidatura, reclamando-se dos grandes valores do regime democrático consagrados na Constituição, vincula-se claramente às aspirações das portuguesas e dos portugueses que justamente aspiram à construção em Portugal de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, fundada no trabalho, no bem-estar e na dignidade dos cidadãos.

Entendo, por isso, o vosso apoio e a vossa generosa disponibilidade como contributo, em termos de eleições presidenciais, ao grande debate de ideias, de propostas e soluções para os problemas com que se debatem os trabalhadores e para as grandes reformas que Portugal necessita. Como contributo à explicitação da concepção, estatuto e intervenção do que entendemos deverá ser o próximo mandato presidencial. Como empenho na democratização da cultura, no florescimento da criação cultural e no debate sobre as obrigações estaduais tendentes a assegurar a efectivação do direito à escola e o direito de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

O vosso apoio e a vossa activa solidariedade é de grande importância para a consecução de grandes orientações que a minha candidatura defende com toda a clareza: o desenvolvimento económico com a sua efectiva dimensão social e ambiental, a concretização de um largo conjunto de direitos sociais, o aprofundamento da democracia política representativa e participativa, a intervenção dinâmica de Portugal em favor da paz e de uma nova ordem económica e política mundial, a defesa da soberania e da independência nacional. Dar corpo a uma sociedade verdadeiramente livre, justa e democrática, uma República baseada na dignidade humana tal como estipula o primeiro artigo da Constituição, que o Presidente da República tem o dever de cumprir e de fazer cumprir.

Como se sabe, a minha candidatura não dará nenhuma contribuição para adensar esse autêntico mistério que, designadamente em épocas eleitorais, assola a vida política e se traduz no facto de, a avaliar pelo valor facial dos discursos, ninguém ser pelas injustiças sociais, pela concentração e ostentação da riqueza, pela resignação e pelo conformismo, de ninguém deter responsabilidades no exercício do poder e de toda a gente ser, simultaneamente, governo e oposição, ou coisa nenhuma.

Como se sabe, a minha candidatura também não se propõe fazer aquele jogo impudico de, por um lado, manifestar acordo com todo um violento processo de recomposição do poder económico e de privilégios (que são inevitavelmente factores de desequilíbrio na correlação das forças sociais) e, por outro lado, lamentar e protestar contra o agravamento das injustiças e desigualdades sociais, nesse espantoso exercício que consiste em promover, proteger e absolver as causas e clamar indignação perante os efeitos.

Como se sabe ainda, a candidatura do PCP, a minha candidatura, é completamente estranha a esse desajeitado bailado, que está em cena, de colagens politicamente indecorosas, de abrangências ilimitadas, de consensos cor-de-rosa, mas carecidos de alma, de energia e de fôlego.

Não vislumbramos «ondas de progresso» a percorrer o País, nem temos deste uma visão pessimista, miserabilista ou derrotista. Procuramos orientar a nossa intervenção por critérios de rigor e seriedade na análise de uma realidade complexa e diversificada, mas não esquecemos que são a insatisfação, o inconformismo e padrões exigentes de progresso, de democracia, de justiça e de avanço social que podem impulsionar a caminhada de trabalho e de esforço que é necessária para que Portugal vença os reais desafios que tem pela frente.

Contra a moda agora instituída, a minha candidatura não se apresenta como supra-partidária, mas quero sublinhar e garantir que não teme comparação com qualquer outra quanto a uma visão ampla das múltiplas energias, vontades e capacidades que a solução dos problemas nacionais requer e quanto ao esforço de compreensão e de entendimento de forças e personalidades democráticas que é indispensável para a alternativa.

Entendemos que Portugal necessita de uma estratégia nacional de desenvolvimento face ao Mercado Único e aos avanços da União Económica e Monetária e que, para essa estratégia, é imprescindível um sector empresarial do Estado dinâmico e reestruturado, contendo empresas básicas e estratégicas. Aliás, mesmo com a segunda revisão constitucional, são insusceptíveis de privatização as empresas situadas em sectores básicos da economia.

Entendemos que é necessário fazer entrar nos factos os valores consagrados e adquiridos da liberdade, igualdade, solidariedade e fraternidade, e novos valores que fazem parte do panorama cívico e cultural.

Entendemos que a realização efectiva da igualdade, consagrada na Constituição, entre homens e mulheres, em todos os domínios, tem de ter a sua tradução prática.

Entendemos ainda que, dos vários combates a travar, um se deverá dirigir necessariamente à juventude, refractária a discursos porque já ouviu de mais e que espera, em primeiro lugar, por um salário, por uma qualificação, por uma habitação, por um emprego estável e interessante.

Caros amigos e camaradas

A complexidade e a interdependência dos fenómenos apelam a uma reflexão cada vez mais aprofundada numa sociedade que aspira simultaneamente à mudança e à tranquilidade.

Respeito por todos os que fazem a vida e o trabalho da nação, fidelidade aos grandes valores democráticos, forte inspiração humanista, coragem, verticalidade, energia moral e profundo empenho político - tais são os valores e atitudes que consideramos indispensáveis para enfrentar os combates deste fim de século.

Com o vosso, com o nosso empenho, com a unidade e convergência dos democratas e patriotas, nestes anos 90 Portugal deve e tem de ser melhor!

Açores: 4.º Congresso Regional do PCP

Novo rumo, novos horizontes para uma região em mudança

Também na Região Autónoma dos Açores o PCP reforça a sua preparação para as batalhas políticas e ideológicas que se aproximam e para os grandes desafios do futuro. Esta é a ideia que qualquer observador atento ao 4º Congresso Regional do Partido, realizado no passado fim-de-semana no confortável auditório dos CTT em Ponta Delgada, terá retirado após os dois dias de debate vivo e dinâmico em que os perto de 100 delegados se envolveram, tendo como lema central «Para a mudança, um Partido necessário».

Atentamente seguido pela RTP/Açores, o 4º Congresso Regional do PCP aprovou dois documentos de destacada importância para o trabalho e a intervenção dos comunistas do arquipélago, a que oportunamente nos referiremos: a **resolução política** e o **Programa Regional do PCP**, enriquecido no decorrer do Congresso por diversas propostas dos delegados e intitulado «Açores, uma Região Autónoma portuguesa onde se viva em liberdade, onde se construa o progresso e onde se atinja a justiça social».

Ponto alto do Congresso foi igualmente a eleição, por unanimidade, da nova direcção regional, constituída por 23 elementos. Logo na sua primeira reunião de trabalho a DORAA elegeu os seus órgãos executivos e o seu coordenador, o camarada José Decq Mota, de 41 anos, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido, que abriu e encerrou os trabalhos do 4º Congresso.

A eleição da DORAA fez-se por voto de braço no ar, por opção dos delegados. Em votação realizada anteriormente apenas 4 delegados se pronunciaram pelo voto secreto.

A exposição da situação regional e da actividade desenvolvida, a discussão das propostas relativas aos documentos em debate e a eleição do organismo dirigente foram os pontos da ordem de trabalhos aprovada. Na sessão de encerramento, para além do coordenador da

(Continua na pág. 3)

Contos da Clandestinidade Maria Luisa Costa Dias

edições Avante!

CRIANÇAS EMERGEM DA SOMBRA

À VENDA

a Talhe de FOICE

Aberturas

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva deslocou-se a Espanha para inaugurar a «Semana de Portugal em Madrid» e, entre almoços e visitas, encontros e conferências, produziu diversas pérolas de oratória em nome de todos nós.

Uma, falando do «novo Portugal, país a caminho da modernidade e empresarialmente agressivo, que queremos mostrar aos nossos parceiros espanhóis», pretendia convencer patrões de ambos os países que os negócios luso-espanhóis vão de vento em popa e só falta que «nuestros hermanos» conheçam melhor os nossos produtos para os comprarem.

Considerando que, pelo lado português, o conhecimento dos produtos espanhóis é tanto que a generalidade dos nossos cidadãos já fala umas coisas de castelhano só pelo contacto diário com a leitura de instruções — sejam dum brinquedo ou de um automóvel, de um frigorífico ou de umas pilhas para o rádio, sem falar na fruta e nos gelados, que ainda se consomem sem grandes explicações — o que falta, de facto, é que os espanhóis «conheçam melhor os nossos produtos» para poderem querer comprá-los.

Mas se os espanhóis não conhecem os produtos portugueses, tal não significa que ignorem o nosso País e as nossas potencialidades, como diria Cavaco Silva, se se lembrasse disso. Aliás conhecem-nos com um pormenor que, muitas vezes, ultrapassa o dos nossos governantes e empresários.

A ponto de nos comprarem cinemas e edifícios classificados, ruas e bairros, quintas e Bancos e todo o género de património que, tranquilamente, os nossos poderes públicos e privados vão alienando em favor do grande parceiro peninsular.

Valha-nos isso! O máximo que nos pode acontecer é acabarmos a consumir produtos espanhóis feitos em Portugal, por portugueses e com toda a incorporação nacional; talvez nessa altura a Espanha, finalmente, conheça os «nossos» produtos e os importe... E a coisa não deve demorar muito, a fazer fé noutra afirmação de Cavaco Silva que, ao constatar que «o investimento directo em Portugal, proveniente da Espanha, atingiu no ano passado mais de 13 000 milhões de pesetas» (o quádruplo do valor registado no ano anterior), considerou também «as vantagens de um maior interesse do investimento espanhol pelos sectores industriais, sobretudo os que trabalham para a exportação, de preferência constituindo *joint-ventures* com empresas portuguesas».

Apesar deste quadro avassalador, onde o investimento e os produtos espanhóis nos entram por todos os lados **e mais** um (talvez o de cima, tanto faz), Cavaco Silva ainda considerou necessário afirmar o seu horror ao proteccionismo alfandegário, especificando: «O Primeiro-Ministro de um país com a tradição de abertura ao exterior como Portugal, não poderia ter outra atitude».

Ora aberturas há muitas, como diria o outro, mas como o nosso Primeiro invocou a que fez tradição nas cabeças governantes deste País, o caso é grave.

Quer se fale da fidalguia de 1383, que se abriu tanto ao exterior que Castela entrou Portugal dentro em carga de cavalaria, quer se invoque os dirigentes de 1580, cuja abertura já foi suficiente para uma instalação de 60 anos dos ditos castelhanos.

Ou (para fugir a analogias óbvias), quer se recorde a «velha aliança» com a Inglaterra — que tão bem soube saquear o nosso País — quer se fale das «aberturas» de Salazar ao eixo nazi-fascista e ao que de mais reaccionário mexia no mundo — e que transformou Portugal num pária europeu.

Na verdade a «abertura ao exterior» da classe dirigente nacional não é tradição que se apresente a ninguém — e muito menos aos portugueses.

A grande abertura ao exterior dos portugueses mede-se por continentes e povos, tem o tamanho do planeta, daqui sempre saiu e aqui sempre volta deixando marcas que a humanidade vai guardando com respeito, ao longo dos séculos e das gerações.

Apesar das classes dirigentes do País, a quem este povo das sete partidas mais cedo ou mais tarde sempre apeia, em rompantes de efectiva «abertura ao exterior».
E cortando as «semanadas» aos Primeiros-Ministros.

■ H C

PCP

Comissão Nacional de apoio à candidatura de Carlos Carvalhas

Considerando necessário que as próximas eleições presidenciais incorporem um grande debate nacional sobre os problemas que afectam a sociedade portuguesa, as perspectivas e desafios que enfrenta nos próximos anos num mundo em mudança profunda;

considerando indispensável uma reflexão sobre o estatuto e a função do órgão de soberania Presidente da República na perspectiva de que no próximo mandato presidencial seja assegurada a sua adequada intervenção e projecção na vida política;

partilhando da esperança e da vontade de construir uma alternativa, de uma viragem democrática na vida nacional; valorizando a candidatura de Carlos Carvalhas o património actuante da revolução de Abril e dos grandes valores do regime democrático consagrado na Constituição de que se reclama, e o seu vínculo à aspiração e ao processo de construção em Portugal de uma democracia simultaneamente política, económica social e cultural, aberta para as muações e os enriquecimentos que o devir histórico exigir;

os signatários entendem exprimir o seu apoio a esta candidatura.

Abílio Dias Fernandes — economista, presidente da CM de Évora e membro do Comité Central do PCP; **Alda Maria F.G. Nepomuceno** — professora; **Alberto Andrade** — bancário; **Alberto Vilaça** — advogado; **Albino L. de Araújo Mendo** — arquitecto; **Alcina Bastos** — advogada; **Alda Cristina M. Silva** — estudante do secundário; **Alfredo Casais Baptista** — engenheiro civil; **Alfredo Casal Ribeiro** — engenheiro técnico, vereador; **Alice Vieira** — escritora e jornalista; **Álvaro Cunhal** — secretário-geral do PCP; **Álvaro Ferreira Alves** — médico; **Álvaro Perdigão** — pintor; **Álvaro Salazar** — músico; **Ana Paula Coelho** — estudante, deputada e membro do CC do PCP; **Aníbal G. B. Simões** — advogado; **António Andrez** — membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP; **António Assunção** — actor; **António Avelãs Nunes** — professor universitário; **António Caniceiro** — comerciante, membro da Comissão Nacional da ID; **António Dias Lourenço** — membro do Comité Central do PCP, director do «Avante!»; **António Gervásio** — membro da CEN do CC do PCP; **António Gonçalves** — engenheiro, dirigente da ID; **António J. Mesquita Rodrigues** — médico; **António J.S. Matos** — professor, vereador; **António Lopes** — membro da CEN do CC do PCP; **António Macedo Varela** — advogado; **António Murteira** — membro da CEN do CC do PCP; **António Pacheco Maduro** — operário metalúrgico; **António Rosa Coutinho** — almirante; **Armando de Castro** — historiador, professor universitário; **Armando Lima Afonso Branco** — bancário; **Armando Pereira da Silva** — jornalista; **Artur Ramos** — realizador; **Augusto Figueiredo** — professor, dirigente sindical; **Bernardina Sebastião** — membro da CEN do CC do PCP; **Blasco Hugo Fernandes** — engenheiro agrónomo, dirigente da ID; **Brito Apolónia** — engenheiro; **Canto e Castro** — actor; **Carlos Brito** — membro da Comissão Política do CC do PCP, presidente do Grupo Parlamentar; **Carlos Cidade** — empregado de escritório, dirigente sindical; **Carlos Costa** — membro da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC do PCP; **Carlos Luís Figueira** — membro da CEN do CC do PCP; **Carlos Paredes** — músico; **Carlos Trincão Marques** — advogado, presidente da AM de Torres Novas; **Carlos Vale** — comerciante; **Casimiro Menezes** — médico; **Cílio Pereira Correia** — médico; **Claudina Amélia M. Rodrigues** — professora universitária, investigadora; **Correia da Fonseca** — crítico de televisão; **Cristina Rocha Neto** — trabalhadora da Função Pública, dirigente sindical; **Daniel Reis Branco** — engenheiro, presidente da CM de Vila Franca de Xira e vice-presidente da ANMP e membro do CC do PCP; **Diamantino Miranda** — desportista; **Diamantino Guerreiro Silva** — serralheiro mecânico, dirigente sindical e vereador; **Domingos Abrantes** — membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP; **Domingos Bezerra** — engenheiro; **Eduardo Moradas Ferreira** — médico; **Emídio Ribeiro** — membro da CEN do CC do PCP; **Emílio Peres** — médico; **Ercília Talhadas** — operária química, dirigente sindical; **Eufrázio Filipe** — gestor de recursos humanos, presidente da CM do Seixal e presidente da AM do Distrito de Setúbal, membro do CC do PCP; **Ezequiel Lino** — bancário, presidente da CM de Sesimbra; **Fernando Amaro** — empregado da Hotelaria, dirigente sindical, membro do CC do PCP; **Fernando Azeredo Pais** — médico; **Fernando Conceição S. Lourinho** — médico; **Fernando Jorge S. Pires** — engenheiro; **Fernando Lopes Graça** — maestro e compositor; **Fernando Manuel Algarvio** — estudante; **Fernando Oliveira** — profissional de seguros, dirigente sindical; **Fernando Proença** — medidor orçamentista; **Fernando Rodrigues** — comerciante, dirigente associativo; **Fernando Silveira Ramos** — advogado; **Florival Lança** — operário, dirigente sindical; **Francisca Crespo** — professora; **Francisco do Ó Pacheco** — bancário, presidente da CM de Sines; **Francisco Melo** — editor; **Gil Teixeira Lopes** — pintor; **Gonçalo Fagundes Meira** — agente de métodos; **Guilherme Raposo de Moura** — advogado; **Hélder Madeira** — empregado de escritório, presidente da AM do Barreiro e membro do CC do PCP; **Helena Bastos** — professora universitária, do CC do PCP; **Helena Neves** — jornalista, do CC do PCP; **Helena Serôdio** — professora universitária; **Herberto Goulart** — economista, dirigente da ID; **Ilda Figueiredo** — professora, deputada; **Inês Fontinha** — socióloga; **Isabel Pires de Lima** — professora universitária; **Jaime Mendes** — médico; **Jerónimo Sousa** — operário metalúrgico, deputado, do CC do PCP; **João Amaral** — jurista, deputado e presidente da AM de Lisboa, do CC do PCP; **João António A. Frazão** — trabalhador-estudante; **João Barros Duarte** — bancário, presidente da CM da Marinha Grande; **João Bizarro** — empresário agrícola; **João Corregedor da Fonseca** — jornalista, deputado, dirigente da ID; **João José Pinheiro** — metalúrgico; **João Luís Madeira Lopes** — advogado; **João Pacheco Gonçalves** — trabalhador de serviços informáticos e dirigente sindical; **João Sarabando** — publicista; **João Silva** — operário, dirigente sindical; **João Torrinhas Paulo** — operário, dirigente sindical, do CC do PCP; **Joaquim Almeida da Silva** — metalúrgico, dirigente sindical; **Joaquim Carlos C. Tavares** — operário, do CC do PCP; **Joaquim J. Faria Pereira** — engenheiro; **Joaquim Miranda da Silva** — economista, deputado do PE, do CC do PCP; **Jorge Araújo** — membro da Comissão Política do CC do PCP; **Jorge Bombas Amador** — operário; **Jorge Miguez Araújo** — professor, treinador de basquetebol; **José Manuel Amaro** — advogado; **José Alberto Figueiredo** — engenheiro; **José Barata Moura** — professor universitário; **José Barros Moura** — jurista, deputado do PE; **José Casanova** — membro da Comissão Política do CC do PCP; **José de Deus** — professor, presidente da CM de Vila do Bispo; **José Decq Mota** — membro da CEN do CC do PCP; **José Delgado Martins** — advogado; **José E. Linhares de Castro** — professor e dirigente sindical; **José Emílio da Silva** — coronel de Engenharia na reserva; **José Fernandes de Lemos** — técnico de contas; **José Figueira** — empregado de escritório, dirigente sindical; **José J. Coutinho de Carvalho** — professor, presidente da AM de Odemira; **José J. Muñoz Frade** — médico, presidente da CM de Beja; **José Luís de Sousa** — empregado, vereador; **José M. Carreira Marques** — técnico de contas, presidente da AM de Beja; **José Manuel Lucas** — engenheiro agrónomo; **José Manuel Maia** — serralheiro mecânico, deputado, vice-presidente da AR, do CC do PCP; **José Manuel Mendes** — escritor, deputado; **José Manuel Salavisa** — comissário de bordo; **José Mendes Morais** — advogado; **José Morgado** — professor universitário; **José Revez** — trabalhador da Administração Local, dirigente sindical; **José Saramago** — escritor; **Leonel Nunes** — empregado da Hotelaria e dirigente sindical; **Lino Lima** — advogado; **Ludgero Pinto Basto** — médico; **Luís Carlos Decq Mota** — médico; **Luís Catarino** — advogado, dirigente da ID; **Luís E. da Fonseca Sousa** — advogado; **Luís Manuel C. Nogueira** — professor; **Luís Monteiro Baptista** — médico; **Luís Oliveira Dias** — engenheiro, vereador, do CC do PCP; **Luís Peixoto** — médico, vereador; **Luís Sá** — membro da Comissão Política do CC do PCP; **Luísa Maria O.C. Nisa** — desenhadora, presidente da CM de Fronteira; **Manuel A. Guedes Pereira** — trabalhador da Função Pública e comerciante; **Manuel Almeida** — metalúrgico, dirigente sindical; **Manuel Barbosa da Silva** — empregado de escritório, deputado; **Manuel Carvalho da Silva** — coordenador da CGTP-IN; **Manuel da Fonseca** — escritor; **Manuel Freitas** — dirigente sindical, do CC do PCP; **Manuel Gusmão** — professor universitário, do CC do PCP; **Manuel Martins da Costa** — advogado, vereador; **Manuel Sobral** — membro da CEN do CC do PCP; **Manuel Vieira Mendes** — engenheiro, dirigente sindical; **Manuela Esteves** — professora, do CC do PCP; **Margarida Tengarrinha** — professora; **Maria Amélia Pardal** — licenciada em História; **Maria Cecília Sevivas** — médica, dirigente sindical; **Maria do Céu E. Ferreiras** — dirigente sindical; **Maria do Loreto Maia** — engenheira silvicultora; **Maria Emília de Sousa** — empregada de escritório, presidente da CM de Almada; **Maria Eugénia P. Ferreira** — médica, presidente da AM de Alter do Chão; **Maria Gabriela de Figueiredo** — professora universitária; **Maria Helena Rocha** — empregada de escritório, vice-presidente da ANAFRE; **Maria Manuela Silva** — professora; **Maria Merlinde** — médica, dirigente sindical; **Mário Alberto** — cenógrafo; **Mário Barradas** — encenador; **Mário Castrim** — escritor e jornalista; **Mário Castrim** — escritor e jornalista; **Mário David Soares** — professor, dirigente sindical; **Mário Jacques** — actor e encenador, dirigente sindical; **Mário Nogueira** — professor, dirigente sindical; **Mário Teles** — gerente bancário; **Miguel Urbano Rodrigues** — jornalista, deputado; **Nuno Tito de Morais** — estudante, director dos «Cadernos Politika»; **Octávio Pato** — membro do Secretariado e da CCCQ do CC do PCP; **Octávio Teixeira** — membro da Comissão Política do CC do PCP; **Orlando Almeida** — engenheiro, presidente da CM da Amadora; **Orlando Leitão** — médico; **Óscar Jordão Pires** — advogado; **Óscar Lopes** — escritor, professor universitário, do CC do PCP; **Paulo Sucena** — professor, dirigente sindical; **Paulo Valadão** — médico veterinário, deputado da Assembleia Regional dos Açores; **Pedro Canário** — gestor, presidente da CM do Barreiro; **Pedro Santos Maia** — professor; **Raquel Maria** — actriz; **Raul de Castro** — advogado, deputado, dirigente da ID; **Rogério Amaral** — pintor; **Rogério Fernandes** — professor; **Rogério Paulo** — actor; **Rogério Ribeiro** — pintor, do CC do PCP; **Romeu Correia** — escritor; **Rui Godinho** — engenheiro, vereador; **Rui Paixão** — operário metalúrgico, dirigente sindical; **Rui Pinhão** — médico e professor universitário; **Rui Tadeu** — professor; **Sérgio Carrinho** — empregado de escritório, presidente da CM da Chamusca; **Sérgio Martins** — médico; **Sérgio Ribeiro** — economista, deputado do PE; **Teófilo Marques da Silva** — professor; **Teresa Villaverde Cabral** — realizadora; **Tomás Santos Maia** — artista plástico; **Túlio Espanca** — historiógrafo; **Urbano Tavares Rodrigues** — escritor e professor universitário; **Valério Capaz** — médico, presidente da AM de Coruche; **Vasco Gonçalves** — general; **Vasco Paiva** — membro da CEN do CC do PCP;**Vicente Merendas** — operário metalúrgico; **Virgílio Cardoso Alves** — professor universitário; **Virgílio Domingues — escultor; Virgílio Martinho** — dramaturgo; **Virgínia Moura** — engenheira; **Vítor Branco** — editor; **Vítor Costa** — professor, deputado; **Vítor Dias** — membro da Comissão Política do CC do PCP; **Vítor Madeira** — treinador de futebol; **Vítor Ranita** — metalúrgico, dirigente sindical; **Zilda Carvalho** — investigadora.

PCP

Açores: 4.° Congresso Regional do PCP

Novo rumo, novos horizontes para uma região em mudança

(Continuação da pág. 1)

DORAA, interveio o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato às eleições presidenciais de 13 de Janeiro.

Evidenciando uma profunda ligação aos problemas regionais e às aspirações populares, o 4º Congresso Regional do PCP registou, da parte de vários delegados, intervenções de especial significado, nomeadamente sobre agricultura e pecuária, juventude e política juvenil, eleições regionais de 1992 e os actos eleitorais de 1991, a situação laboral e o trabalho sindical.

Aguardada com grande expectativa, designadamente pelos órgãos de comunicação social, foi a intervenção do deputado comunista na Assembleia Legislativa Regional, Paulo Valadão. O dirigente do PCP/Açores não ficou pelo balanço do trabalho e das perspectivas da representação parlamentar do Partido. Falou do «modo atribulado e caricato» como, por responsabilidade do PSD, terminou na noite anterior ao início do 4º Congresso, o trabalho da Comissão Eventual de Inquérito à «Zofran», que investigou anomalias, má gestão e actos de corrupção verificados na empresa, a qual tem participação da Região no seu capital social, e em que estão implicadas diversas figuras gradas do PSD, incluindo o Secretário Regional da Economia.

Para além da resolução política e do Programa Regional do PCP, outro material que merecerá uma abordagem em próxima edição do «Avante!» é a expressiva intervenção de José Decq Mota na abertura do Congresso. O dirigente comunista falou das grandes questões da actualidade regional, da actividade, do papel e das propostas do PCP, mostrando com objectividade que a Região necessita com urgência de uma **mudança** e que para essa mudança a contribuição do PCP, embora seja uma força política pequena, teve, tem e terá um papel importante.

■ *JPO*

«Nos Açores as estruturas sindicais existentes que orientam a sua acção pelos princípios da unidade desempenham um papel de enorme importância, pela forma de agir dos seus dirigentes, na diversidade da representação sectorial e, sobretudo, na sua acção em torno de objectivos e reivindicações comuns ao conjunto dos trabalhadores.

A criação das uniões de sindicatos da Horta e de São Miguel e Santa Maria veio reforçar ainda mais essa unidade, na sequência do aparecimento da União dos Sindicatos de Angra.»

Paulo Jorge Bernardo, membro da DORAA

«Por nossa iniciativa, a Assembleia Legislativa Regional aprovou a criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude, o qual irá contribuir para que os jovens participem cada vez mais activamente na vida política e social da região e se pronunciem sobre todas as questões que digam respeito à juventude.»

Paulo Valadão, deputado regional, membro da DORAA

«Forças políticas diversas, cidadãos independentes, movimentos de opinião de vário tipo, participando cada qual com a força que detém, introduzindo cada um a sua perspectiva própria, envolvendo assim, de forma plural e aberta, capacidades e vontades muito variadas, poderão conseguir, num espaço de tempo curto, fazer recuar o absolutismo do PSD/Açores.»

José Decq Mota, coordenador da DORAA, membro da CEN do CC

«O primeiro factor que nos aponta para o contínuo agravamento da vida dos jovens é a grande percentagem dos que continuam a emigrar, provocando o envelhecimento de localidades da nossa região.»

Luciana Lopes, da Direcção Nacional da JCP, coordenadora regional da JCP/Açores

«A bovinicultura, virada principalmente para a produção leiteira, com a produção de carne a aumentar, encontra nesta região condições naturais muito favoráveis. Produz-se anualmente, só na Região, 230 milhões de litros de leite, sendo a produção média anual de cada vaca leiteira de 3303 litros, contra 2982 litros no Continente. Mesmo assim, a produtividade na Região é 40 por cento mais baixa que a produtividade média da CEE.»

Paulo Macedo, membro da DORAA

«Conseguir manter o lugar de deputado conquistado nas Flores, recuperar o lugar de deputado perdido em São Miguel e, se possível, obter mandatos noutros círculos eleitorais da ilha significará ascender à condição de Grupo Parlamentar do PCP, o qual, com certeza, dará o seu mais empenhado contributo para a criação de um poder regional capaz de fazer uma política nova e melhor que a actual.»

Artur Afonso, membro da DORAA (sobre as eleições regionais de 1992)

Carlos Carvalhas na Região Autónoma dos Açores

«A minha candidatura não vem ressuscitar a fórmula retrógrada da AD, nem posturas e convívios políticos tributários do *Bloco Central*, que não deixaram saudades aos portugueses; antes se insere na perpectiva mais promissora do diálogo, da cooperação e do entendimento das forças democráticas, que são condição essencial para fundamentar uma política de progresso e uma viragem na política nacional» - afirmou Carlos Carvalhas na sessão de encerramento do 4º Congresso Regional do PCP/Açores, na tarde do passado domingo, em Ponta Delgada.

O secretário-geral adjunto do Partido e candidato ás presidenciais de Janeiro de 1991 regressa hoje a Lisboa, depois de uma visita de cinco dias ao arquipélago. Para além de ter participado no 4º Congresso Regional do PCP e em diversas iniciativas promovidas pelas organizações, Carlos Carvalhas, acompanhado do coordenador da DORAA, José Decq Mota, avistou-se em São Miguel com o presidente do Governo Regional, Mota Amaral, e depois, na Terceira, com o Presidente da Assembleia Regional, Reis Leite, e o Ministro da República, general Rocha Vieira.

Na parte final da sua visita a esta região autónoma - visita em que também participou o camarada Jorge Gouveia Monteiro, da Comissão Executiva Nacional do CC - o candidato do Partido deslocou-se à cidade da Horta, para onde estava marcada uma conferência de imprensa com o objectivo de apresentar os objectivos da candidatura presidencial e uma declaração de Carlos Carvalhas sobre o sistema constitucional da autonomia.

Autonomia regional e unidade nacional

A este tema já Carlos Carvalhas dedicara especial atenção no encerramento do Congresso Regional do PCP, afirmando que «a autonomia regional, realização da revolução de Abril, está intrinsecamente relacionada com outros conceitos fundamentais: a unidade nacional, a preservação da integridade territorial, a coesão económica e social do todo nacional».

«A autonomia regional - defendeu ainda o secretário-geral adjunto do Partido- deverá ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento, deverá proporcionar uma administração ao serviço das populações insulares para a melhoria do seu nível de vida, uma participação mais directa e mais próxima dos cidadão. A autonomia regional, para prosseguir os seus objectivos, pressupõe a cooperação entre os órgãos de soberania e os órgãos próprios das regiões; o respeito pela legalidade democrática e o aprofundamento da democracia a todos os níveis; a participação activa e criadora dos trabalhadores no processo de desenvolvimento regional; uma efectiva solidariedade nacional; um governo e uma política regional ao serviço das populações insulares».

Mais adiante, Carlos Carvalhas chamaria a atenção dos delegados, convidados e representantes da comunicação social presentes no auditório dos CTT para as «soluções de equilíbrio e compromisso e os passos em frente dados no reforço das autonomias regionais consagradas na segunda revisão constitucional», que «traduziram não só a negação do retrocesso centralista, como a negação da autonomia progressiva que, no limite, implicaria a ruptura com a integridade do território nacional e a unidade do Estado».

O dirigente comunista sublinhou que «esta nossa luta é indissociável da batalha firme e coerente pela completa democratização do funcionamento do sistema autonómico. É bom que se entenda que a descentralização não deve acabar nos órgãos regionais, deve prosseguir destes para o poder local, para as organizações sociais e económicas, para todos os açorianos».

Alternativa é prioridade

A questão da alternativa democrática ao «actual absolutismo do PSD/Açores» esteve no centro do debate do 4º Congresso dos comunistas dos Açores. Carlos Carvalhas recordou que esta questão «ganha viabilidade à medida que alastra o descontentamento entre sectores sociais importantes, à medida que tal poder absoluto soma contradições internas e perde posições, como ficou bem expresso nas eleições autárquicas de 1989» e precisou alguns aspectos da sua concretização.

«Em relação à construção da alternativa democrática - afirmou -, o PCP defende uma convergência muito ampla de forças políticas, cidadãos independentes, movimentos de opinião, no pleno respeito pela identidade e características de cada força. Não se trata, quanto a nós, de esperar simplesmente que o jogo eleitoral se arrume de forma favorável. Nem, muito menos, de substituir a actual *carapaça* partidária por uma nova *carapaça* bipolarizadora, que se traduziria numa mera substituição temporária de pessoas e impediria uma mudança real da política regional».

A alternativa democrática na região tem assim - disse o secretário-geral adjunto do PCP - «um conteúdo que corresponde às grandes prioridades de uma nova política para os Açores:

- **no campo económico**, a tomada de medidas que possibilitem o integral aproveitamento das grandes potencialidades agro-pecuárias e piscatórias, e estimulem o desenvolvimento diversificado de outros sectores; a obtenção de garantias reais face à criação do Mercado Único em 1993;
- **no campo social**, a resolução dos gravíssimos problemas de habitação, saúde e segurança social, e o combate à pobreza e ao sub-emprego são objectivos essenciais de uma política de progresso e de bem-estar, que rejeite a fatalidade da emigração;
- **no campo da educação e da cultura**, uma política assente nas potencialidades da região, que promova a criação a a fruição generalizada da cultura, que rasgue novas perspectivas de trabalho e realização pessoal para os jovens;
- **no plano institucional**, a viragem para uma autêntica descentralização, para o reforço do poder local e a promoção da participação dos cidadãos e das suas associações no planeamento, na definição e execução das políticas regionais;
- **no plano financeiro**, a defesa de um novo relacionamento com o Estado, assente na solidariedade nacional e no esforço de desenvolvimento correcto das assimetrias entre as regiões de Portugal, o que exige critérios objectivos de financiamento e o seu conhecimento antecipado, a participação da região na elaboração do plano.

Governo ameaça retrocesso do Ensino Superior Público

1. Os elementos constantes do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para 1991, apresentados pelo Governo à Assembleia da República como parte integrante da proposta de Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano, apontam claramente para um grave retrocesso na concretização dos projectos de desenvolvimento em curso no ensino superior.

De facto, enquanto as previsões, aprovadas pela Assembleia da República (AR), constantes do PIDDAC de 90 relativamente ao de 91 apontavam para um investimento do OE de aproximadamente 32,2 milhões de contos em programas de desenvolvimento do ensino superior (20,3 milhões no ensino universitário e 11,8 milhões no ensino politécnico), as dotações efectivamente inscritas para o próximo ano correspondem apenas a cerca de 10,4 milhões de contos (4,0 milhões para o ensino universitário, 3,6 milhões para o ensino politécnico e 2,8 milhões para o «Programa de incentivos ao ensino superior»). Isto é, **menos cerca de 22 milhões de contos** ou, dito de outra forma, apenas um terço do que estava previsto para programas de desenvolvimento do ensino superior.

Referem-se, a título de exemplo, as gritantes situações da Universidade de Lisboa (que em relação à previsão aprovada na AR de 2 milhões 392 mil contos, o Governo apenas propõe 420 mil contos), da Universidade de Coimbra (que dos 2 milhões 665 mil contos que estava previsto receber apenas são propostos 250 mil), da Universidade do Porto (em que os 2 milhões 779 mil contos previstos são reduzidos a 720 mil na proposta do Governo), da Universidade de Évora (que vê um milhão e doze mil contos transformarem-se em 85 mil contos na proposta oficial), da Universidade Técnica de Lisboa (dos 2 milhões 773 mil contos previstos apenas é proposto receber 700 mil), da Universidade da Beira Interior (que vê um milhão e 33 mil contos reduzidos a 151 mil), da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (que vê 774 mil contos transformados na proposta quase simbólica de 25 mil contos).

A mesma sanha desinvestidora atinge o ensino politécnico. O Politécnico de Lisboa vê 3 milhões 190 mil contos previstos pela AR transformarem-se em 104 mil contos e o Politécnico do Porto, dos 959 mil contos previstos o Governo propõe no Orçamento apenas 15 mil.

2. O PCP considera esta situação com grande preocupação.

Em sentido inverso a todas as declarações e promessas demagógicas dos responsáveis pela Educação, o Orçamento proposto traduz o propósito político do Governo PSD de asfixiar o Ensino Superior Público em Portugal e de provocar a sua estagnação e retrocesso.

A não serem rectificadas as verbas propostas no PIDDAC de 91 de acordo com as previsões aprovadas pela AR há um ano é de prever a acentuação das dificuldades no ensino superior, com efeitos extremamente negativos em relação à qualidade do ensino e à possibilidade do nosso País, a nível sobretudo da formação de recursos humanos e do desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica, enfrentar os desafios ditados pela plena integração nas Comunidades Europeias.

Pela sua parte o PCP assegura, a quantos leccionam, estudam e desenvolvem a sua actividade nas universidades e institutos politécnicos, assim como à opinião pública em geral, que irá intervir activamente no sentido de serem repostas condições que podem ser consideradas mínimas no que toca à resolução de graves carências e comprometedores atrasos com que se debate o Ensino Superior Público em Portugal.

26 de Outubro de 1990

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP

PCP

Sábado em Aveiro com a participação de Carlos Carvalhas

Jornada de Reflexão sobre Desenvolvimento Integrado

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, candidato à Presidência da República e deputado na Assembleia da República, estará presente e intervirá nos trabalhos na Jornada de Reflexão sobre Desenvolvimento Integrado do Distrito de Aveiro, no próximo sábado.

A Jornada de Reflexão, da responsabilidade da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, decorrerá no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, a partir das 10H00. Nela participarão também, entre outros, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, Joaquim Miranda da Silva, membro do CC do PCP, deputado do PCP no Parlamento Europeu e Lino de Carvalho, membro do CC do PCP, deputado do PCP na AR.

Esta iniciativa tem como objectivo essencial aprofundar a discussão sobre a realidade distrital contribuindo para a elaboração de propostas de solução para os problemas, e de igual modo, para a melhoria da ligação entre o trabalho parlamentar (Assembleia da República e Parlamento Europeu), a realidade da região e a actividade do PCP no distrito.

A Jornada de Reflexão é uma iniciativa pública aberta à participação dos interessados, independentemente de serem ou não militantes do PCP. Essa participação inclui a possibilidade de intervenção nos debates e a de proferir comunicações.

A DORAV do PCP formulou convites para participação na Jornada a um conjunto diversificado de personalidades e instituições do distrito, «na convicção da necessidade de um debate, alargado e sem preconceitos, sobre a realidade da nossa região e sobre as perspectivas do seu futuro — a dois anos do Mercado Único e no limiar de uma nova década».

Boletins das organizações

Informar, esclarecer mobilizar

Conscientes da necessidade vital de informar, esclarecer e mobilizar, numerosas organizações do PCP prosseguem um esforço significativo para que, com a regularidade possível, os seus boletins cheguem às mãos dos militantes.

Hoje, chamamos a atenção dos leitores do «Avante!» para **«O Solidário»**, boletim de organização do PCP nas empresas da zona oriental de Lisboa, e para o boletim **Emigração**, edição da Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP.

Emigração em seminário

No seu número de Outubro aquele último boletim destaca na primeira página o **seminário** sobre **a degradação social e novas formas de emigração** que o PCP irá realizar brevemente, referindo a propósito:

«A intensificação da política de direita do actual Governo do PSD Cavaco Silva visa a privatização de todos os sectores fundamentais da economia portuguesa, designadamente dos sectores industrial e bancário. Leva à liquidação da Reforma Agrária. Institucionaliza novas e mais gravosas formas de exploração dos trabalhadores.

«Esta política insere-se na perspectiva da entrega ao grande capital nacional e estrangeiro das principais alavancas da economia portuguesa.

«A constante degradação social é uma consequência directa desta política: acentuam-se as desigualdades sociais e agravam-se as injustiças, acentuam-se os contrastes entre a pobreza de parte importante da população e as manifestações de opulência e o enriquecimento fácil de alguns.

«É cada vez maior o número de homens, mulheres e jovens que se vêem forçados a emigrar.

«Desde longa data que a emigração tem um grande peso na sociedade portuguesa. Fenómeno este que se agravou nos anos 50 até início dos anos 70 e cujas causas são inerentes ao regime fascista deposto em 25 de Abril de 1974: desemprego, miséria e exploração desenfreada, guerra colonial, levaram à saída dos campos e das cidades do nosso país, milhares de trabalhadores que procuravam nos países desenvolvidos melhores condições de vida.

«Com o 25 de Abril os emigrantes acalentaram a esperança de um rápido regresso ao país. Sonho esse que os sucessivos governos de direita têm feito desvanecer.

O SOLIDÁRIO

BOLETIM DA ORGANIZAÇÃO DO PCP NAS EMPRESAS DA ZONA ORIENTAL DE LISBOA — OUTUBRO 1990 — Nº4

MÁXIMO DE 40 HORAS POR SEMANA
OBJECTIVO IMEDIATO NA LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

«O carácter anti-social e explorador da força de trabalho de que é notório a precarização e generalizada instabilidade dos empregos tem provocado um crescimento acentuado de saídas de trabalhadores para o estrangeiro, na maior parte dos casos em situações bastante precárias.

«Esta situação assume formas bem visíveis em países da CEE, onde o capitalismo se aproveita das indefinições da lei para impor aos emigrantes salários e condições sociais muito abaixo das existentes nos países em causa.

«Para o PCP uma política de defesa dos emigrantes tem de assentar numa política democrática de desenvolvimento económico em função dos interesses nacionais.»

Desenvolvimento integrado na Península de Setúbal

Conferência Regional na Costa da Caparica

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, vai realizar-se no próximo dia **10 de Novembro** uma Conferência Regional do PCP sobre «O Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal». A iniciativa decorrerá no edifício «Varandas do Atlântico», na Costa da Caparica.

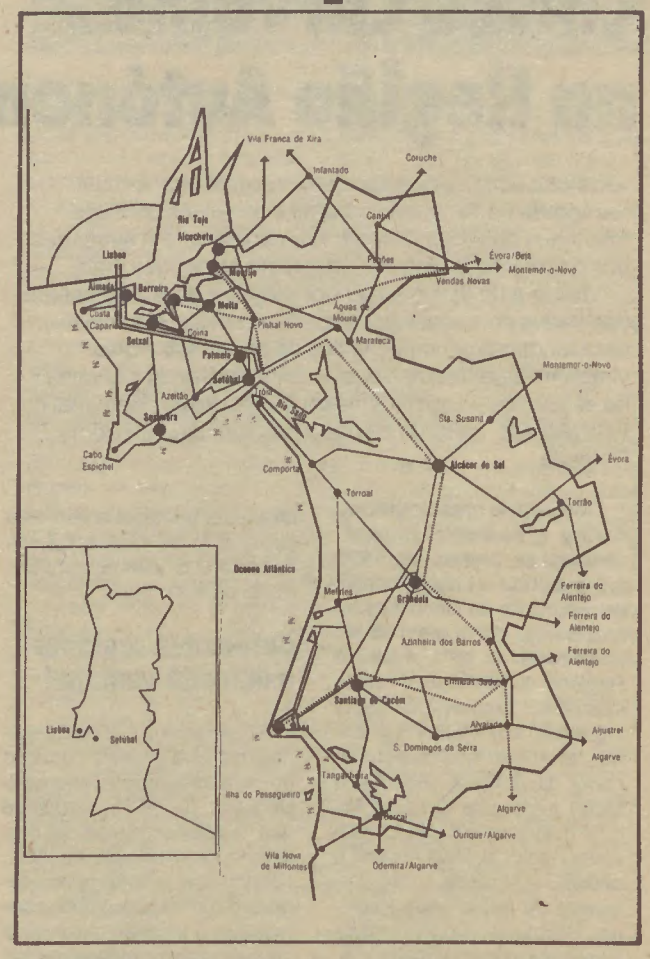
Com esta iniciativa, a DORS do PCP pretende promover uma abordagem social e humana do desenvolvimento e apresentar e debater as suas propostas para o desenvolvimento integrado da Península.

A Conferência proporcionará um diálogo aberto e enriquecedor de modo a aprofundar o conhecimento das características, problemas e potencialidades da Península de Setúbal e das suas gentes.

A iniciativa funcionará com 3 painéis:

- **Painel I** — Desenvolvimento económico, transportes e acessibilidades
- **Painel II** — Desenvolvimento sociocultural
- **Painel III** — Ambiente e qualidade de vida

Entre outras presenças, a Conferência contará com as participações de Manuel Sobral (da Comissão Executiva Nacional do PCP); Carlos Humberto (do Comité Central e DORS do PCP); Eufrázio Filipe (Presidente da Câmara Municipal do Seixal e da Ass. dos Municípios do Distrito de Seúbal); Hélder Madeira (Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro); Odete Santos (deputada e vereadora da Câmara Municipal de Setúbal); José Luís Pereira (Presidente da Câmara da Moita) e Carlos Sousa (vereador da Câmara Municipal de Palmela).



Iniciativa é com os comunistas

Não há agenda que resista...

Um pouco por todo o País as iniciativas do PCP enchem os calendários, mobilizam os militantes, comprovam a profunda ligação do Partido aos problemas e às realidades. O distrito de Setúbal não é excepção. Do diversificado conjunto de actividades marcadas para **Novembro**, atente-se nestes exemplos:

- **3 de Novembro** — Encontro de Quadros sobre o Sector Empresarial do Estado; Jornadas sobre o Litoral Alentejano.
- **10 de Novembro** — Conferência Regional sobre o Desenvolvimento da Península de Setúbal.
- **17 de Novembro** — Encontro de Dirigentes Comunistas das Colectividades do Distrito.
- **24 de Novembro** — Iniciativa sobre a defesa do Parque Natural da Arrábida.

Para Dezembro está marcada a **3.ª Assembleia da Organização Regional do Partido** — ORS (dia 8). No primeiro fim-de-semana do mês natalício terá lugar a assembleia do sector sindical.

SOURE

Assembleia em Dezembro

Um pouco por todo o País as organizações concelhias do PCP preparam as respectivas assembleias, reuniões magnas e soberanas, espaços vivos de discussão, expressão da vida democrática do Partido, que se pretende, naturalmente, reforçar nas suas mais variadas componentes.

Na região centro, os comunistas do concelho de **Soure** também preparam a sua Assembleia, já convocada para **Dezembro**. Para além da eleição do órgão dirigente — a Comissão Concelhia — a Assembleia aprovará orientações e objectivos de trabalho, tendo presente a ligação às populações e às realidades do concelho. Ligação que se relaciona, entre outros factores, com a capacidade e a iniciativa dos eleitos e activistas da CDU, que nos próximos meses vão estar empenhados no lançamento de um conjunto de acções de esclarecimento e prestação de contas do trabalho realizado nas autarquias de Soure, neste primeiro ano do actual mandato.

Água imprópria para consumo

A propósito da realidade concelhia e da acção dos eleitos da CDU refira-se a atenção permanente dispensada, por exemplo, à «lamentável situação que hoje ocorre nas freguesias de **Alfarelos** e **Soure**» devido à péssima qualidade da água fornecida às populações. De uma discussão recentemente desenvolvida na Assembleia Municipal, surgiram dados preocupantes:

«Num total de 132 recolhas de água para análise, realizadas pelas Autoridades Sanitárias do Concelho, em diversas localidades, apenas 52 manifestaram resultados positivos, **o que representa 60% de água imprópria para consumo»**, como refere ao «Avante!» a Concelhia local do PCP.

PCP

Calamidade social iminente

DORBraga exige plano de emergência para o vale do Ave

É com plena consciência e responsabilidade que a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP afirma que se avizinha uma situação de calamidade social e que tal situação exige o estudo e preparação de um verdadeiro plano de emergência, não só para o distrito, mas extensivo a todo o vale do Ave. Ao lançarem este alerta, em recente conferência de imprensa, os camaradas da DORBraga forneceram larga informação sobre os problemas sociais na região, e anunciaram que vão promover uma campanha de sensibilização junto das populações, enquanto a 23, 24 e 25 de Novembro se realizam no distrito as jornadas legislativas do Partido.

A direcção regional do PCP, que na sua reunião de 13 de Outubro analisou a situação social no distrito, afirma que esta evolui para um quadro de **extrema gravidade**, em particular nos aspectos económico e social, **com negras perspectivas para o desenvolvimento regional e para a vida de importantes sectores da população**, os trabalhadores em primeiro lugar.

As responsabilidades são imputadas, em primeiro lugar, à **política económica do Governo**, que está **subordinada a uma estratégia de restauração monopolista, no plano interno, e às orientações e interesses dos grandes grupos nacionais e transnacionais, no que respeita à condução da política de integração na CEE.**

Dados esclarecedores

Na conferência de imprensa foram divulgadas informações das organizações sindicais que, embora não sejam apresentadas como resultado de um levantamento exaustivo, mostram exemplos esclarecedores de como os sinais de crise se vão avolumando.

Nos concelhos de Guimarães, Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão e Fafe, só relativamente ao **sector têxtil**, há já empresas falidas, como a Lopes Correia. Mas, além dessas, há 24 empresas com salários em atraso, com pagamento de salários sem pontualidade, ou com dívidas aos trabalhadores; há mais de uma dezena de empresas com a laboração reduzida, com paragens por falta de matéria-prima, com secções inteiras encerradas; há despedimentos parciais em 8 empresas (entre as quais a Coelima); há pelo menos uma dezena de empresas encerradas, com ou sem processo de falência em curso.

Quanto ao sector do **calçado**, só no concelho de Guimarães houve 3 falências desde o fim de 1989; há uma empresa que está em processo de recuperação e outra que efectuou uma redução drástica do pessoal, encontrando-se à beira de um processo de credores.

Esta situação — afirma a DORBraga do PCP — degrada-se dia a dia. **Com o aumento das situações de falência, prevê-se que 3 mil postos de trabalho estejam em risco a curto prazo; nos próximos três anos o número de empregos em perigo passará os 10 mil.**

Os trabalhadores em risco de ir para o desemprego, a curto prazo, podem ser ainda mais, em consequência de casos de crise noutros sectores da indústria transformadora, como a **construção civil** (especialmente no que respeita à habitação) e a **metalurgia** (com redução de laboração e encerramento de empresas).

Também na **agricultura** e entre os agricultores crescem as preocupações: enquanto os factores de produção encarecem cada vez mais, baixam os preços ao produtor da carne e do milho, o vinho continua a ser pago ao produtor a preços baixos, prevê-se uma descida do preço do leite na produção.

Diversas acções de protesto expressam o descontentamento dos agricultores. Mas, defende a DORBraga, as reivindicações não podem limitar-se à demissão do ministro, devem incluir a exigência de uma política que dinamize o sector, combata o nosso défice agrícola e trave a ruína dos pequenos e médios agricultores.

É preciso mais do que promessas

Se tal situação é considerada pelos comunistas de Braga como grave, são gravíssimas e elucidativas as atitudes de certas autoridades do distrito, empresários, e associações patronais que, secundando o Governo, ou minimizam a crise, ou se limitam a considerá-la um resultado inevitável da selecção dos melhores e uma exigência do progresso, **assumindo perante ela a mesma passividade e indiferença com que se assiste à acção da lei da selva entre os irracionais**, sem se mostrarem preocupados em apresentar medidas ou propostas de intervenção.

O Governo e os ministros passeiam promessas nas suas digressões pelo distrito. Mas é cada vez mais claro que, excluindo os intuitos propagandísticos, o executivo do PSD tem para oferecer aos trabalhadores **uma mão cheia de nada**, afirma a DORBraga, lembrando o exemplo da Operação Integrada de Desenvolvimento para o vale do Ave: segundo a propaganda, haveria 120 milhões de contos para esta OID, que afinal acabou por ficar reduzida a 17 milhões.

Outra inquietante manifestação da incapacidade do Governo para responder aos problemas do têxtil, ou do seu desprezo pelo sector e pelos seus trabalhadores — refere a direcção regional do PCP — foi o facto, recentemente revelado por Carlos Carvalhas, de há mais de um ano o Governo não usar a possibilidade de obter fundos comunitários para aquela indústria **só porque ainda não fez um inquérito à sua situação. Inquérito esse que seria financiado pela própria Comunidade!**

Da parte do Governo, alertam os camaradas de Braga, estão a ser preparadas **medidas demagógicas e avulsas** para iludir a situação, travar momentaneamente o deflagrar dos seus efeitos mais graves e conter a explosão do descontentamento social. Mas, a prosseguir esta política, continuarão por resolver os problemas de fundo. Referindo concretamente o que já era conhecido da proposta de Orçamento de Estado para 1991, a DORBraga do PCP afirma haver motivos para ainda maior preocupação.

Na conferência de imprensa a Direcção da Organização Regional de Braga informou que está a estudar medidas concretas a propor para a resolução dos graves problemas económicos e sociais do distrito. Vai ainda levar a cabo uma campanha de sensibilização da opinião pública. A 23, 24 e 25 de Novembro realizam-se as jornadas legislativas distritais.

Responsabilidades do patronato

Responsabilizando em primeiro lugar a política e o Governo de Cavaco Silva e do PSD pela grave situação económica e social no distrito de Braga e no vale do Ave, a direcção regional do PCP acusa também o patronato de ter **grandes responsabilidades.**

É que os patrões, afirmam os comunistas bracarenses, **salvo raras excepções, têm fomentado e utilizado a própria crise para promover o seu mais rápido enriquecimento, impondo crescentes e pesadíssimos sacrifícios aos trabalhadores.** Em concreto, a DOR Braga refere os **salários baixíssimos** que são ali praticados, as **inúmeras situações de atraso ou de não pagamento** de salários, as **violações dos direitos** dos trabalhadores, a proibição de actividades sindicais, a repressão, a **exploração de mão-de-obra infantil**, o trabalho **clandestino e precário**, a par da **utilização fraudulenta de subsídios** e apoios estatais ou comunitários, da **fuga ao investimento** e da **descapitalização deliberada** de empresas, levando-as à falência e ao encerramento.

Este é, comenta a direcção regional do Partido, um **elucidativo exemplo de acção concertada dos dois agentes para a *concertação social*, segundo os conceitos patronal e governamental.**

Uns ganham com a crise...

Os ostensivos carros de luxo e outros sinais exteriores de riqueza na região reflectem uma situação imoral, a que, exige o PCP, uma forte denúncia pública deve obrigar a pôr termo: **os patrões**, alegando dificuldades para, com a cumplicidade do Governo, fugir ao cumprimento das suas obrigações para com os trabalhadores e para com a Segurança Social (as dívidas no distrito são hoje de cerca de 19 milhões de contos!), **saem sempre pela porta alta da crise**, que os trabalhadores e famílias inteiras pagam amargamente.

Notas do Gabinete de Imprensa

Desburocratização e direito à justiça

O Gabinete de Imprensa do PCP comentou a recente condenação do Estado português pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e denunciou os objectivos claramente eleitoralistas do «Dia Nacional da Desburocratização». Publicamos na íntegra as notas distribuídas à comunicação social.

Haja justiça!

1. A condenação do Estado português pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem devido a os tribunais portugueses terem violado o direito à justiça em prazo razoável, vem confirmar a justeza dos alertas oportunamente lançados pelo PCP.

No caso concreto, um cidadão esperou oito anos por uma sentença condenatória de um agressor. Mas, longe de ser excepcional, este caso é apenas um exemplo de uma justiça morosa, burocratizada, distante dos cidadãos, que dificilmente a ela têm acesso, como a magistratura aliás vem denunciando.

2. Perante o grave problema da justiça em Portugal, o Governo tem-se limitado a algumas acções dispersas e inconsequentes, sem efeitos práticos de fundo e dirigidas sobretudo a retirar efeitos propagandísticos em período pré-eleitoral. É o que se passa com as medidas que serão anunciadas pelo Ministério da Justiça a propósito do Dia Nacional da Desburocratização.

3. O PCP prosseguirá a sua acção a favor de verdadeiras medidas de democratização das estruturas de justiça e de racionalização e celeridade do seu funcionamento, para que deixem assim de ser ofendidos direitos básicos dos cidadãos.

24/10/90

O Gabinete de Imprensa do PCP

Um dia em dez anos

1. O Governo do PSD preparou para o dia 25 de Outubro um conjunto de acções, de cunho e intenção claramente eleitoral, a que chamou «Dia Nacional da Desburocratização».

Longe de se inserirem numa actuação consequente, estas acções contrariam a prática e orientações dominantes do Governo, e em particular do PSD, que está no poder consecutivamente há mais de dez anos e, portanto, tem responsabilidades decisivas na situação existente.

Com razão se afirma que, para um Dia Nacional de Desburocratização, há 364 dias de burocracia, neste caso multiplicados por dez anos.

2. Longe de ser uma questão técnica, dependente da maior ou menor habilidade dos governos, a burocracia é parte integrante do modo como a direita concebe o Estado e a Administração Pública. Trata-se de uma consequência natural e inevitável do autoritarismo, da centralização e concentração, da falta de transparência e secretismo, da carência de mecanismos de participação dos cidadãos e das suas organizações, da desmotivação e denegação de direitos dos trabalhadores da função pública, de partidarização e instrumentalização da máquina administrativa. A burocracia é o campo ideal para proliferar a corrupção e o tráfico de influências e para proteger os interesses de classes e camadas privilegiadas, de que o PSD tem sido agente.

Compreende-se assim que, apesar das palavras, o PSD não tenha efectivamente combatido a burocracia ao longo dos anos em que esteve no Governo nem o faça agora, apesar das medidas dispersas e inconsequentes que anuncia para este «Dia Nacional da Desburocratização».

3. Em contraste com a política de direita, o PCP, em coerência com as posições e iniciativas legislativas que tem apresentado ao longo dos anos, propõe designadamente:

— o cumprimento das normas constitucionais que estabelecem uma administração aberta e o reforço efectivo dos direitos dos cidadãos, com particular atenção aos prazos e fundamentação efectiva das decisões, à participação e à qualidade, prontidão e personalização do atendimento;

— o avanço de um programa sério de descentralização e reforço do Poder Local, pondo termo à política de corte de verbas e imposição de encargos sem contrapartidas;

— o avanço efectivo da regionalização, realizando eleições regionais em 1991 onde houver consenso acerca das áreas regionais;

— a racionalização de circuitos administrativos, pondo termo à inútil teia de formalismos, à descoordenação entre serviços, à extrema morosidade das decisões;

— a mudança de mentalidades, atitude e métodos, através de acções de formação e reciclagem que devem abranger o próprio pessoal dirigente;

— a democratização do processo administrativo, assegurando a participação dos trabalhadores e desenvolvendo acções de motivação, não apenas no plano remuneratório e de melhoria das condições de trabalho, mas também comprovando a utilidade das tarefas realizadas, pondo termo às múltiplas situações de subaproveitamento de técnicos e outros trabalhadores, de encomenda de tarefas inúteis e rotineiras, de recurso a critérios subjectivos de avaliação, valorização e promoção;

— a execução prática de diplomas que consagram a análise de funções dos trabalhadores, eliminando as inúteis e rotineiras.

4. Longe de dar a imagem da eficácia do Governo, o «Dia Nacional da Desburocratização» legitima um juízo severo sobre a sua actuação, também na área administrativa, e confirma a necessidade de uma alternativa democrática que viabilize outra orientação e outra política.

25/10/90

O Gabinete de Imprensa do PCP

Assembleia da República

JORNADAS LEGISLATIVAS DA MADEIRA

Problemas e carências passadas a pente fino

No âmbito das «Jornadas Legislativas» da Madeira, deslocaram-se recentemente ao Funchal os deputados comunistas Octávio Teixeira, Odete Santos e Júlio Antunes. Realizadas no quadro da colaboração que tem vindo a ser desenvolvida entre a Direcção da Organização do PCP na Região Autónoma da Madeira e o Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República, estas Jornadas tiveram em vista a concretização de iniciativas legislativas que permitam ultrapassar e resolver problemas e carências com incidência naquela região, cuja solução, total ou parcialmente, dependa dos órgãos de soberania, designadamente da Assembleia da República e do Governo central.

Para além das reuniões de trabalho com a DORAM, e no intuito de recolher elementos e informações úteis para o objectivo em vista com a realização destas «Jornadas Legislativas», os deputados comunistas efectuaram ainda encontros com o presidente da Assembleia Regional, o Procurador da República no Círculo Judicial do Funchal, o secretário Regional das Finanças, o secretário Regional da Economia, a USAM, a Direcção Regional do STAL, o Sindicato dos Professores da RAM e a UCIM.

Dos resultados concretos das Jornadas, no que se refere às questões relacionadas com as finanças públicas da Região, foram salientadas as responsabilidades que cabem fundamentalmente aos seus órgãos de governo próprio pela grave situação das Finanças Públicas, sendo certo, porém, que igualmente pesam responsabilidades sobre o Governo central.

Neste contexto, foi salientado, não deve ser a população da Região Autónoma da Madeira, e em especial os seus trabalhadores, a suportarem o essencial dos custos da política que conduziu ao actual estado de coisas, pelo que, frisaram, importa que sejam tomadas medidas que assegurem no futuro, de forma sustentada, os apoios financeiros imprescindíveis ao desenvolvimento equilibrado da Região.

Os resultados do Programa de Reequilíbrio Financeiro da Região em 1986 e do Programa de Recuperação Financeira em 1989, observam as conclusões das Jornadas, mostram à evidência que acordos elaborados nos gabinetes entre o Governo Central e Regional — porque sujeitos a flutuações políticas — saldam-se por fracassos que não resolvem a situação financeira da região nem garantem o seu necessário desenvolvimento.

É justo pensar, por conseguinte, que a anunciada revisão do Protocolo Financeiro, um ano após a sua elaboração, venha a ter como resultados um novo fracasso para os interesses da população, razão acrescida para que seja necessário ultrapassar as negociações e acordos celebrados no secretismo dos gabinetes do PSD e congregar as contribuições da Assembleia da República, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e dos Governos central e regional para que em diploma legal com força obrigatória geral, se possa dar definitiva solução à degradada situação das Finanças Públicas regionais.

Com esse objectivo, os deputados comunistas irão propor aos restantes grupos parlamentares para que, no estrito respeito da autonomia regional e em cooperação com a Assembleia Legislativa da Madeira, a Assembleia da República possa vir a aprovar até ao final do ano corrente uma lei que consagre de forma transparente, objectiva, duradoura e assente em bases realistas, a imprescindível cooperação nacional para a regularização da dívida acumulada da Região Autónoma da Madeira e para o financiamento do seu desenvolvimento.

Sistema fiscal

Em matéria de adaptação do sistema fiscal às realidades específicas da Região Autónoma da Madeira, foi decidido que os parlamentares do PCP apresentarão um projecto de deliberação tendo em vista encarregar a Comissão de Economia, Finanças e Plano da AR de promover as iniciativas necessárias para que até ao final da presente Sessão Legislativa seja aprovada uma lei-quadro de adaptação do sistema fiscal às especificidades da Região. Tendo por objectivo a concretização daquela lei-quadro, será igualmente proposto que a Comissão de Economia, Finanças e Plano possa reunir com as comissões competentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, desde que estas para o efeito mostrem disponibilidade.

No que se refere a alguns aspectos relacionados com o Orçamento do Estado para 1991, e após cuidada análise do PIDDAC agora apresentado à AR, foi decidido que os deputados comunistas em estreita cooperação com a DORAM do PCP apresentarão as propostas necessárias para que no PIDDAC para 1991 não continuem a ser esquecidas as obras de investimento da Região Autónoma da Madeira, cuja responsabilidade é do Governo central. A título exemplificativo, pode anunciar-se desde já as propostas relativas à inclusão no PIDDAC do Orçamento do Estado da verba necessária à conclusão do Edifício 2000, para instalação do Tribunal do Trabalho do Funchal, conclusão considerada da máxima urgência dada a total degradação das actuais instalações.

Medidas no plano social

No que toca à área das questões sociais e do trabalho, por sua vez, foi decidido avançar com iniciativas legislativas relativas às remunerações e outras prestações financeiras fixadas pelo Governo central (nomeadamente o salário mínimo nacional, as remunerações dos trabalhadores da administração regional e local e as pensões de reformas), quando da aplicação directa à Região Autónoma da Madeira, tendo em vista a sua actualização e a adopção de medidas que garantam no futuro que a sua evolução anual seja majorada com o diferencial da inflação registada. Em ordem a garantir o efectivo direito à contratação colectiva das bordadeiras de casa, será igualmente apresentada uma iniciativa legislativa.

Relativamente à evolução no processo de extinção da Colonia, de acordo com as conclusões aprovadas, os deputados comunistas irão desencadear todos os mecanismos regimentais para que o Plenário da AR vote rapidamente o Diploma aprovado pela Assembleia Regional da Madeira, diploma este que o PSD mantém congelado em sede de Comissão, tendo sido simultaneamente aprovado o estudo de propostas de medidas legislativas que ultrapassem algumas dificuldades detectadas no decurso do processo de extinção da colonia, nomeadamente a nível do registo predial e de garantia do colono à água de rega.

Propostas concretas no domínio da organização judiciária nacional, tendo em vista aproximar a Justiça dos cidadãos madeirenses, foram também objecto de análise no decorrer das Jornadas, que não deixaram de debater, por outro lado, o Estatuto Político Administrativo para a Região Autónoma da Madeira.

A este respeito, foi considerada como genericamente positiva a actual proposta de estatuto, independentemente da manutenção de algumas grosseiras inconstitucionalidades que em nada favorecem a autonomia.

Rogério de Brito e a agricultura portuguesa

Um descuido criminoso

Se a nossa agricultura sempre andou descurada pelo poder, agora, com a CEE e Cavaco Silva, caminha num descuido criminoso. O deputado comunista **Rogério de Brito** chamou (mais uma vez) a atenção para o facto, numa intervenção produzida há dias no período de Antes da Ordem do Dia, que condensamos.

«Bastará termos os pés assentes no país real e o olhar minimamente atento ao que nele se passa para vermos e avaliarmos a contestação generalizada dos agricultores face aos problemas criados pela política agrícola que o Governo de Cavaco Silva tem desenvolvido e pelas repercussões negativas da forma e do conteúdo das negociações da CEE para a segunda etapa do período de transição da nossa agricultura (...)

«O crescimento do investimento, resultante da aplicação dos co-financiamentos comunitários, não tem tido correspondência nem na qualidade nem no equilíbrio da distribuição, no que respeita às áreas de investimento e aos destinatários. Aos melhoramentos fundiários e à inovação técnico-produtiva tem cabido a mais pequena parcela do investimento. Às regiões mais carenciadas tem cabido a menor parte dos recursos.

«O agricultor autónomo e a exploração agrícola familiar têm sido secundarizados e mesmo penalizados. A agricultura a tempo parcial tem sido igualmente subvalorizada quanto ao seu peso e importância económica e social na sociedade e no mercado (...)

«Há muito que o PCP, designadamente através do seu Grupo Parlamentar, têm proposto, na base da especificidade da agricultura portuguesa, a defesa da nossa produção agropecuária face aos produtos da CEE e de países terceiros, o alargamento do período transitório, uma política de preços que não tivesse como resultado uma queda substancial dos rendimentos dos agricultores portugueses. Uma política que atendesse ao elevado nível dos custos de produção relativamente a outros países da CEE e que não frustrasse, nem inviabilizasse, os investimentos produtivos.

«Registamos com satisfação que estas nossas posições são agora retomadas por outras forças sociais e políticas» (...)

Que não pelo Governo — sublinhe-se.

Por iniciativa do PCP

AR vai aprofundar debate sobre os serviços de urgência

A Assembleia da República aprovou a semana passada, na sequência do debate sobre «Os Serviços de Urgência na Área dos Cuidados de Saúde Primários e na dos Cuidados Hospitalares» agendado por iniciativa do PCP, uma importante deliberação que visa aprofundar o debate efectuado e tomar as medidas necessárias para minorar os problemas existentes no sector.

A deliberação, proposta pelo PCP, determina que a Comissão de Saúde da AR leve a cabo o aprofundamento do debate, de forma a tomar as medidas julgadas necessárias para elaborar orientações, recomendações e sugestões concretas, com vista à ultrapassagem «dos dramáticos problemas e gritantes carências» registados na área da saúde.

Tendo em conta que a incidência regional e nacional desta problemática se reveste de uma «complexidade que não se compadece com atitudes demagógicas e eleitoralistas», antes exigindo o «concurso das forças políticas e sociais e da população em geral», foi ainda decidido que, para melhor atingir aquele objectivo, o Presidente da Comissão «solicite a presença dos membros do Governo do respectivo sector e de demais entidades e personalidades cuja participação se julge necessária ao debate».

A AR aprovou ainda que, na sequência do debate a levar a cabo, a Comissão de Saúde elabore um relatório sobre esta problemática, «a ser presente ao Plenário da Assembleia da República e posteriormente publicado».

A importância desta medida foi amplamente justificada ao longo do debate da semana passada. Na sua intervenção, o deputado João Camilo fez notar que a «situação é aterradora», como os números ilustram. E referiu alguns: «cerca de 1.200.000 atendimentos/ano na urgência dos principais Hospitais centrais; destes, cerca de 300.000 internados/ano pela urgência; mais de 2.000.000 de transportes/ano realizados de e para estes hospitais; perto de 2.500.000 transportes/ano só na área metropolitana de Lisboa».

Lembrou João Camilo que «para este quadro as soluções invariavelmente apontadas pelos sucessivos Ministros da Saúde são a abertura de novas urgências ou a sua reforma, mas nunca aquelas que preconizamos com um sentido de responsabilidade e de futuro: a cobertura adequada do país em cuidados de saúde primários dignos desse nome e, sem pôr em causa a criação de novos hospitais, a diferenciação hospitalar». Para o deputado comunista, «a não ser assim se assistirá ao crescimento constante dos serviços de urgência que não resolvendo nada acabarão por devorar os hospitais».

Também a deputada comunista Luísa Amorim criticou a política de Saúde que vem sendo seguida, afirmando que, como seu barómetro, «as urgências, neste momento, não reflectem mais do que a falência de uma política de remendos, que não enfrenta os problemas de fundo na área da saúde».

Salientou Luisa Amorim que «sem a promoção e a educação para a saúde, sem a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença a nível dos cuidados primários, os serviços de urgência dos hospitais permanecerão afogados pela procura, por mais soluções que se encontrem, quer fazendo-os crescer, quer descentralizando-os». A deputada comunista afirmou ainda que «só a concretização da regionalização na saúde, com a descentralização e a autonomia das regiões de saúde, só a implementação da participação dos utentes e trabalhadores de saúde, poderá permitir uma melhor rentabilização e articulação dos recursos humanos e técnicos existentes».

Trabalhadores

Movimentação no Ensino

Enquanto em Reiquiavique terminava a Conferência Europeia da Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente, onde o debate mostrou que esta profissão «tem sofrido uma acelerada desvalorização social» (como refere o secretariado nacional da Fenprof), em Lisboa, cerca de 89 por cento dos professores filiados no SPGL votavam a rejeição global do estatuto de carreira imposto pelo Ministério da Educação.

Entretanto, a direcção daquele Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) protestava publicamente contra a maneira como tem sido conduzida a actividade da Universidade Aberta onde os exames constituíram «a consumação do caos».

Segundo os dirigentes do SPGL, os exames já realizados na Aberta comprovam o seu completo «desnorte», bem como «a falta de capacidade desta instituição para organizar com competência, rigor e qualidade um processo de formação de professores: retira-se matéria sem prévio aviso dos interessados, infringe-se o princípio da confidencialidade, obriga-se os professores a realizar provas em condições geradoras de tensão havendo diferentes directivas de sala para sala», frisam os dirigentes sindicais.

Na assembleia geral de sócios, efectuada em 17 do corrente, a proposta de alteração dos estatutos do SPGL era entretanto aprovada por «significativa maioria dos votos expressos», refere a direcção sindical.

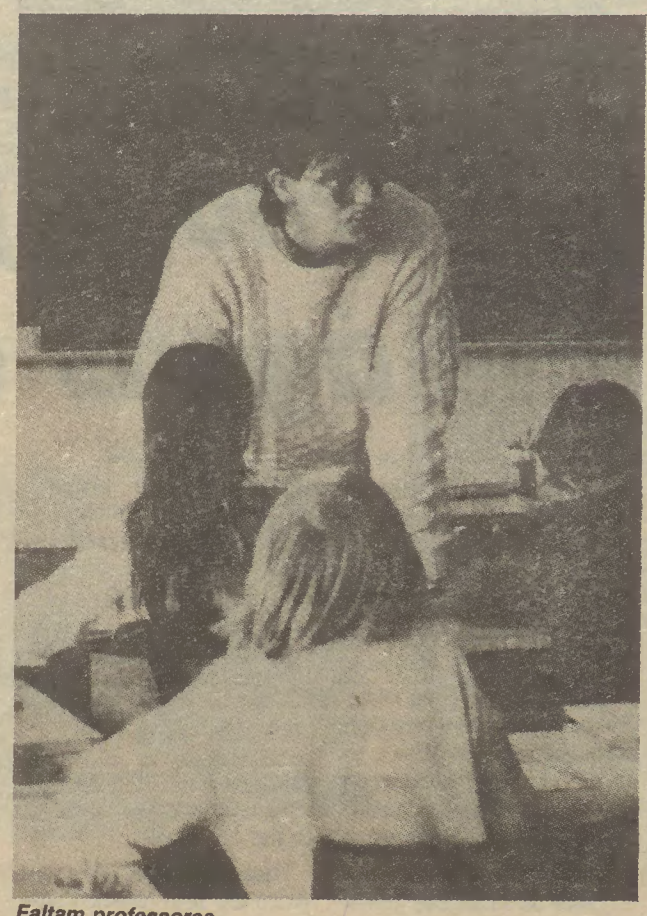
Na mesma assembleia foi também votada favoravelmente a proposta dos dirigentes do SPGL para a filiação do Sindicato na Confederação dos Quadros Técnicos e Científicos.

Escasseiam os professores

Uma das verificações mais conclusivas da Conferência Europeia da CMOPE (Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente) foi «a falta de professores qualificados e o abandono da profissão por parte de milhares de professores». Ao sublinhar «este traço comum» na Europa, o secretariado nacional da Fenprof acrescenta:

«Em Portugal, a abertura do ano lectivo veio mostrar a enorme carência de professores no ensino secundário e no ensino superior onde, em várias Faculdades e Escolas, os concursos para assistentes têm ficado sistematicamente vazios. A situação em Portugal — afirmam ainda os dirigentes da Fenprof, cujo secretário-geral, António Teodoro foi reeleito para um novo mandato de dois anos como dirigente europeu da CMOPE — pode agravar-se ainda mais com a livre circulação na Europa e com o reconhecimento europeu dos diplomas profissionais. Face aos baixos salários praticados em Portugal, os professores poderão vir a ser recrutados para outros países onde ganharão muito mais e terão melhores condições de trabalho», refere ainda o secretariado nacional da Fenprof.

A Conferência da CMOPE (11 a 16 do corrente) contou com a presença de 132 delegados representativos de 45 organizações sindicais de professores de 21 países europeus. Estiveram representados em Reiquiavique, na Islândia, cerca de dois milhões e cem mil membros dessas organizações europeias de pessoal docente.



Faltam professores

Concentração da CP

Os dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses convocaram para ontem uma concentração no Terreiro do Paço. Depois de apresentarem publicamente uma série de exigências e reivindicações de ordem laboral e social, os representantes sindicais e da CT apelaram à «unidade de todos os ferroviários, independentemente das suas opções sindicais, para que formem uma frente de luta na defesa das suas principais reivindicações».

Da resolução aprovada sobre o assunto pelo plenário das organizações representativas (ORT's) daqueles trabalhadores da CP, efectuado em Lisboa em 23 do corrente, destaca-se a condenação da «política de rendimentos (por eleiçoeira, demgógica e desumana) do Governo Cavaco Silva/PSD»; um aumento da ordem dos 23 por cento nos salários para 1991; redução do horário para as 40 horas semanais; e várias reclamações de carácter específico, dirigidas ao conselho de gerência da CP, empresa pública como se sabe.

SALÁRIOS

Função Pública protesta

A comissão negociadora da plataforma reivindicativa para a Administração Pública, que foi subscrita por 18 associações sindicais, afirmava em 26 do corrente que «o Governo mantém propostas inaceitáveis e não cumpre o que acordou na Concertação Social», ou seja no chamado acordo económico e social recentemente negociado entre o Executivo e os parceiros sociais.

Numa reunião efectuada naquela data com os sindicatos da Administração Pública, «o Governo — afirma a comissão — manteve a proposta de aumento salarial de 11,5 por cento, ainda mais baixa portanto que os 13,5 que subscreveu no CPCS» (Conselho Permanente da Concertação Social) e que a CGTP, como se sabe, recusou.

Cordão humano

A comissão negociadora e os sindicatos anunciavam entretanto para ontem, 30 de Outubro, uma manifestação pública entre o Saldanha e São Bento, «para que o Governo sinta o justo descontentamento dos trabalhadores». A manifestação, antecedida de um plenário de sindicatos, marcado para as 14 horas do mesmo dia na sede da FENPROF, em Lisboa, deve ter tomado — a verificar-se o que foi anunciado — a forma de um cordão humano a que deve seguir-se, de acordo com o anunciado segunda-feira passada, uma conferência de Imprensa às 17 horas no Saldanha.

Ao apelarem à participação, os sindicatos e a comissão negociadora da Função Pública sublinham que, além do inaceitável aumento salarial que o Governo pretende impor, há que destacar o facto de «pela primeira vez o índice base da tabela salarial ficar abaixo do salário mínimo nacional, enquanto que, «em virtude da aplicação simultânea do NSR (novo sistema retributivo) e dos aumentos salariais, as chefias irão ter um aumento global dos salários em Janeiro de 31,6 por cento, o que significa que, uma vez mais, os directores-gerais e restantes chefias terão o dobro do aumento dos outros trabalhadores».

Metalomecânica

Federação protesta contra os despedimentos

A concentração das empresas da metalomecânica pesada nas mãos do capital privado não tem conduzido à sua modernização e desenvolvimento. Segundo a FSMMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal), as acções nesse sentido «privilegiam o despedimento de trabalhadores, ou até previsíveis encerramentos».

A FSMMMP refere-se à **Sorefame, Mague, Sepsa, SMM, SGM, Sermagues, Metalsines e Indoplano** que no primeiro Governo Cavaco Silva tinham 8814 trabalhadores e hoje têm apenas 5048.

Ao manifestar-se a favor da viabilização e contrária aos despedimentos, a FSMMMP analisa a «situação concreta» em algumas dessas empresas e sublinha que só as falências da Mompor e da Equimetal originaram 1485 despedimentos.

A FSMMMP está naturalmente contra esta «modernização do Cavaco», intervindo junto da opinião pública e da Assembleia da República.

Entretanto, em Coimbra, o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, recusava com maus modos — respondendo «nada tenho a ver com isso» — um requerimento que uma delegação representativa dos trabalhadores e da população pretendia entregar-lhe no sentido de evitar o anunciado encerramento do **Centro de Distribuição da EDP-Lousã.**

A União dos Sindicatos de Coimbra enviou à comunicação social uma nota de protesto pela forma «prepotente e arrogante» como o ministro recusou o diálogo com a delegação.

Questão salários: de novo na rua, como em Fevereiro (foto) do ano passado

Acidentes e racismo na construção civil

Numa nota enviada à comunicação social a anunciar uma conferência de Imprensa quinta-feira passada, o departamento de informação da CGTP (DIF) afirma que «os acidentes de trabalho têm vindo a aumentar de forma alarmante, em especial no sector da constução civil, onde se registam também fenómenos de racismo e a maior taxa de emprego precário».

Várias questões desse âmbito estiveram recentemente em debate no Encontro Nacional sobre Higiene e Segurança, promovido pela Federação Nacional de Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármores, organização filiada na CGTP.

Segundo o DIF, participaram nesse encontro o sub-director-geral de Higiente e Segurança, vários técnicos da Inspecção-Geral do Trabalho, assim como dirigentes sindicais e membros das comissões de higiene e segurança de diversas empresas do sector.

Congresso da USS

O Conselho Distrital da União de Setúbal (USS) anunciou para 16 e 17 de Novembro próximo a realização do III Congresso desta organização intermédia da CGTP-IN.

Sob o lema «Desenvolvimento — trabalho com direitos», os trabalhos decorrerão em seis sessões, importando referir a eleição do novo Conselho Distrital, bem como o debate e a aprovação da proposta do programa de acção.

Nacional

Câmara de V. F. de Xira põe pontos nos «is»

Governo à pesca nas águas da morte

Este Governo sempre se orientou por duas grandes linhas de actuação: a demagogia de todas as promessas e o sacudir da água do capote. No caso da mortandade dos peixes no estuário do Tejo o Executivo de Cavaco Silva optou pelo segundo estratagema, utilizando a fundo um «yes-man» de comprovada obediência — o Macário Correia das «t-shirt» publicitário-ambientais — que protagonizou uma campanha tão grosseira contra a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que arrisca o Governo a averbar mais um escândalo grosso no seu historial.

Em conferência de Imprensa dada a semana passada, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira começou já por pôr os pontos em alguns «is». Como se segue.

«Face às acusações formuladas contra a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira pelo secretário de Estado do Ambiente e da Defesa do Consumidor, designadamente na Assembleia da República no passado dia 19 de Outubro de 1990, e no «Jornal de Domingo» no canal 1 da RTP no dia 21 de Outubro de 1990 e não tendo até hoje recebido qualquer relatório final ou parcelar que fundamente de modo inatacável tais acusações, a Câmara Municipal deliberou:

a) **«Incumbir os advogados da Câmara de requererem certidão de todos os relatórios elaborados** na sequência das análises e investigações que, relativamente a este caso, têm sido feitas ou mandadas fazer pelas seguintes entidades: Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente; Instituto Nacional de Investigação das Pescas; Projecto Tejo; Instituto de Medicina Legal; Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, e ainda de todos os relatórios, dados e informações na posse do secretário de Estado do Ambiente e da Defesa do Consumidor, recorrendo aos Tribunais, nos termos legais, caso tal se torne necessário, para que as entidades em causa sejam intimadas a fornecer as certidões requeridas.

b) **«Accionar processo crime contra o secretário de Estado do Ambiente pelas afirmações caluniosas, porque não fundamentadas, por ele proferidas**, com base no Código Penal e na Lei dos Crimes de Responsabilidade dos Titulares dos Cargos Políticos (Lei 34/87 de 16 de Julho) por ter posto em causa o bom nome e a gestão do município, constrangendo assim o livre exercício das funções da autarquia.

No âmbito deste processo pedir uma indemnização cível por danos morais de 5000 contos que, a ser decidida, será inteiramente utilizada na aquisição de equipamentos para o Laboratório do Gabinete Técnico do Ambiente dos nossos Serviços Municipalizados, no sentido de reforçar a nossa acção fiscalizadora nesta área.»

Unanimidade

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deliberou ainda, no sentido de pressionar por todos os meios o completo esclarecimento deste caso:

c) **«Ratificar a iniciativa do presidente da Câmara Municipal junto do eurodeputado português Joaquim Miranda para questionar, via Parlamento Europeu**, a viabilidade da Comissão das Comunidades Europeias promover uma acção de peritagem e apoiar cientificamente um processo evolutivo de transformação das condições ecológicas do estuário do Tejo (ver anexo).

d) **«Aprovar a proposta do presidente da Câmara de apresentar, na sua qualidade de vice-presidente da Comissão do Ambiente Natural e Construído da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, um relatório sobre esta ocorrência** na reunião da Comissão a realizar em Estrasburgo em 8 e 9 de Novembro próximos, solicitando também o apoio daquela instância europeia.

e) **«Formalizar queixa junto da Provedoria de Justiça**, no sentido de se obter o seu valioso contributo para o total esclarecimento das causas do desastre.»

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira reitera, finalmente, «a sua total e permanente disponibilidade para continuar a colaborar com todos os técnicos e instituições que estejam sinceramente empenhados em avançar no conhecimento das causas deste desastre ecológico, e na melhoria geral do ambiente no concelho, da poluição do ar à poluição das águas, para que situações como esta não se repitam».

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade dos oito membros da Câmara presentes, excepto quanto à alínea *b*) aprovada por maioria com um voto contra.

Agricultores da Guarda (ADAG)

É urgente modernizar!

A Associação Distrital dos Agricultores da Guarda (ADAG), num primeiro balanço do ano agrícola que agora finda, considera que «as produções foram satisfatórias sobretudo em frutas, vinho e batatas, prevendo-se ainda uma boa colheita de azeitona». Porém «mantêm-se os estrangulamentos da nossa economia», e «sempre que se verifica um bom ano agrícola, o escoamento torna-se moroso, ineficaz e insuficiente, os preços à produção descem para níveis de miséria, mantendo-se altos no consumidor, ao mesmo tempo que os factores de produção e as sementes sobem sem parar, desincentivando o amanho da terra», sublinham os agricultores da Guarda.

«A modernização da nossa agricultura, a possibilidade de investir em novas tecnologias, melhorando a qualidade e aumentando a produção, passam, em primeiro lugar, por pagar a bom preço aos agricultores e a tempo e horas as suas produções, considera a ADAG, que prossegue:

«Traduzindo a preocupação dos nossos associados pela grave situação que a agricultura do distrito atravessa, reclamamos a rápida intervenção dos organismos oficiais no cumprimento das suas obrigações regularizadoras do mercado. Assim: o Instituto do Vinho e da Vinha (IVV) deve intervir de imediato na recolha dos excedentes da produção vinícola a um preço não inferior a 60/70$00 por litro.

Ao Governo cabe ainda cumprir e fazer cumprir as suas promessas relativas aos incêndios florestais do Verão passado. Pagar as indemnizações devidas aos atingidos. Apoiar técnica e materialmente a rápida reflorestação das zonas ardidas. Estabelecer um preço de intervenção para a madeira ardida e estaleiros para a sua recolha, medida que, a não ser tomada, conduzirá ao apodrecimento da madeira, somando assim mais um prejuízo à débil economia dos agricultores.

Também os recentes aumentos dos combustíveis reduziram o subsídio de gasóleo a quase nada. É por isso urgente que o valor do subsídio seja elevado para 35$00/litro já este ano para constituir um estímulo real à mecanização. Para a safra do azeite é necessário esclarecer os agricultores sobre o seu direito ao subsídio por litro do azeite produzido.

«É urgente resposta satisfatória a estes problemas. Os interesses nacionais defendem-se apoiando e protegendo as nossas produções e produtores. No distrito da Guarda, onde a agricultura enfenta ainda maiores difiduldades, fruto da interioridade e do abandono a que os governos o têm votado, essa necessidade é ainda mais premente.»

A questão no Parlamento Europeu

Texto da questão apresentada no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, em 22 de Outubro de 1990 pelo eurodeputado Joaquim Miranda:

«Considerando a situação ecologicamente inaceitável a que chegou o estuário do Tejo;

«Tendo em conta que desde início do passado mês de Setembro se assiste ao eclodir de um desastre ecológico (ambiental) que já matou mais de 100 toneladas de peixe do estuário, cujas causas concretas ainda estão por determinar;

«Considerando que ao empenhado esforço da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em colaboração com diversas entidades e laboratórios nacionais, na procura da resolução deste problema, não tem correspondido a mais adequada resposta por parte das restantes autoridades com competências nesta área;

«Considerando a imperiosa necessidade de acautelar os interesses das populações locais bastante afectadas, fundamentalmente das famílias de pescadores artesanais impedidos de exercer a sua actividade profissional, e de assegurar a defesa e salvaguarda do estuário do Tejo e da sua valiosíssima Reserva Natural;

«Pergunta-se à Comissão que possibilidades tem de promover uma acção de peritagem que proceda à análise da situação e à determinação rigorosa da(s) sua(s) causa(s).

«Em colaboração com as autoridades nacionais e locais, que meios científicos, técnicos, laboratoriais e financeiros pode disponibilizar para permitir fundamentar cientificamente um processo evolutivo de transformação das condições ecológicas do estuário do Tejo?»

DORSA do PCP

analisa trabalho autárquico

Na reunião Distrital de eleitos de Câmaras Municipais, realizada recentemente na Golegã por convocação da Direcção Regional de Santarém do PCP, fez-se o balanço do trabalho realizado nos primeiros nove meses de mandato nas Câmaras Municipais em situação de maioria e minoria; eis algumas das conclusões.

A existência de «uma clara tentativa de estrangulamento financeiro das autarquias por parte do Governo, consubstanciada na transferência de novos encargos, alargamento do leque de isenções fiscais à custa de receitas próprias dos municípios», foi uma das denúncias da reunião, que acusa igualmente o Governo da «inqualificável tentativa de pôr municípios contra municípios através da subtil revisão parcelar, unilateral e antidemocrática da Lei de Finanças Locais».

«Tal situação exige dos nossos eleitos uma posição firme na defesa das justas reivindicações da Associação Nacional de Municípios, de ver inscritos no Orçamento de Estado como verba mínima a transferir para os Municípios através do FEF o quantitativo de 180 milhões de contos em dez dos 157,5 milhões previstas», acentuou-se na reunião.

A necessidade de «aprofundamento da análise resultante da avaliação de experiências nos diversos domínios e áreas de actuação das Câmaras de maioria CDU do distrito, designadamente na área sociocultural e na realização de obras por administração directa», e de «serem elaborados os Orçamentos e Planos de Actividade para 1991 com base em princípios de rigor na avaliação das receitas e das despesas», foram outras conclusões saídas da reunião, que sublinhou igualmente a «importância de informar as populações locais das condicionantes da actividade a desenvolver no próximo futuro, resultantes da obrigatoriedade de canalização da quase totalidade das receitas municipais para a realização das obras previstas no Quadro Comunitário de Apoio — Programa Operacional do Vale do Tejo.»

«As dificuldades de actuação dos nossos eleitos em situação de minoria resultam nalguns casos de atitudes sectárias por parte dos executivos maioritários, rejeitando liminarmente as nossas justas propostas de solução dos problemas locais. Refira-se que algumas das propostas rejeitadas vêm posteriormente a ser retomadas e aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais, o que demonstra a justeza e oportunidade das mesmas», afirmou-se na reunião.

«Os resultados eleitorais obtidos pela CDU nas eleições intercalares para a Freguesia de S. Miguel do Rio Torto e que se traduziram numa importante vitória da CDU e das populações locais. O Plenário manifesta a confiança em que os nossos eleitos saberão, como é hábito, honrar os compromissos assumidos.»

«A problemática da Regionalização considerando-se como possível e essencial que a Assembleia da República aprove até ao final do corrente ano a Lei-Quadro das Regiões Administrativas por forma a permitir a realização de eleições para as futuras regiões (onde existir consenso sobre respectiva área), em simultâneo com a realização das Eleições Legislativas de 1991.»

As previstas alterações à Lei Eleitoral das Autarquias Locais recentemente propostas pelo Governo, foram consideradas uma manobra de diversão, perfeitamente extemporâneas.

Juventude

ENCONTRO NACIONAL DA JCP

Jovens definem orientações e preparam intervenção nas batalhas eleitorais

Jovens e activistas da JCP vão reunir-se num Encontro Nacional, que se realizará a 11 de Novembro nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa. Em foco vão estar importantes questões da actividade desta organização de juventude, que anuncia desde já a presença de cerca de sete centenas de participantes na iniciativa. Em conversa com a deputada Paula Coelho e Miguel Santinho, ambos do Executivo da JCP, e José Morais e Idália Custódio, do Secretariado, ficámos a saber que vão funcionar sete secções temáticas, e, na hora de almoço, será organizado um convívio que marcará o 10.º aniversário da JCP, onde não faltará um bolo gigante. Na sessão plenária de encerramento, aguarda-se a intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Paula Coelho

José Morais

Miguel Santinho

Idália Custódio

«Avante!» — Como se explica a realização do encontro nesta altura?

José Morais — Este Encontro Nacional resulta, por um lado, da necessidade da JCP preparar a sua intervenção nos próximos meses, e sobretudo no próximo ano, nomeadamente a sua participação nas batalhas eleitorais. Por outro, pretende-se aprofundar as propostas da JCP num conjunto de áreas fundamentais para a nossa actividade: ensino secundário, superior, juventude trabalhadora, trabalhadores-estudantes, intervenção institucional, e, também, reforçar o nosso trabalho de organização.

Paula Coelho — De referir que há dois anos se realizou o Congresso da JCP, com enorme significado para a sua actividade global. O ano passado destacou-se por um conjunto muito vasto de iniciativas sectoriais, surgindo nesta altura o Encontro Nacional no seguimento normal da actividade e no cumprimento de uma das conclusões do Congresso que apontava a necessidade de se efectuarem encontros nacionais, não no sentido de o substituir, mas de o complementar na análise global da situação da organização e do movimento juvenil. Certamente que o encontro, ao proporcionar a muitas centenas de militantes e activistas um momento raro de em conjunto analisarem e debaterem as principais questões que tocam a juventude, dará um forte impulso ao trabalho da JCP. Por outro lado, a altura em que se realiza, em vésperas de eleições, confere-lhe ainda maior importância.

«Av!» — As questões do ensino, secundário e superior, vão estar particularmente em foco no encontro?

Idália Custódio — Vão funcionar sete secções, das quais uma é dedicada ao ensino secundário e outra ao superior. Na primeira serão debatidas as questões que mais afectam o secundário, devendo ser também analisados os resultados de uma campanha da JCP, a decorrer até ao encontro, que tem como objectivos reforçar a intervenção da organização nas escolas, mobilizar os jovens para o Encontro Nacional e criar dinamismo para as batalhas eleitorais. No âmbito desta campanha, têm sido promovidos vários debates, iniciativas de convívio, concertos, etc. A temática abordada anda em torno do acesso ao ensino superior, da gestão das escolas, das condições degradadas de funcionamento e, em oposição a esta situação, temos apresentado as nossas propostas para o que consideramos dever ser uma escola.

«Av!» — Que outras secções estão previstas funcionar?

Miguel Santinho — Uma secção vai ser dedicada aos problemas dos jovens face ao mundo do emprego, que engloba o desemprego entre a juventude, a formação profissional e aprendizagem. A juventude trabalhadora é uma estrutura que se começou a dinamizar este ano com a realização, em Abril passado, do 1.º Encontro de Jovens Trabalhadores, onde se decidiu promover debates sobre as questões que afectam o trabalhador. Neste encontro que se avizinha pretendemos continuar a aprofundar estes temas e definir algumas orientações que nos levem mais perto dos jovens trabalhadores de forma a ganhá-los para a luta. Tomámos ultimamente várias posições, nomeadamente pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, e defendemos no encontro com a comunicação social aumentos salariais entre os 17 e os 20 por cento. Lançámos, entretanto, uma targeta de apoio ao projecto de lei da JCP na AR que proíbe a discriminação salarial aos jovens, que estamos a distribuir nas empresas por todo o País. Neste momento estamos a trabalhar para o primeiro número do «Bolir», que é um guia dos direitos dos jovens trabalhadores, onde são explocadas questões como os contratos a termo, o subsídio de inserção de jovens na vida activa, os subsídios de desemprego, etc.

JM — Para além destas três secções que, como se disse, terão temas específicos, uma vez que os respectivos encontros realizados este ano já permitiram traçar grandes linhas quer em termos orgânicos, quer em termos de trabalho, haverá ainda mais quatro secções que vão abordar questões mais gerais da intervenção da JCP em várias frentes de trabalho. Assim, estão previstos espaços de debate do **associativismo local, imprensa e propaganda, política do Governo** e **acção institucional**.

Na secção do ensino superior pretende-se analisar especificamente o apoio social ao estudante, o financiamento do ensino e, por fim, a intervenção própria da JCP nas escolas.

«Av!» — Que decisões poderão ser tomadas para aumentar a influência da JCP junto dos jovens?

MS — Penso que teremos de privilegiar o contacto directo com os jovens, recolher as suas opiniões nos vários sectores de actividade, de modo a aprofundar o conhecimento das várias realidades. Considero que seria útil, então, criar estruturas unitárias que possam desenvolver trabalho junto dos outros jovens e ganhá-los para a luta. Mas terá que ser o encontro a analisar e decidir as linhas de acção futura.

JM — Nesse sentido é de sublinhar outro aspecto importante, que é a preparação das batalhas eleitorais. Também aqui vamos definir as formas de intervenção com vista a mobilizar os jovens desde já para a candidatura de Carlos Carvalhas. Pensamos discutir o lançamento da campanha de juventude, as suas grandes linhas de força, tendo em conta também as próximas legislativas.

PC — Um ponto central do encontro é, de facto, a intensificação do trabalho da JCP no seio do movimento juvenil, pois só assim nos parece possível reforçar a organização. Creio, no entanto, que apesar do silenciamento da nossa actividade por parte dos órgãos de comunicação, a própria organização deste encontro é, em termos das organizações juvenis, uma prova da nossa vitalidade e influência junto da juventude. Nenhuma outra organização juvenil estaria em condições de reunir entre setecentos a oitocentos jovens numa iniciativa deste tipo.

«Av!» — É objectivo deste encontro melhorar o trabalho da informação da JCP?

PC — Há de facto a necessidade de melhorarmos a nossa propaganda e imprensa, e a existência de uma secção especialmente dedicada a estas questões testemunha essa preocupação. Desenvolvemos uma intensa actividade por todo o País, e nomeadamente na Assembleia da República, onde apresentamos um grande número de propostas que dizem respeito à juventude, mas depois defrontamos uma grande dificuldade em divulgá-las entre os jovens. Penso que este encontro vai ajudar a encontrar soluções viáveis nesta frente de trabalho, as quais não passam exclusivamente pela edição de um jornal ou boletins. É evidente que gostávamos de ter uma revista semanal ou um jornal, mas são soluções que envolvem custos de momento incomportáveis. Daí que ao fazer o balanço das necessidades, as soluções terão de ser confrontadas com os meios existentes.

«Av!» — Qual é a actividade prevista para os próximos meses?

PC — No âmbito da Assembleia da República, vamos apresentar, esta semana, o projecto de acesso ao ensino superior. Temos também um projecto de deliberação sobre a participação dos jovens e das organizações de juventude na definição do Serviço Militar Obrigatório. Temos neste momento dezassete projectos entregues na Assembleia sobre a área da juventude, o que nos dá a possibilidade de apresentar um pacote de propostas para discussão em plenário.

Já iniciámos e vamos continuar a desenvolver um amplo conjunto de debates e contactos com as organizações do movimento juvenil de todo o País, no sentido de fortalecer a ligação do deputado parlamentar com os jovens e vice-versa, de forma a que estes sintam a importância desta ligação na defesa dos seus direitos na Assembleia da República.

No período de discussão do Orçamento de Estado, vamos realizar uma série de reuniões com as associações do movimento juvenil, quer do ensino superior quer do secundário, quer ainda com a juventude trabalhadora para discussão das propostas orçamentais, cujas conclusões poderemos levar à apreciação do plenário.

Pretendemos ainda divulgar e discutir com um conjunto de estruturas e identidades o nosso projecto sobre a droga, apresentado já no final da sessão. Está a ser elaborado um novo projecto sobre as questões ligadas ao planeamento familiar e educação sexual, atendendo em especial às questões juvenis. É de salientar ainda os novos projectos da JCP sobre os trabalhadores-estudantes, sobre a lei orgânica do Estádio Universitário, sobre a objecção de consciência, sobre a lei das associações de estudantes.

Na área das relações internacionais da JCP, merece destaque a recente constituição de uma coordenação das organizações comunistas de juventude nos países da Europa da CEE, que tem como objectivo fundamental a sua participação no Fórum da Juventude, mas que irá reforçar não só o trabalho dos jovens comunistas nos respectivos países mas também a própria actividade da FMJD, da qual fazem igualmente parte.

ID — No secundário, a intervenção da JCP liga-se neste momento às eleições das associações de estudantes, havendo já um grande número de processos eleitorais a decorrer. Um outro vector resulta da análise feita das condições de ensino, e visa através da nossa acção resolver os problemas mais gritantes em escolas cuja degradação não permite um funcionamento normal. Neste sentido estão a ser feitos contactos com os conselhos directivos de várias escolas, associações de pais, em especial do distrito de Setúbal, onde a situação é mais grave, com vista a debater e tomar medidas, mesmo em termos reivindicativos.

JM — Gostava ainda de salientar o empenhamento da JCP na realização do 4.º Encontro Nacional da Juventude, o qual será este ano pela primeira vez organizado directamente pelas estruturas representativas do movimento juvenil, ao contrário do que até agora acontecia, que era promovido pelo próprio ministro e constituía uma tentativa por parte do Governo de controlar o movimento juvenil. Esta alteração resultou de uma das conclusões do 3.º Encontro e representa uma grande vitória do movimento juvenil, na qual a JCP teve um importante papel.

Por fim, vão decorrer em vários distritos do País uma série de debates, inserida na campanha que a JCP lançou na Festa do «Avante!», sobre os Jovens e o Serviço Militar Obrigatório.

ENCONTRO NACIONAL

JCP

FAC. LETRAS

LISBOA

11 NOVEMBRO

1990

Parlamento Europeu

Orçamento comunitário desfasado da realidade – critica Joaquim Miranda

O orçamento das Comunidades para 1991 não corresponde nem às evoluções da comunidade no sentido da união económica e monetária nem às evoluções externas registadas após a unificação alemã e a crise do Golfo pérsico - afirmou Joaquim Miranda a semana passada no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, ao intervir no debate sobre o orçamento. Para o eurodeputado do PCP, o projecto em causa não corresponde às actuais exigências e o alcance da revisão das perspectivas financeiras em curso não se afigura suficiente para ultrapassar as lacunas de que enferma.

Joaquim Miranda referiu o facto de o quadro financeiro e orçamental delineado pelo Acordo Interinstitucional, orientado exclusivamente para a concretização do mercado interno, estar já desajustado tanto em face da evolução que se desenha para a Comunidade, como pela ocorrência da unificação alemã, a evolução nos países de Leste e pela crise no Golfo. Poder-se-ia esperar que a revisão das perspectivas financeiras viesse dar resposta a estas questões, mas na opinião do eurodeputado tal não sucede.

Relativamente à unificação alemã, disse, «é necessário ter em conta não apenas o acréscimo das despesas no território da ex-RDA, mas igualmente as incidências a vários níveis de tal unificação no todo comunitário».

O orçamento comunitário para 1991 não tem em conta as novas realidades, em particular a crise do Golfo e a unificação alemã

Quanto à crise do Golfo, Joaquim Miranda fez notar que «os próprios compromissos assumidos externamente e as incidências da crise na Comunidade ultrapassam, de longe, o apoio previsto para apenas certas situações em alguns países daquela região». Acresce ainda que a referida revisão não tem em devida consideração os «compromissos igualmente assumidos» com outros países, designadamente com a União Soviética.

Para o eurodeputado, uma situação como esta, de não cobertura de despesas previsíveis, não pode deixar de causar «as mais sérias preocupações», uma vez que isso significa que a comunidade será confrontada «com uma constante instabilidade orçamental», ou ainda, o que será pior, que a exemplo do que se verificou no exercício corrente se registe «a permanente tentação de recorrer a transferências no interior do próprio orçamento, em prejuízo de objectivos agora consignados».

Na sua intervenção, Joaquim Miranda fez ainda notar que o projecto de orçamento do Conselho, relativamente ao anterior, introduz algumas alterações de sentido negativo, preocupantes quer pelas áreas em que ocorrem quer pelo volume que atingem. O deputado referiu, a propósito, as «diminuições em rúbricas como as relativas aos transportes e turismo, energia, ambiente, investigação e desenvolvimento tecnológico», bem como as respeitantes «à cooperação com os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) da Ásia e América Latina». E, ainda neste âmbito, sublinhou «a ausência de vontade política para dar alguns passos positivos no domínio social».

Quanto às orientações definidas pela Comissão dos Orçamentos, Joaquim Miranda destacou «as inscrições de um programa excepcional para as regiões periféricas e de um instrumento financeiro para o ambiente». Sublinhando o completo apoio que a primeira merece, o eurodeputado considerou que se trata de uma forma adequada de «dar uma primeira resposta às incidências particulares e sensíveis da unificação alemã e da crise do Golfo nas regiões e países de menor desenvolvimento e, por isso mesmo, mais afectados por aquelas situações».

Quanto à verba para o ambiente, que merece o «acordo de princípio à consideração desta questão como fundamental», Joaquim Miranda alertou para que tal medida não deve resultar num «prejuízo da duplicação real dos fundos estruturais, ou sequer uma alteração do peso relativo destes no quadro orçamental global definido pelo Acordo Interinstitucional».

No que se refere ao conjunto das restantes emendas votadas na Comissão, o eurodeputado criticou alguma falta de rigor na definição de prioridades, o que no entanto não impede os comunistas de considerar positivamente algumas das orientações traçadas, em alguns casos adoptando ou contemplando propostas feitas pelo Grupo Coligação de Esquerda.

Neste contexto, destacou o gesto - ainda que insuficiente - sobre «os incêndios florestais, as florestas tropicais, as regiões fronteiriças e a cooperação inter-regional», bem como o respeitante à recuperação de Lisboa; o reforço relativamente às pescas; a importância concedida às Organizações Não Governamentais (ONG); e, num plano mais marcadamente político, a reserva dos créditos relativos à Turquia, o aumento das verbas para medidas positivas na África do Sul e ainda as novas linhas para as ONG's no Vietname e no Camboja, para além do aumento dos créditos para a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Joaquim Miranda manifestou ainda o apoio às propostas orientadas para «uma nova nomenclatura orçamental, nomeadamente no respeitante aos Fundos Estruturais» e também «à maior transparência orçamental decorrente da iniciativa do Conselho quanto às despesas administrativas no âmbito dos mini-orçamentos, que permitirão um melhor controlo orçamental por parte do Parlamento».

Sérgio Ribeiro na ONU

O deputado do PCP Sérgio Ribeiro foi eleito, no passado dia 24, vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Organização das Nações Unidas.

Nessa condição, Sérgio Ribeiro encontra-se desde ontem em Nova Iorque, onde permanecerá até ao próximo dia 2 com a delegação do PE para assistir à Assembleia Geral das Nações Unidas.

Esta é a primeira visita oficial daquela delegação à ONU.

Da agenda de trabalho da representação do Parlamento Europeu destaca-se uma reunião com Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU; um encontro com os embaixadores dos países membros da CEE junto das Nações Unidas; e reuniões com os departamentos da ONU para as questões do desarmamento, do desenvolvimento (PNUD) e das forças de paz das Nações Unidas.

PE aprova directiva sobre trabalho precário

As relações de emprego precário não cessam de aumentar nos países da comunidade, o que cria uma situação só por si anti-democrática e profundamente inigualitária nas nossas sociedades - denunciou a semana passada o eurodeputado Barros Moura, ao intervir no Parlamento Europeu no debate do relatório Salisch, sobre «relações de trabalho atípicas». Criticando as propostas apresentadas pela Comissão, que constituem um recuo significativo em relação à iniciativa do Parlamento, Barros Moura apelou aos socialistas para que não decairem das «posições mínimas constantes do relatório de iniciativa» afirmando que os comunistas não poderiam votar a favor de um parecer que desse cobertura à precarização do emprego. Um apelo que foi ouvido, pelo que o Grupo Coligação de Esquerda votou favoravelmente o relatório Salisch.

Na sua intervenção, Barros Moura fez notar que a precarização do emprego é uma forma de enfraquecer a posição jurídica e económica do trabalhador, de limitar os seus direitos e liberdades sindicais, políticas e pessoais, bem como um meio para reduzir a adesão às organizações e acções sindicais e de enfraquecer a influência das organizações dos trabalhadores.

Embora admitindo que as relações de trabalho «atípicas» (contratos a prazo, trabalho temporário, trabalho sazonal, ao domicílio, etc.) são admissíveis quando têm um «fundamento objectivo, excepcional ou conjuntural, ou ligado à concreta organização da produção ou do serviço, que legitime essas forams de recrutamento», Barros Moura considerou que tais relações não devem ser «um modo de precarizar a relação laboral e impedir a aplicação das leis e convenções colectivas geralmente aplicáveis» ou de substituir as previstas.

Para o eurodeputado, as relações *atípicas*, quando admitidas, não podem servir de pretexto para qualquer tipo de discriminação no estatuto jurídico e económico do trabalhador. Por isso mesmo, sublinhou, «a sua utilização deve ser objecto de consulta prévia às organizações representativas dos trabalhadores e de acompanhamento por parte das inspecções do Trabalho».

Assim, reconhece-se a necessidade de uma regulamentação comunitária do trabalho *atípico*, mas não para «normalizar» e generalizar esse tipo de recrutamento. Tal não parece ser o parecer da Comissão dado que, como disse Barros Moura, «ao considerar expressamente como "positiva" a flexibilização laboral assim obtida, a Comissão segue um mau caminho que só poderia conduzir a mais precarização».

Segundo afirmou o eurodeputado do PCP, a regulamentação comunitária «é indispensável porque a existência de disparidades - entre regimes nacionais mais ou menos permissivos - transforma a precarização do emprego através das relações *atípicas* em expedientes de redução dos custos laborais e sociais e, por essa via, em factos de promoção da competitividade num mercado cada vez mais desregulamentado».

Propostas da Comissão prejudicam trabalhadores

Para Barros Moura, as propostas da Comissão representam um significativo recúo em relação à iniciativa do Parlamento. Por um lado, remete a maior parte das disposições relevantes para um processo de decisão por unanimidade e sem cooperação com o PE; por outro lado, embora reconhecendo a necessidade de um mínimo de protecção aos trabalhadores *atípicos*, aponta para um regime de cunho liberal, permissivo de todas as discriminações e legitimadas do recurso a trabalhadores temporários para necessidades permanentes de trabalho.

Cabe lembrar, a propósito, que a unanimidade exigida para as questões sociais é objectivamente uma forma de impedir a sua aprovação, pois basta um dos Estados membros opor-se para que não possam ser aprovadas. Muito elucidativo é o facto de tal unanimidade não ser necessária para as questões relacionadas com a liberalização de capitais.

Barros Moura não deixou de o sublinhar, reafirmando a exigência de que «as decisões relativas à dimensão social tenham tratamento e prioridade idênticos às decisões de liberalização económica e financeira».

Já as propostas aprovadas pela Comissão Social (Relatório Salisch), inspiradas no relatório de iniciativa do PE, configuram - referiu o eurodeputado - um regime mais próximo do objectivo de combater a precarização do emprego e de garantir o direito de todos os trabalhadores à igualdade. O que não significa que não beneficiasse com certas alterações, designadamente no respeitante à salvaguarda dos regimes nacionais mais favoráveis aos trabalhadores, exigência de fundamento objectivo para este tipo de recrutamento e a proibição de preencher com trabalho temporário necessidades permanentes de trabalho.

Na sua intervenção, Barros Moura apelou ao Grupo Socialista para que não recuasse em relação às propostas do relatório de iniciativa do Parlamento, sob pena de enfraquecer a posição do PE, até porque, não estando garantido que vários Estados membros aprovassem uma proposta de directiva mesmo enfraquecida, **se estaria a colocar o PE na posição de dar cobertura política à precarização do emprego, o que obviamente não poderia merecer o voto favorável do Grupo Coligação de Esquerda em que se inserem os comunistas portugueses. Como disse o deputado Barros Moura, «as nossas alianças são com os trabalhadores».**

Preocupações a que foram sensíveis os eurodeputados, pelo menos parcialmente, o que levou o Grupo Coligação de Esquerda a votar favoravelmente a directiva, considerada como «um primeiro passo para uma regulamentação comunitária que acabe com os abusos da precarização do emprego».

Internacional

Esforços de paz opõem-se à escalada militar no Golfo

Enquanto os Estados Unidos parecem dispostos a enviar mais tropas para o Golfo e admitem uma intervenção militar para levar o Iraque a retirar do Kuwait, a URSS desdobra-se em esforços diplomáticos para desbloquear a situação e encontrar uma solução pacífica para a crise.

Segundo declarações de Mikhail Gorbartchov, durante a sua recente visita a Espanha, a União Soviética considera «necessário explorar todas as hipóteses para se encontrar uma solução política para o agudo conflito do Golfo. Ao qualificar como «um acontecimento muito importante» a reacção unânime da comunidade internacional, no quadro da ONU, exigindo a paragem imediata da agressão do Iraque ao Kuwait, o chefe de Estado soviético defendeu a manutenção dessa «unidade, firmeza e determinação», acrescentando que «existem sinais no Iraque que permitem pensar que a direcção iraquiana compreende que é impossível regular o problema pela via do ultimato». Esta afirmação aludia à missão especial do seu enviado, Evgueni Primakov, que esteve na Síria, Egipto, Iraque e Arábia Saudita, e foi possivelmente o motivo do pedido da URSS ao Conselho de Segurança no sentido de adiar a votação da 10ª resolução contra Bagdad.

Do outro lado, o secretário de Estado norte-americano, afirmou que aproveitará a sua próxima visita à Arábia Saudita para discutir com as autoridades locais as «opções militares» capazes de obrigarem Bagdad a retirar as tropas do Kuwait. Esta visita, segundo alguns observadores, poderá relacionar-se com a preparação de um eventual ataque contra o Iraque.

Por seu turno o secretário de Estado da Defesa dos EUA, Dick Cheney, declarou a uma cadeia de televisão que, para aumentar a «credibilidade» da capacidade ofensiva do seu país, é provável o envio de mais cem mil soldados para bases terrestres e navios de guerra na região do Golfo.

Não à guerra

A oposição a uma possível guerra tem entretanto vindo a crescer quer nos Estados Unidos, quer na Europa. Milhares de manifestantes em Nova Iorque e em vinte e seis outras cidades dos EUA saíram às ruas gritando «não queremos um novo Vietnam. Não vamos lutar pela Texaco». O apelo contra a guerra foi lançado pela coligação para deter a intervenção dos Estados Unidos no Médio Oriente, na qual participam mais de cinquenta organizações sindicais e religiosas, associações de antigos combatentes e de militantes pelos direitos civis ou pelo desarmamento nuclear.

Esta reacção da opinião pública norte-americana vem no seguimento da queda da popularidade de Bush para quase 20 por cento, e do desafio lançado por muitos congressistas à autoridade do presidente para decidir um ataque sem que previamente o Congresso declare guerra.

Também em França, dezenas de milhar de pessoas desfilaram na capital, respondendo ao apelo de setenta e cinco personalidades e de numerosas organizações, para dar um retundante não à guerra, exigir a retirada das tropas do Golfo, bem como uma solução pacífica negociada. Registaram-se igualmente protestos em Lyon, Lille, Limoges, Auxerre, Troyes, Saint-Lô.

Aumenta a oposição a uma eventual guerra no Golfo. Na foto manifestantes franceses exigem nas ruas de Paris a retirada das tropas e a solução pacífica negociada da crise

PCP comenta

Por ocasião do regresso dos trabalhadores portugueses que se encontravam no Iraque, o gabinete de imprensa do PCP divulgou o seguinte comentário:

O regresso a Portugal e ao convívio com as suas famílias dos trabalhadores portugueses que se encontravam no Iraque, pondo termo a um período de compreensível preocupação e ansiedade, constitui um acontecimento que é motivo de justo regozijo plenamente partilhado pelo PCP.

É de recordar que, desde a primeira hora, o PCP defendeu uma orientação política geral face ao conflito do Golfo e uma dinâmica acção diplomática que favorecessem o rápido regresso dos nossos compatriotas.

Racismo na Alemanha

O último relatório divulgado pelos cinco mais importantes institutos económicos da Alemanha, sobre a economia nacional e as previsões para os próximos 6 meses, está bem longe de ser optimista. Um facto particularmente grave — as perspectivas de agravamento do desemprego. Em flecha na ex-RDA, mas também significativo na ex-RFA. Factos que não podem deixar de se interligar com a subida de tom da direita fascista. E não apenas na sua expressão eleitoral.

O relatório económico de Outono indica um previsível crescimento económico de apenas 1,5% no próximo ano e uma taxa de inflação de 4% (2,5% em 1990).

No que se refere ao desemprego, as previsões a Leste apontam para os 1 700 000 pessoas. Mas também na RFA, espera-se que o desemprego atinja os dois milhões.

Face a esta situação, os sindicatos e os partidos Social-Democrata e Verdes já tomaram posição, exigindo investimentos para a criação de novos postos de trabalho na RDA e para a reciclagem profissional. Sublinhou-se igualmente que estas previsões confirmam que o processo de reunificação foi precipitado.

No plano político, esta subida do desemprego parece estar a ter perigosos reflexos num reforço da direita, nomeadamente dos nazis. De relembrar que nas recentes eleições nos Estados alemães da ex-RDA e na Baviera, o Partido Republicano (extrema-direita) passou pela primeira vez, na Baviera, a barreira dos 5 por cento, entrando para o parlamento estadual.

Por outro lado têm-se registado algumas manifestações abertamente nazis, ainda que pouco numerosas. Há dias, em Dresde, cerca de 300 pessoas juntaram-se para gritar slogans nazis e racistas, nomeadamente — «Ausländer raus!» (fora com os estrangeiros). O perigoso retomar de palavras de ordem do tempo de Hitler.

Significativamente, nas vésperas, a polícia alemã havia revistado a sede do Partido do Socialismo Democrático (PDS), sem mandato de busca. Gregor Gysi, presidente do Partido, apresentou oficialmente queixa.

O facto levantou protestos na Alemanha.

Os porta-vozes dos Verdes, Strobele e Damus, reclamaram sanções contra os responsáveis da operação, afirmando que «o debate político não pode resolver-se a golpe de medidas policiais». Também os liberais apresentaram o seu protesto. O deputado liberal Burkhard Hirsch sublinhou: «O PDS é um partido legal. Deve ter os mesmos direitos que os outros».

MPLA-PT decide multipartidarismo para Angola

O Comité Central do MPLA-PT decidiu consagrar na Constituição angolana o sistema multipartidário até ao primeiro trimestre do próximo ano. De acordo com o comunicado final da sessão extraordinária, terminada na passada sexta-feira, será ainda aprovada, dentro do referido prazo, a lei dos partidos políticos.

O Comité Central decidiu ainda que a nova Constituição do País, que será globalmente revista, deverá ser aprovada doze meses após a presente revisão parcial.

Quanto à realização de eleições gerais, foi visto que terão lugar em data a definir por especialistas, após a instauração da paz em Angola. Por outro lado, o MPLA-PT considerou que as Forças Armadas devem ser despartidarizadas e transformadas em exército nacional, bem como proceder-se-á ao levantamento dos campos de minas militares por forma a permitir a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional, bem como a identificação e recenseamento dos eleitores.

Estas propostas, a submeter à apreciação da Assembleia do Povo e do 3º Congresso, que reúne na primeira semana de Dezembro, inserem-se no conjunto de reformas que desde há alguns meses têm vindo a ser introduzidas no sistema político angolano, mas até ao momento não obtiveram a resposta desejada por parte da UNITA que insiste em prolongar a guerra no País.

Nesta sequência, o presidente Eduardo dos Santos afirmou no passado domingo, em Luanda, que as acções militares da UNITA só podem ser entendidas como «uma guerra contra a democracia». O presidente, que falava numa conferência de imprensa realizada após um encontro com o seu homólogo zambiano, Kenneth Kaunda, acrescentou que enquanto «a UNITA insistir na via militar para a solução do problema, teremos que reforçar as nossas unidades militares, para impedir que o poder seja tomado pela força.»

A posição de força da UNITA deve-se em grande parte ao apoio que desde sempre tem recebido dos Estados Unidos. Não obstante as propostas claras do governo de Luanda no sentido de pacificar o País, a Câmara norte-americana dos Representantes aprovou na passada semana a concessão de cerca de 65 milhões de dólares em ajuda militar à UNITA. Esta decisão foi tomada apesar de se terem levantado vozes contra a ajuda. Foi o caso do congressista republicano Hyde que exortou sem êxito os seus colegas a rejeitarem a lei de apoio à UNITA. Em sua opinião as condições estabelecidas para a entrega da ajuda norte-americana a Jonas Savimbi são prejudiciais para o processo de paz angolano.

Também com este objectivo, o embaixador de Angola nas Nações Unidas, Manuel Pedro Pacavira, enviara uma carta antes da aprovação da ajuda, onde pedia encarecidamente o apoio de cada congressista para pôr termo à «ajuda militar mortífera dos Estados Unidos à UNITA».

Segundo Pacavira, a continuação da ajuda militar a Savimbi somente serve para adiar o progresso das conversações de paz directas e ignora o empenho de Luanda numa solução pacífica para o conflito. O diplomata recordou ainda que «Angola tem a maior taxa per capita de amputados do mundo, consequência da destruição irresponsável da guerrilha». A missiva indicava também que o governo angolano comprometeu-se a não comprar mais materiais bélicos à União Soviética nem a outros países, contando em troca com a suspensão do apoio militar norte-americano à UNITA.

Por seu turno, a Câmara dos Representantes admite o corte da ajuda a Savimbi se o governo propuser um calendário específico e «razoável» para a realização de eleições multipartidárias e se a URSS deixar de apoiar militarmente o governo angolano. Mas para já a a torneira vai continuar a despejar dólares no quartel de Savimbi.

Internacional

EL SALVADOR

FMLN exige desmilitarização total

A FMLN aponta o exército como o responsável fundamental de uma guerra que, em 10 anos, fez 70 mil vítimas numa população de 5 milhões de habitantes

Dia 4 de Novembro deverá realizar-se a próxima ronda de conversações entre a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) e o governo de Alfredo Cristiani, se houver a perspectiva de obter resultados concretos. Em causa a possibilidade de um acordo político — que necessariamente passa pela desmilitarização e a democratização do país — que ponha fim à guerra que lavra em El Salvador há já dez anos e onde perderam a vida mais de setenta mil pessoas, na sua maioria civis. Uma guerra que tem vindo a ser alimentada pelas armas que os EUA fornecem ao governo salvadorenho.

Neste quadro, é significativa a decisão do Senado norte-americano de congelar parcialmente a ajuda militar ao governo de Cristiani, congelamento que ficará dependente do êxito ou fracasso das negociações de paz, em curso desde Abril sob os auspícios das Nações Unidas. Um facto que é considerado por dirigentes da FMLN como um «sinal positivo», não se ignorando embora que nas últimas semanas os fornecimentos de armas tenham sido acelerados.

O facto é que o peso dos Estados Unidos nesta guerra é decisivo, como foi recentemente reconhecido em declaração do Senador Patryk Leary (Democrata/Vermont), presidente do sub-comité das operações externas, e do Senador Christopher J. Dodd.

Nesta declaração, de Agosto deste ano, e a propósito da lei sobre a ajuda militar a El Salvador, afirma-se: «Após dez anos de guerra, mais de quatro mil milhões de ajuda norte-americana, 70 000 mortos, os esquadrões da morte, os atentados indiscriminados aos Direitos do Homem, a recusa do governo e do exército de qualquer acordo sério, é chegado para nós o momento de admitirmos que a nossa política em Salvador é um clamoroso fracasso».

E mais adiante sublinha-se: «o exército salvadorenho representa o principal obstáculo. Tal é a dura realidade nesta questão: não haverá paz, justiça, democracia em São Salvador enquanto as forças militares e de segurança agirem no país com toda a impunidade. Este é o problema político fundamental, é a grande questão neste conflito: o Presidente Cristiani sabe-o, o Presidente Bush também. Sabemo-lo todos.

«É por isso que esta proposta diz respeito à ajuda militar que os Estados Unidos concedem ao exército salvadorenho. A mensagem é simples e directa: uma verdadeira reforma militar é essencial para o sucesso das negociações. Esperamos do governo salvadorenho e da sua componente armada uma atitude consequente».

A questão das Forças Armadas como um elemento decisivo a considerar em qualquer processo de paz e democratização em El Salvador é particularmente salientado pela FMLN.

O verdadeiro problema para a democracia em El Salvador, «é o papel das Forças Armadas. É um factor que sobredetermina não apenas o governo civil, mas toda a sociedade civil, em todos os seus poros», diz em conferência de imprensa nas Nações Unidas, em fins de Setembro, o comandante Schafik Jorge Handal, do comando geral da FMLN.

Para a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional, a grande exigência é a desmilitarização total do país. Uma exigência a inserir no processo de negociações actualmente em curso.

Concretamente, este processo de negociações tem duas etapas. Na primeira, há que chegar a acordos políticos, levando a um acordo de cessar-fogo. Na segunda, cessam os combates mas ambos os exércitos (da Frente e do governo) continuam armados, prosseguindo as negociações até um acordo de paz.

O que a FMLN pretende é que, antes do acordo de cessar-fogo, se assine um compromisso para que na segunda fase de negociações se elabore conjuntamente um plano para a extinção de ambos os exércitos.

Defendendo esta tese em discurso dirigido aos movimentos de solidariedade, Jorge Handal afirma: «Com este exército não se pode pensar em paz... É impossível! E não se pode pensar em paz nem em desenvolvimento com tal exército. E tão pouco em justiça social, porque não pode haver justiça social sem desenvolvimento. No nosso país, a única coisa que poderíamos fazer agora, era distribuir a miséria, a pobreza, não poderíamos fazer justiça social. Somos um pequeno país numa região muito convulsionada, quem pense no futuro tem que pensar em dissolver os exércitos, não pode pensar de outra maneira. E terão que desaparecer todos os exércitos centro-americanos. Esta é uma exigência que já está a surgir, inclusivé estão a começar a reunir-se a ver se se reduzem os exército. O ex-presidente Arias acaba de levantar essa mesma bandeira. Quer dizer que esta não é uma exigência de uns esquerdistas maximalistas. É a própria história que o impõe. Nós sentimo-nos muito orgulhosos de o ter compreendido a tempo, através de caminhos muito complexos, mas entendêmo-lo. E se há alguma garantia de que haverá liberdade, democracia, e a sociedade civil terá nas suas mãos o seu próprio futuro e não vai depender nem das nossas promessas nem das promessas de ninguém — é esta. Trata-se de uma causa digna de ser firmemente tomada entre mãos e levada até ao fim. Não é maximalista, é realista!».

FMLN

Proposta global de negociações

Em 30 de Abril, a FMLN levou a Caracas uma proposta global de negociações, com base em três eixos fundamentais: a desmilitarização, a democratização e o pacto económico e social.

Nessa proposta, que hoje, em véspera de nova ronda de negociações, mantém toda a actualidade, a FMLN define um processo de desmilitarização a partir de: «Fim da impunidade dos militares, depuração das Forças Armadas, dissolução dos corpos de segurança, processo de redução das Forças Armadas, subordinação ao poder civil, profissionalização e mudança de mentalidades, desmantelamento das forças paramilitares, desmilitarização total e desaparecimento do exército.»

Na conclusão do texto desta proposta concreta, que engloba 18 pontos, sublinha-se que «sem o esclarecimento e julgamento dos culpados de todos os casos deste **genocídio** que ultrapassa as 50 mil vítimas, que foram assassinadas individualmente ou em massa, desde as formas mais simples às mais abomináveis e aberrantes, que incluem cidadãos comuns, homens e mulheres de todas as idades (incluindo velhos e recém-nascidos), camponeses, operários, professores, estudantes, médicos, estropiados de guerra, cidadãos estrangeiros (incluindo vários norte-americanos), membros de organizações de direitos humanos, jornalistas, sacerdotes, freiras, oficiais do exército, empresários e até um arcebispo, **não se considerará concluída a negociação**.»

Ao fundamentar as suas propostas de total desmilitarização da sociedade salvadorenha, o comando-geral da FMLN sublinha: «**A Força Armada é uma das causas principais do conflito.** O problema não é reduzí-la. Há dez anos era muito mais pequena e exercia uma ditadura aberta e directa. Assim, a solução é acabar com o militarismo e abolir o exército, porque este foi repressivo, gerador de guerra, foco de corrupção e de abusos de poder, inútil e improdutivo e neste momento é já uma componente política, económica e social obsoleta e desnecessária. A nossa soberania não corre perigo na América Central, onde há um processo de desmilitarização. Por outro lado, já não existe o pretenso perigo de expansionismo soviético. Nada mais justifica um Estado armado que uma pretensão ditatorial directa, indirecta e potencial.»

Saudação ao PC do Chile

Por motivo da legalização do Partido Comunista do Chile, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Chile a saudação que transcrevemos:

Queridos camaradas

Na ocasião em que os comunistas chilenos conquistam a legalização do Partido Comunista do Chile, após lutas heróicas plenas de sacrifícios, o Partido Comunista Português envia as mais calorosas saudações e votos de êxitos em prol da luta da classe operária e do povo chileno pela democracia, paz, progresso social e socialismo.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Contratos de Desenvolvimento para a Habitação» foi a designação dada a um programa de habitação lançado pelo Governo em Novembro de 1974, visando a produção e financiamento de habitações de renda limitada.

Com esta iniciativa procurava-se, por um lado, fazer face ao grave problema habitacional e, por outro, iniciar a reconversão produtiva da construção civil, onde grassava a especulação quer com os terrenos, quer com a comercialização de habitações.

Para captar as empresas para este programa, eram concedidos privilégios de vária ordem: isenções fiscais; auxílio do Fundo de Fomento da Habitação na elaboração e execução de projectos; financiamento com juros especiais, fiança do FFH nas operações de financiamento; facilidades nos processos de urbanização e construção.

O peso que tais facilidades teriam nos encargos do erário público e na redução da qualidade dos fogos seria contrabalançado, em princípio, pela redução dos custos da habitação e consequente abertura dos fogos à população mais carenciada.

Criadas as expectativas nas camadas de menores recursos e lançado o programa - a que muitas autarquias, como a do Seixal, aderiram de boa fé - cedo se verificou que as boas intenções não passaram disso.

A legislação publicada posteriormente, em 1976 e 1977, veio contrariar completamente os objectivos que presidiam ao lançamento dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação, retirando-lhe todo o conteúdo de habitação social.

Às autarquias, postas à margem de todo este processo, resta o processo burocrático da documentação.

Os preços de venda foram agravados especulativamente, uma vez que a nova legislação permite a actualização escandalosa de terrenos, projectos, materiais adquiridos (e implantados há muito nas construções) e ainda salários já pagos. Isto é, fogos concluídos entre 1976 e 1977 são vendidos com preços de 1978! Os lucros dados às empresas com este sistema são verdadeiramente escandalosos.

Finalmente, desaparece por completo dos Contratos de Desenvolvimento a característica de habitação social, uma vez que os preços de venda dos fogos são, por vezes, superiores aos do mercado privado (...)».

(«Contratos de Desenvolvimento - o que foram, o que são» - «Avante!», VII Série, nº 298, 4 de Outubro de 1979)

AVANTE!

«Milhares de habitantes dos concelhos de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro estiveram em luta durante vários dias em defesa da Linha do Sabor, ameaçada de extinção pelo Conselho de Gerência da CP, que pretendia entregar os transportes da região a duas empresas de camionagem privadas, com incalculáveis prejuízos para os utentes da linha, a lavoura e o comércio daquelas localidades.

Foi esta a segunda tentativa realizada pelo Conselho de Gerência da CP para a extinção daquela ferrovia; a primeira teve lugar em Julho último e gorou-se também graças à iniciativa e oposição das populações, sendo de salientar então uma concentração popular realizada frente ao edifício da Câmara Municipal de Moncorvo.

Desta vez, as populações imobilizaram uma automotora numa das estações da linha, retiveram seis autocarros em várias localidades e concentraram-se nas barragens e centrais eléctricas da Bemposta, do Picote e de Miranda do Douro até que as suas reivindicalções fossem satisfeitas.

(...)Estudos feitos pela própria CP comprovam que a Linha do Sabor é economicamente rentável desde que as locomotivas a vapor sejam susbstituídas por locomotivas a gasóleo.»

(«A luta popular pela manutenção da Linha do Sabor» - «Avante!», VII Série, nº 298, 4 de Outubro de 1979)

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 880
31 de Outubro de 1990
3.º Caderno

Dossier

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
A L M A D A

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Este Dossier que o «Avante!» hoje publica, dá a conhecer ao leitor excertos das intervenções em plenário, durante o Encontro do PCP sobre Independência Nacional, realizado em Almada, nos dias 20 e 21 de Outubro. O número anterior do nosso jornal, para além dos artigos publicados sobre os trabalhos do Encontro, publicou na íntegra os discursos dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas.

Intervenções em plenário

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

■ *Octávio Teixeira*

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E INDEPENDÊNCIA

Independência económica do país um objectivo central da alternativa

Cremos, firmemente, que não faz apenas sentido como é necessário e justo colocar a independência económica do País como um dos objectivos centrais de uma política e de uma alternativa democráticas.(...)

Em primeiro lugar, porque a internacionalização da vida económica não pode fazer esquecer a diversidade de níveis e padrões culturais, de recursos e interesses nacionais de países e povos que se querem independentes e soberanos.

Em segundo lugar, porque é indesmentível que as orientações actualmente prevalecentes no processo de internacionalização - dominado pelos interesses dos países capitalistas desenvolvidos e pelas transnacionais - visam a exploração e dominação económica, e não a implementação de novas formas de efectiva cooperação e solidariedade internacional, nem a promoção de uma mais justa distribuição da riqueza entre países, regiões e classes sociais.

Em terceiro lugar, porque as crescentes interdependências económicas não são abstractas mas concretas e profundamente assimétricas, já que os países capitalistas mais industrializados, designadamente pelo seu superior nível de desenvolvimento das forças produtivas, conseguem influenciar e impor aos países menos desenvolvidos especializações produtivas desvalorizadas e inserções dependentes das suas economias na divisão internacional do trabalho.(...)

É, pois, num quadro de recusa simultânea da absolutização do conceito de interdependências abstractas e da valorização de quaisquer tendências autárcicas, e de consideração realista da internacionalização crescente da economia portuguesa e da sua inserção no processo de integração comunitária e na divisão internacional do trabalho, que defendemos e nos batemos pela independência económica de Portugal.

Quando falamos de independência económica do País, no quadro das interdependências crescentes, queremos dizer que é necessário quebrar o círculo vicioso do actual desenvolvimento capitalista estruturalmente dependente de países dominantes e recusar a condenação da economia portuguesa a um elemento passivo das estratégias das economias mais fortes e que a sua inserção na divisão internacional do trabalho seja fundamentalmente determinada segundo a lógica de funcionamento do capital transnacional.(...)

E, como a vida mostra, a crescente internacionalização tem sido feita, essencialmente, pela sua abertura aos capitais estrangeiros e, em consequência, a ser crescentemente determinada e controlada pelos centros de decisão exteriores ao país, subalternizando interesses especificamente nacionais e ao arrepio da afirmação dos justos e legítimos interesses e aspirações dos trabalhadores e doutras classes sociais e laboriosas.

As consequências imediatas de tal processo de internacionalização estão à vista. Por um lado o sistema produtivo português continua a evidenciar uma forte dependência tecnológica, uma débil base de produção de bens de equipamento e um fraco grau de coerência interna.

Por outro lado a inserção da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho continua, no essencial, virada para a produção de bens de consumo tradicionais e de produtos industriais que, por condiões internas favoráveis ligadas em especial aos baixos salários, permitem ao capital transnacional integrar a sua produção no quadro de uma estratégia própria à escala internacional.

Ascresce que a actual aceleração do processo de integração comunitária, dominada prioritariamente pela lógica de criação do *mercado interno* assente no simples jogo de mecanismos de mercado, inevitavelmente favorecendo as desigualdades entre as economias de países comunitários e acentuando as fragilidades estruturais da economia portuguesa e a sua dependência de centros de decisão externos.

É esta via de agravamento progressivo da dependência que urge recusar e alterar, sem esquecer que a crescente integração da economia portuguesa na CEE - e em espaços económicos mais amplos - implica graus mais elevados de interdependência e alguma redução da autonomia de que o país dispõe para tomar decisões determinantes na posição a ocupar pela economia portuguesa no quadro da economia europeia e mundial.

Por isso mesmo, para se afirmar e defender a independência económica do país, consideramos indispensável um projecto nacional de desenvolvimento da economia portuguesa, participadamente definido e claramente assumido.

Projecto que nada tem a ver com hipotéticas soluções autárcicas, nem significa uma ruptura irrealista com o quadro em que Portugal está inserido.

Significa, em primeiro lugar, que é possível e necessário que Portugal contribua para combater as lógicas de integração comunitária que conduzam ao reforço da dominação e à acentuação das desigualdades regionais e sociais, e que lute por uma efectiva coesão económica e social como componente imprescindível da União Económica e Monetária.

Depois, que a actual inserção de Portugal na divisão internacional de trabalho e as principais fragilidades estruturais da economia portuguesa não são fatalidades, e que a superação das principais vulnerabilidades é possível no próprio quadro da participação nacional no espaço comunitário.

Em terceiro lugar significa que é possível mobilizar uma forte *vontade política* nacional capaz de desenvolver as potencialidades da economia portuguesa, de forma a criar e reforçar vantagens comparativas que uma lógica de lei do mais forte não permitirá.

Finalmente, que a política nacional de desenvolvimento deve ter como centro e finalidade o bem-estar dos portugueses.

Neste enquadramento, um projecto nacional de desenvolvimento económico e social que preserve a independência do País deve, em nosso entender, visar o reforço possível do grau de coerência interna da estrutura produtiva, reduzir os principais desequilíbrios estruturais geradores de dependência, potenciar o melhor aproveitamento dos recursos nacionais e alterar profundamente a actual especialização produtiva.

Na economia de uma intervenção, não é possível desenvolver e aprofundar as linhas do que, para nós, devem integrar um projecto de desenvolvimento que salvaguarde a independência e soberanias nacionais.

Abalanço-me, porém, a explicitar alguns dos vectores fundamentais em que deverá assentar.

Desde logo numa política de valorização dos recursos humanos nacionais e de formação de mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento, apostando na articulação da educação, formação profissional e ciência e tecnologia. Em particular, a política de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico deve alargar a capacidade do País nestes domínios, orientando-o, preferencialmente, para os sectores e actividades estratégicas da economia nacional.

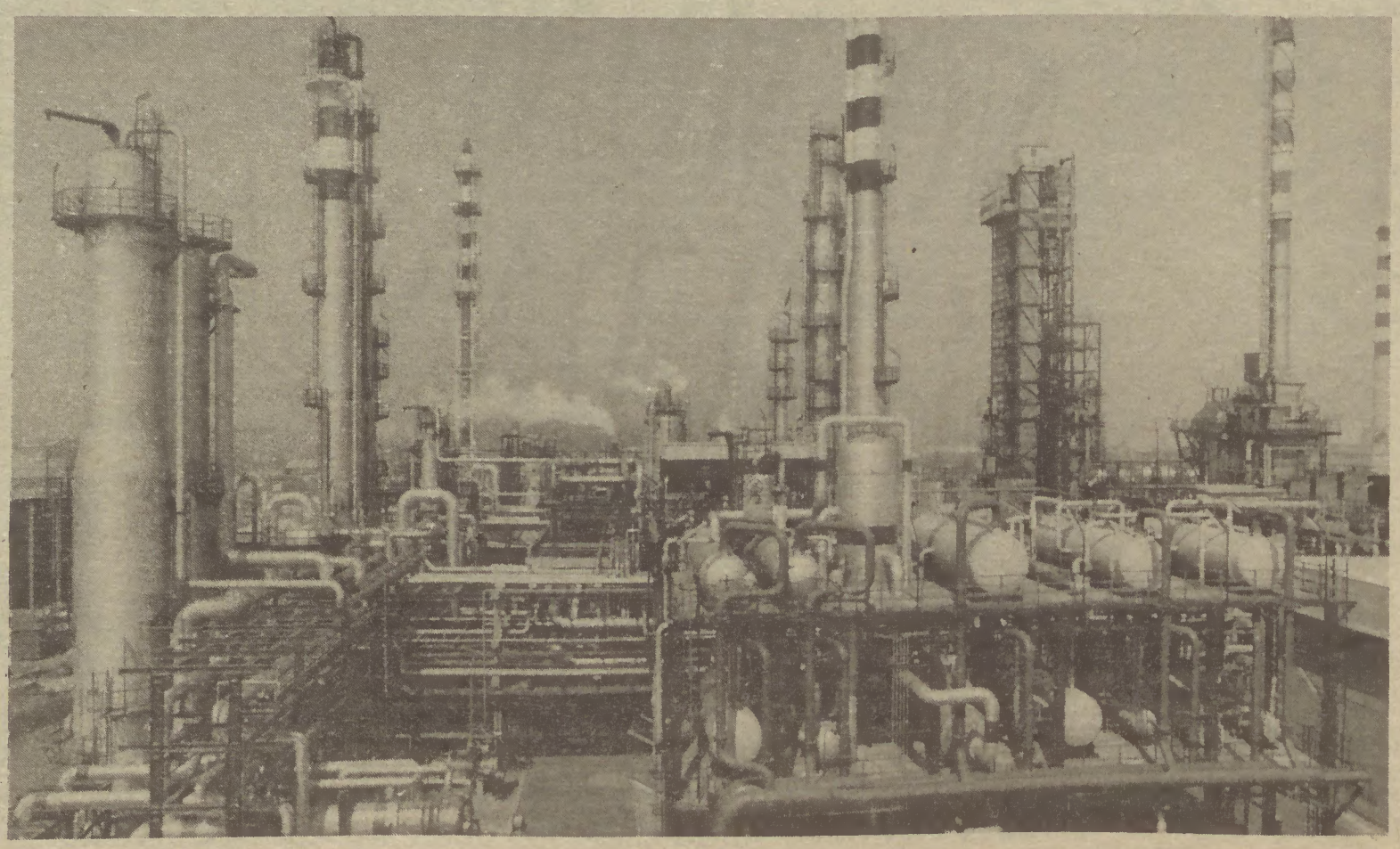
Por outro lado, e em íntima articulação com a investigação e desenvolvimento tecnológico, impõe-se uma política determinada de alargamento da base de produções de bens e de equipamento. Sem um maior domínio da tecnologia e uma base mais alargada da produção de bens de equipamento, o país estará condenado à mais completa dependência no processo de acumulação e de desenvolvimento da economia portuguesa.

Como um terceiro vestor do projecto nacional de desenvolvimento, aponte-se a definição e implementação de uma estratégia industrial orientada para a valorização e aproveitamento integrado dos recursos materiais para a modernização do aparelho produtivo, para o aumento da produtividade e para o reforço e rápido desenvolvimento de novos sectores estratégicos, única forma de fugir ao círculo vicioso da dependência em que a economia portuguesa se afunda no quadro de uma competitividade induzida pelo critério de vantagens comparativas estática.

Em quarto lugar, e inserida no aproveitamento racional dos recursos naturais, a efectiva reestruturação e modernização da agricultura e das pescas, visando o acréscimo da produção e da produtividade, a redução estratégica da dependência alimentar e o combate às desigualdades sociais que atingem os agricultores e pescadores portugueses.

Em quinto lugar, o desenvolvimento económico do país deve assentar numa organização económica mista, com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias que, longe de se oporem, podem e devem ser complementares. Para além de constitucionalmente consagrada, é esta organização económica a que melhor serve um projecto nacional de desenvolvimento que salvaguarde os interesses e soberania nacional. Nesta organização económica mista não se põe em causa a possibilidade da intervenção do investimento estrangeiro. Mas não nos restam dúvidas que, pela sua própria natureza, só em condições muito particulares os interesses das transnacionais poderão coincidir, objectivamente, com as necessidades estruturais da economia portuguesa. Consideramos por isso essencial que sejam criadas as condições necessárias para que nos sectores estratégicos para a economia portuguesa e nos centros fulcrais de decisão económica, seja garantida a soberania nacional. O que, nas condições objectivas do país, exige a salvaguarda e consolidação do papel do Sector Empresarial do Estado, designadamente no sector financeiro, em sectores industriais essenciais e nas telecomunicações, assegurando a sua articulação com o sector privado e social com vista a garantir o domínio nacional em áreas estratégicas da economia portuguesa.(...)

Como último, mas não menos importante, vector fundamental de um projecto económico de independência nacional, julgo que deveremos referir a necessidade de diversificação e intensificação das relações económicas com países exteriores à CEE (...), ganhar maior campo de manobra para reforçar a posição de Portugal na divisão internacional do trabalho e reduzir dependências.(...) ■



■ *Albano Nunes*

POLÍTICA EXTERNA

É chegado o momento de reconsiderar compromissos

Razões históricas, geográficas, políticas e outras determinaram o actual posicionamento de Portugal na Europa e no mundo, o seu lugar na divisão internacional do trabalho, o seu sistema de alianças político-militares.

Uma política externa nacional tem necessariamente de partir desta realidade. Não porém para se conformar com ela mas para intervir corajosamente em defesa da independência e da soberania nacional e em favor da paz e do progresso universal das nações e dos povos.

A luta por uma política externa nacional sempre actual situa-se hoje — como a crise do Golfo vem acentuar — na primeira linha da luta por uma alternativa democrática.

Para esta luta partimos, da realidade do povo, da realidade da nação e da sua vitalidade, da realidade do Estado cuja natureza democrática queremos preservar e aprofundar.

Partimos da posição programática do nosso Partido segundo a qual «a independência, a soberania e integridade territorial de Portugal constituem valores fundamentais inalienáveis da Nação, do Estado e do Povo».

Partimos da Constituição da República que obriga a defesa da soberania e da independência nacional contra quaisquer orientações de submissão.

A primeira de todas as questões diz respeito à própria natureza patriótica, nacional e mesmo constitucional da política externa. Trata-se basicamente de uma política autónoma portuguesa, definida em função dos interesses nacionais, e pelos órgãos de soberania de Portugal. Uma política aberta à necessária e diversificada cooperação mas que não aliena a soberania e assegura a autonomia de decisão do nosso País.

As alianças e acordos internacionais de Portugal não podem significar, como de facto têm significado situações de subalternidade, de dependência e muito menos de subordinação a interesses alheios.

Neste plano **pensamos que é chegado o momento de proceder de forma serena, responsável e despreconceituosa, à reconsideração global dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português ao longo de várias décadas que a prática tenha mostrado** desajustados ou tornado mesmo contraproducentes e obsoletos em função das transformações entretanto verificadas na Europa e no mundo.

(...)

Naturalmente que o imperialismo procura explorar em seu proveito os dramáticos acontecimentos nos países socialistas do Leste da Europa. São manifestas as tentativas para desequilibrar a correlação de forças e tentar impor (como Bush recentemente afirmava) uma «nova ordem mundial» sob a égide dos EUA.

O certo porém é que (como assinalámos no nosso XIII Congresso) se registaram entretanto grandes progressos no sentido do desanuviamento, do desarmamento, da cooperação e segurança internacional. É nesta realidade que uma política externa nacional tem de pôr o acento, intervindo activamente para a tornar irreversível. Com ela se criam condições de enquadramento externo geral mais favoráveis à defesa da independência e da soberania nacional.

(...)

Perante os acontecimentos no Leste da Europa surgem concepções claramente voltadas não para a construção de «uma casa comum» de povos e Estados iguais em direitos, mas para uma reconstrução do mapa económico, político e militar da Europa hegemonizada pelo grande capital, tendo a CEE como «núcleo duro» cuja influência se alargaria segundo a teoria dos «círculos concêntricos» e tendo a NATO como pilar do sistema de segurança europeu. É com preocupação que vemos que tais concepções não só são partilhadas como activamente defendidas pelo Governo do PSD.

O PCP rejeita firmemente tais concepções e objectivos que se inserem numa lógica de bloco imperialista com que é necessário romper.

☆

A defesa da independência nacional **exige a diversificação das relações externas de Portugal**. O afunilamento das nossas relações para um pequeno conjunto de países constitui por si só um gravíssimo factor de dependência que urge ultrapassar.

Naturalmente que as relações do nosso país no quadro da CEE se tornaram uma vertente de primeiro plano no relacionamento externo do País. Atribuímos também grande importância às relações tradicionais com os EUA e outros países capitalistas desenvolvidos. Não preconizamos que se ponham em causa tais relações, contrariando e combatendo simultaneamente as marcas de subalternidade e desigualdade que comportem.

Do que se trata é de avançar decididamente numa linha de diversificação das relações externas portuguesas, rejeitando os espartilhos supranacionais que se pretende impor no quadro de uma «política externa comum» da CEE e, sobretudo, fazendo valer as potencialidades próprias do País no âmbito de uma justa divisão internacional do trabalho e para o diálogo enriquecedor das culturas e experiências, dando à política externa portuguesa uma dimensão universal e universalista.

Há que persistir no **desenvolvimento das relações com a URSS assim como com a China** e outros países socialistas em relação aos quais têm sido desperdiçadas amplas possibilidades de cooperação mutuamente vantajosas. As relações com os países do Leste europeu exigem uma orientação isenta das ingerências e cálculos de aproveitamento imediatista da crise que atravessam.

Uma particular atenção deve ser dada às **relações com o Terceiro Mundo**. Por razões históricas e devido ao extraordinário capital político que resulta da revolução de Abril e do processo de descolonização, Portugal está particularmente vocacionado para o desenvolvimento das relações com África (e em primeiro lugar com os novos países africanos de língua oficial portuguesa), mas também com o mundo árabe, com a América Latina (particularmente com o Brasil), com a Índia e outros países asiáticos, com povos de que a História nos aproximou e com os quais o povo português teceu vínculos de cultura, compreensão e respeito mútuo que devem ser valorizados.

Para que isso seja possível é porém necessária uma autêntica viragem na política externa portuguesa, pois o desenvolvimento de relações em direcção ao Terceiro Mundo tem sido e continua a ser comprometido por uma atitude de humilhante subserviência em relação ao imperialismo e por preconceitos neocolonialistas. (...)

As relações de Portugal com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe devem constituir uma das prioridades da política externa portuguesa. Tais relações não só estão muito longe de corresponder às reais possibilidades como estão profundamente feridas pela duplicidade que tem caracterizado a política do Governo do PSD.

Em relação a **Timor-Leste**, impõe-se uma ofensiva diplomática e uma intensa acção de esclarecimento da opinião pública internacional.

A voz e a intervenção de Portugal têm de fazer sentir-se em relação aos grandes problemas da vida internacional, à solução política negociada dos mais importantes conflitos regionais, à solução dos problemas globais, a começar pelos problemas da paz e da guerra e da explosiva situação do Terceiro Mundo. A contribuição para a criação de uma **nova ordem económica e política mundial**, baseada no respeito pela livre opção dos povos e na cooperação entre Estados soberanos, liberta das relações de desigualdade e tutela neocolonial ainda dominantes, liberta da ameaça nuclear e do recurso à força como forma de dirimir problemas internacionais, deve constituir uma direcção permanente da política externa portuguesa, em que o papel da ONU, como instrumento de cooperação entre Estados, deve ser valorizado.

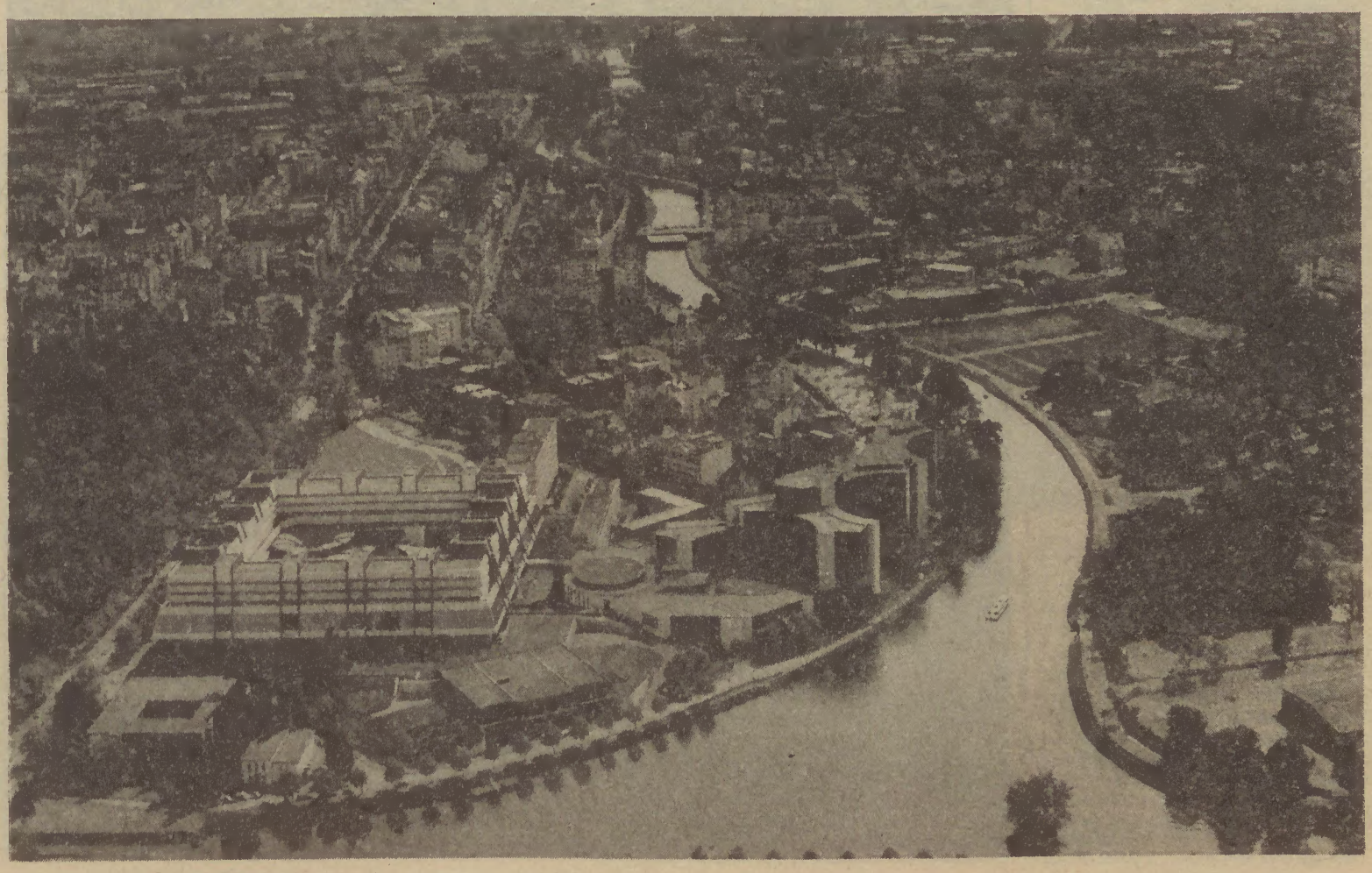
☆

Uma política externa nacional implica autonomia e critérios fundados no interesse nacional; implica informação e transparência junto da opinião pública; implica consulta com as principais forças políticas e sociais em matérias de maior relevo; implica — sem prejuízo das competências próprias do Governo e PR — a valorização do papel da AR e Comissões correspondentes; implica, no que respeita ao corpo diplomático, uma criteriosa distribuição de recursos materiais e humanos visando a adequada cobertura de áreas fundamentais, baseada em critérios de competência e ausente de discriminações político-partidárias.

Lamentavelmente nada disto é característico na política e na prática do Governo do PSD que governamentaliza e partidariza orientações e instrumentos fundamentais de política externa e chega ao ponto de confessar «não ter posição» enquanto a CEE ou a NATO a não formularem colocando assim o País a reboque de posições exteriores.

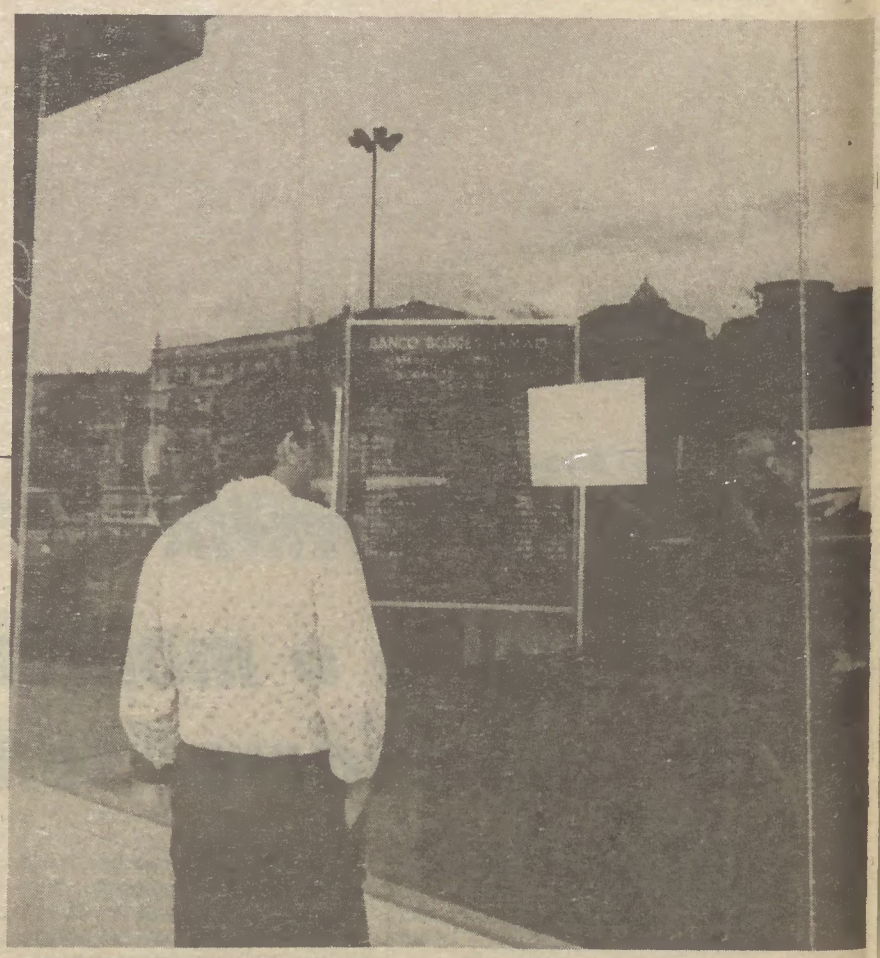
A nossa luta em defesa da independência nacional e da afirmação de Portugal no mundo é inseparável da nossa luta por uma alternativa democrática, por um governo democrático com uma política firmemente orientada para a promoção do progresso e do bem-estar dos trabalhadores e do povo.

Uma política externa nacional é a única que corresponde aos interesses gerais do povo português e em primeiro lugar da classe operária e de quantos vivem do seu trabalho. Não é casual que tenha sido sempre o PCP — partido internacionalista por natureza, partido que se destaca internacionalmente pela sua acção em prol da solidariedade dos trabalhadores de todos os países, do reforço da cooperação de todas as forças progressistas e em primeiro lugar dos partidos comunistas e operários — o mais consequente lutador por uma política externa nacional, o mais firme defensor da independência e soberania nacional. ■



Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
A L M A D A



■ *José Pitacas*

O SISTEMA FINANCEIRO

Privatizações — penetração crescente do capital estrangeiro

Quando se fala em sistema financeiro, estamos a referir-nos aos bancos, seu principal elemento, às seguradoras e a todo um conjunto de intermediários financeiros como, por exemplo, as sociedades de investimento, as sociedades de desenvolvimento regional, de *leasing* e de *factoring*. (...)

O sistema financeiro atravessa, a nível internacional, há pouco mais de uma década, profundas mutações ligadas a diferentes fenómenos e situações; a saber:

- A globalização e a internacionalização da actividade.
- A inovação financeira, com o aparecimento de novos produtos e serviços.
- A automatização com a transformação electrónica dos meios.

Paralelamente a esta evolução de carácter internacional, as comunidades europeias prosseguem a sua integração financeira, na perspectiva da realização do Mercado Interno e da criação da União Económica e Monetária, com a criação de um espaço financeiro comunitário que se caracteriza pela completa liberalização dos movimentos de capitais, pela liberdade de estabelecimento das instituições financeiras e pela cooperação estreita das bolsas de valores.(...)

As estratégias da banca estrangeira para penetrar no mercado bancário português variam conforme o tipo de mercado escolhido (por grosso ou a retalho) ou segmentos de clientela.(...)

A rede de agências é determinante se a área de actuação for a retalho - pequena e média poupança e créditos de menor montante.

Para este caso existem duas opções:

- Constituir, de raíz, uma rede de agências, o que se torna muito difícil, atendendo ao seu custo.
- Obter uma rede através da aquisição de um banco existente no mercado.

Esta última opção é a via mais seguida, pois ao comprar uma rede já implantada, poupa-se tempo e adquire-se, também, uma posição antiga de relacionamento com a clientela.

Foi e é esta a perspectiva seguida por alguns bancos espanhóis (*Santander*, *Banesto* e *Bilbao Viscaya*). Presentemente, e só por esta via, 40 por cento da banca privada está nas mãos destas três entidades financeiras espanholas.

O *Banesto* controla o *Banco Totta*.
O *Santander* controla o *BCI*.
O *Bilbao Viscaya* comprou o *Lloyds*.(...)

Por isso a penetração de instituições financeiras estrangeiras no mercado bancário de retalho em Portugal poderá atingir proporções significativas nos próximos anos se tais instituições instalarem ou adquirirem redes de balcões mais ou menos vastas no território nacional. Isto é, se se apropriarem dos trunfos competitivos da banca pública portuguesa.

A aquisição de bancos portugueses por bancos estrangeiros pode atingir tal dimensão que o sector bancário nacional fique descaracterizado e passe a ser comandado a partir do exterior, havendo uma perda de identidade do sector bancário nacional.(...)

Verificam-se ao nível dos defensores das privatizações diversas opiniões: uns defendem que o importante é que sejam vendidos os bancos ao melhor preço, idependetemente de ser a portugueses ou a estrangeiros; outros apontam para a constituição de núcleos duros ou *centros de racionalidade económica* a partir das instituições financeiras privadas existentes, a fim de permitir a reconstituição de grupos financeiros portugueses.

Afirmam estes que restam apenas duas opções: ou o Estado apoia a formação de grupos financeiros privados ou as empresas transferem-se para mãos estrangeiras.

Mas o que se está a verificar é precisamente a penetração crescente do capital estrangeiro na banca, quer na *nova* banca privada quer ao nível das privatizações já existentes.

Receosos de tal situação, alguns defensores da privatização afirmam publicamente que preferem que as empresas se mantenham no Estado que ir para mãos estrangeiras. (Santos Silva, *A Razão*, Out. 90).

Na verdade a penetração do capital estrangeiro poderá desnacionalizar, no sentido literal, o sector financeiro. Não é por acaso que em Itália se decidiu não privatizar mais bancos, pois, segundo eles, tal processo consistiria en transformar bancos italianos em bancos franceses ou alemães.(...)

(...) O sector financeiro deverá ter uma estratégia de desenvolvimento assente:

- No reforço da sua solidez e rendibilidade.
- Na melhoria da sua estrutura financeira e dimensões.
- Na introdução de novas tecnologias.
- No incremento da capacidade de inovação financeira.
- No reforço da gestão, através da melhor formação e participação dos trabalhadores e formas de organização mais eficientes. (...)

Com a entrega do sistema financeiro ao domínio directo ou indirecto das transnacionais, o país é organizado pelo exterior, a economia portuguesa é regulada pelas empresas transnacionais.

Assim, numa situação de perda de capacidade de manipular uma série de instrumentos de política económica, resultante da integração comunitária, torna-se urgente a manutenção de centros de decisão nacional que permitam salvaguardar as possibilidades de desenvolvimento futuro de Portugal. ■

■ *José Barata Moura*

Autonomia — um vector

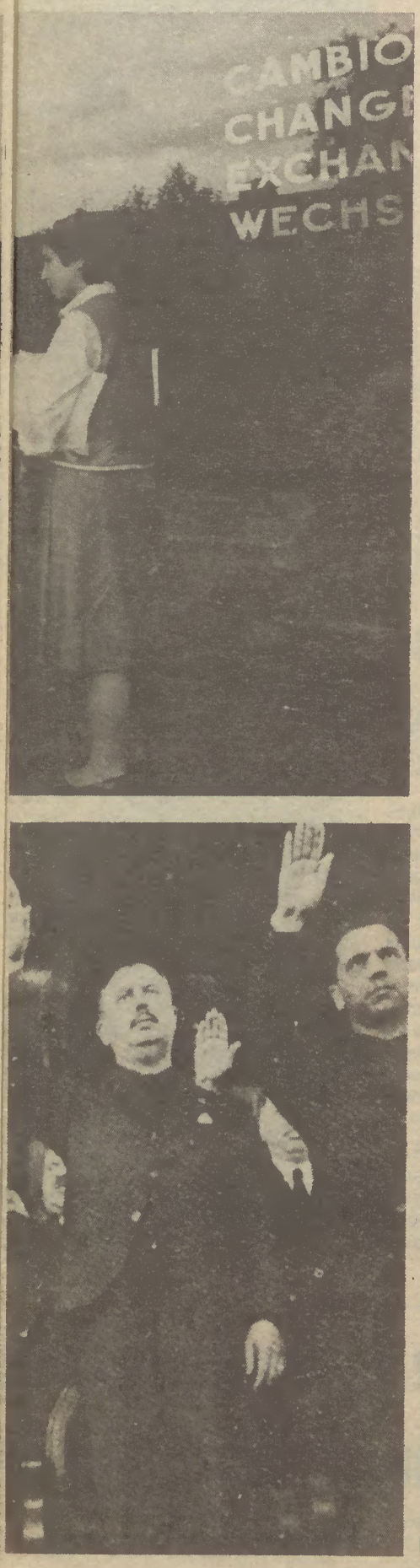
Num debate sobre *independência nacional*, é por interna conexão que se justifica um momemto de meditação sobre o tema da **cultura**.(...)

Não há independência nacional, num horizonte de consistência e de pujança, sem o **cimento criativo** da cultura, que no seu labor quotidiano os povos elaboram.

Não há criatividade cultural, numa dimensão concreta de desenvolvimento sustentado, sem uma dialéctica viva de independência de interdependência, condições e vectores da descoberta conjunta do mundo, da escrita partilhada do viver, da invenção prática do futuro.(...)

A independência é bandeira de luta e de labuta. Mais do que salvaguarda abstracta e liturgia memorizante de um adquirido hereditário, é tarefa continuada e cuidado vígil de permanente reconfiguração histórica.

Forja-se no combate contra dependências que oprimem — e reveste o cunho da **libertação**. Consolida-se na defesa do território conquistado, face às ameaças de desmoronamento, de



■ *José Vitoriano*

NACIONALISMO E TRAIÇÃO NACIONAL

A ditadura fascista contra os interesses nacionais

A política do Estado fascista no que respeita à independência e soberania nacionais conteve, ao longo dos anos, dois elementos inexoravelmente contraditórios. Por um lado, uma ideologia, propaganda e linguagem patrioteira, chauvinista, com base num «Portugal maior» e «imperial» do Minho a Timor. Por outro lado a real cedência, nos terrenos económico, político, diplomático e militar, de interesses nacionais a interesses estrangeiros, a troco de apoios internacionais à ditadura fascista portuguesa para esta fazer frente à luta do povo português pela liberdade e pela democracia.

Esta contradição justifcou inteiramente que, na época, a ditadura tivesse sido acusada de, a coberto de um aparente «nacionalismo», realizar uma «política de traição nacional».

(...)

Os grupos nomopolistas portugueses, no seu desenvolvimento e mesmo como condição do seu desenvolvimento impulsionado pela ditadura, associaram-se de forma crescente ao capital estrandeiro, concedendo ao imperialismo posições efectivamente dominantes em sectores fundamentais da economia portuguesa, assim como no referente à exploração dos recursos das colónias.

(...)

Em dois momentos particularmente difíceis da sua existência, mais do que em quaisquer outros, o fascismo português lançou-se nos braços do imperialismo e abriu-lhe as portas de par em par à pilhagem das riquezas nacionais e das colónias e à exploração da mão-de-obra barata que constituía a força de trabalho dos trabalhadores portugueses e, mais ainda, a dos povos africanos.

O primeiro foi no fim da segunda Guerra Mundial. Salazar precisava em absoluto do apoio do imperialismo para sobreviver à derrota da Alemanha nazi e dos seus aliados do Eixo em que tinha apostado forte.

De facto, após o fim da segunda Guerra Mundial, aumentou consideravelmente o domínio dos monopólios estrangeiros, e principalmente dos americanos, no país e nas colónias. O crescimento do domínio monopolista estrangeiro na economia conduziu simultaneamente ao crescimento do domínio imperialista nos planos político e militar. Foi ao serviço do capital monopolista tanto nacional como estrangeiro e ao serviço dos círculos mais agressivos do imperialismo que Salazar comprou os apoios de que precisava para se aguentar no poder.

A sua integração no bloco agressivo da NATO em 1949, sem qualquer voz de Portugal a não ser para dizer sim aos militaristas norte americanos, corresponde no plano militar ao seu posicionamento nos planos económico e político. Para a ditadura não era a soberania nacional que contava. Santos Costa, Ministro da Defesa de Salazar, afirmava então que Portugal estava disposto a todos os sacrifícios e a cumprir todos os compromissos.

É dentro da mesma linha de abdicação da independência nacional que se enquadram as palavras de Salazar num discurso proferido em Outubro de 1953 em que afirma: «no momento presente e no futuro próximo a colaboração com os Estados Unidos **sob a efectiva direcção destes** é, para não dizer a melhor, a única solução que se oferece para a magna dificuldade dos nossos dias».

O segundo momento foi quando os povos dos países africanos então colónias portuguesas pegaram em armas para se libertarem da opressão colonial.

Agarrado às suas posições colonialistas tradicionais, o fascismo, para quebrar o seu isolamento e obter apoios, intensificou os laços de submissão ao imperialismo e aos monopólios estrangeiros associados aos grupos monopolistas portugueses e abriu-lhes completamente as portas à exploração das imensas riquezas do solo e do subsolo das colónias.

Isso não salvou o fascismo, que acabou por ser derrotado pela luta comum do povo português e dos povos das colónias, mas as enormes riquezas de Angola e Moçambique proporcionaram aos monopolistas durante alguns anos lucros fabulosos.

A política de sacrifício dos interesses nacionais a interesses estrangeiros, conduzindo a efectivas e graves limitações da independência económica, política e militar de Portugal teve, na íntima relação com as ditaduras de Hitler, Mussolini e Franco e mais tarde com o imperialismo norte-americano, expressão com particular significado relativamente aos apoios externos à ditadura fascista contra a vontade do povo português.

(...)

Não foi porém preciso muito tempo para que Salazar fosse obrigado a engolir as suas declarações belicistas de apoio às forças do nazi-fascismo. Menos de ano e meio depois, após estrondosas derrotas das tropas hitlerianas na frente leste e noutras frentes de batalha, é obrigado a fazer um acordo com a Inglaterra em que lhe cede uma base militar nos Açores e, numa comunicação ao país em Outubro de 1943, vem dizer da forma mais cínica que sempre foi fiel à aliança inglesa e dá louvores à democracia. Tudo para salvar a pele com o apoio da Inglaterra. E salvou. Até viria mais tarde após a derrota de Hitler e perante as grandes manifestações do povo português pela liberdade e pela democracia, a dizer que era ele «o verdadeiro democrata». Só que, «orgânico»!

Ligando os destinos do país, primeiro aos objectivos que perseguiam as forças mais retrógradas e obscurantistas que na Europa e no Mundo deixavam atrás de si um estendal de horror e de crimes e, após a guerra, colocando-se ao serviço dos grandes monopolistas estrangeiros e *trusts* internacionais, o fascismo português comporta mais um exemplo na história de Portugal de que são as massas populares, as classes trabalhadoras que melhor encarnam o sentimento de independência nacional, são elas que mantêm e alimentam as tradições patrióticas de um povo e de uma nação. ■

CRIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

e criatividade da interdependência

retrocesso ou de apatia — e toma o viso do **exercício**.

Projecta-se na modelação assumida de um destino próprio — e revela o traço da **autonomia**.(...)

Ser autónomo não é bastar-se; é a **forma** de um estar em relação. Porque, em concreto, não há **ser** fora de um horizonte material de relações.(...)

Não é autarcia, porque não é suficiência — uma ilusão cada vez mais provinciana que vive **concretamente** na totalidade, mas aspira em segredo a erigir o particularismo em universal.(...)

Da **autarcia** à **autarquia** abre-se todo um espaço que conduz da introjecção autofágica à irradiação comunicante.

Da autarcia à autarquia aprofunda-se e alarga-se o horizonte da *criação*.

Sem criação não há autonomia.(...)

A criação emerge de um peculiar confronto com a história. Não é contra o real que se cria, mas perscrutando e rastreando os seus possíveis.

Porque o tempo não se acrescenta ao espaço ou à matéria, mas é deles intrinsecamente solidário, o **devir** não é mais do que o incessante **cultivo do ser**.(...)

Daí que todo o tempo — designadamemte o humano — seja tempo de cultura. Da economia às artes, da tecnologia à política, da ciência ao divertimento.(...)

Em épocas de exploração **intensiva** e concentrada de mão d'obra gerou-se um convencimento — que lançou raízes — de que o **lazer** é exclusivamente um tempo de **restauração** da força produtiva do trabalho.(...)

É uma conquista histórica da marcha da humanidade que a cultura, de assunto privado, de família ou de casta, se tenha tornado questão

política, isto é, interesse da comunidade.(...)

É imperioso caminhar de uma política cultural incipiente e avulsa centrada nos **produtos**, na sua suposta rendibilidade imediata e presumida espectaculosidade de fachada, para uma política cultural centrada nos **meios e estruturas de produção**, responsavelmente aberta a uma socialização efectiva da sua fruição.

No domínio das letras e das artes, tal como no do sistema educativo e da investigação científica.

Proporcionar condições humanas, de equipamento, institucionais, para a criação cultural, numa base sustentada, susceptível de fazer inverter a tendência perversa — que alguns idiotamente saúdam — de erigir a obtenção exterior de financiamentos em actividade principal (se não exclusiva); dar a conhecer, à escala nacional e internacional, os resultados da produção cultural que no país se realiza, não como amostragem folclórica de curiosidades em vias de extinção, mas como contributo efectivo para um diálogo das culturas; promover o estímulo e o incremento dos níveis, quantitativos e qualitativos, da **apetência** cultural, diversificando-a e enriquecendo-a, impedindo (positivamente) que ela progressivamente se circunscreva ao consumo acrítico de mercadorias standardizadas que embotam o gosto, entorpecem a imaginação, enviesam a prática, mas facilitam o comércio — são seguramente direcções estratégicas de actuação política no terreno da cultura que requerem desdobramento particularizado num conjunto de medidas que importa debater com todos os interessados, e implementar.(...)

A **transformação do mundo**, que os comunistas inscrevem no seu ideário e procuram ir escrevendo na sua prática, não é uma esperança piedosa,

nem um activismo cego, nem uma realização mecânica de paradigmas preconcebidos.(...)

Tem na raiz um compromisso **ontológico** — e só por isso **ético** e **político** também — com a materialidade e a dialecticidade do **real**,

que não é apenas algo de «dado», mas um processo em devir.(...)

Transformar os homens, de adoradores espectantes do Além e de peças nas engrenagens de exploração do Aquém, em operários industriosos de um devir de liberdade — continua, e continuará, tarefa histórica em aberto. Esse é também o sentido de um exercício autónomo da criatividade na interdependência hodierna das culturas. ■

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

■ *Carlos Carvalho*

SINDICATOS E ACÇÃO SOCIAL

Direitos dos trabalhadores são parte da independência

No quadro de um processo que tem conduzido a uma crescente interdependência nas vertentes económica, social, cultural e política, reforçada no caso do nosso País pela adesão à CEE, a independência nacional passa também pela defesa dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

Com o processo político iniciado em 25 de Abril de 1974 os cidadãos portugueses conquistaram direitos substancialmente mais amplos do que os que vigoram nas democracias ocidentais. De entre estes importa sublinhar os direitos específicos dos trabalhadores — liberdade sindical, direitos de associação, manifestação e expressão; direito à greve e proibição do *lock-out*, proibição dos despedimentos sem justa causa, protecção aos activistas sindicais.

Estas conquistas devem ser entendidas como parte de um conjunto de valores patrimoniais que concorrem também para a identidade nacional.

Os direitos dos trabalhadores — sindicais, sociais, políticos e económicos — e o seu exercício são de igual modo um importante travão à aplicação de políticas económicas e sociais que põem em causa os interesses nacionais, que contribuem para a manutenção de baixos padrões de vida, que não garantem um real desenvolvimento e conduzem a uma cada vez mais subalternização do papel de Portugal na divisão internacional do trabalho.

E, porque assim é, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e as limitações impostas ao seu exercício têm sido uma constante nos últimos anos.

A experiência demonstra-nos que há uma relação directa entre a política económica do Governo e a ofensiva que acabamos de referir.

O processo de reprivatização das empresas públicas e a crescente entrada de capital estrangeiro em importantes sectores da nossa actividade económica são, por regra, acompanhados de medidas tendentes a retirar direitos e regalias dos trabalhadores; seja como moeda de troca, seja a pretexto de crise económica e financeira das empresas, da sua reestruturação.

Como exemplo limitar-me-ei a citar os casos da EPAC, Quimigal, CNP, Centralcer, Petrogal, Lisnave, Setenave. No caso do capital estrangeiro é sabido que as sociedades transnacionais desempenham um papel chave na aplicação das medidas preconizadas pelas teses neoliberais — desregulamentação e precarização das relações de trabalho, assentando a sua política de recursos humanos na utilização da força de trabalho sem qualquer protecção social, ainda que para isso, e frequentemente, recorram à compra dos direitos dos trabalhadores coagidos a abdicar dos mesmos a troco de compensações materiais, à precarização, à proibição da actividade sindical nos locais de trabalho, etc. O próprio Ministério do Trabalho o reconheceu quando há cerca de 3 anos, em resposta a um inquérito da OIT sobre o comportamento das STN's em Portugal, refere que «estas empresas se mostram renitentes ao cumprimento da legislação laboral em vigor, nomeadamente quanto ao exercício da actividade sindical».

A luta dos trabalhadores, do movimento sindical unitário, do nosso Partido em defesa destes direitos é conhecida. Tem sido ela, aliás, que tem vindo a inviabilizar as pretensões do Governo e do patronato de procederem a uma total subversão do quadro legal vigente e constitucionalmente consagrado.

Seria no entanto utópico pensar que esta ofensiva pode ser travada no plano exclusivamente nacional.

A interdependência de que há pouco falámos impõe-nos não descurar, de igual modo, a luta no plano internacional (...), seja através de acções de massas, de formas de cooperação entre organizações de trabalhadores, ou na intervenção activa em organismos internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho, junto dos órgãos e instâncias comunitárias (...).

Importa dizer que, até ao presente, a dimensão social se tem ficado por meras declarações de intenção. A Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, aprovada em 1989, é disso exemplo. (...)

Todo este atraso e esta subalternização do social deve conduzir-nos a uma reflexão sobre as debilidades, insuficiências e atrasos demonstrados pelo movimento sindical europeu.

A luta pela verdadeira dimensão social da CEE ou seja a harmonização no sentido do progresso dos direitos e das condições sociais exige uma acção sindical consequente, mobilizadora das massas trabalhadoras, eficaz e coordenada a nível de cada país e no conjunto da CEE.

No caso concreto de Portugal, com o mais baixo nível de desenvolvimento de toda a Comunidade, a adopção de medidas económicas e sociais que conduzam a um real desenvolvimento e à superação do mais baixo nível de vida são uma necessidade não só social mas também económica, sem as quais o papel do nosso País na divisão internacional do trabalho continuará a ser a de um País produtor de mão-de-obra barata, cada vez mais dependente do ponto de vista económico, social e político.

Como não é esse o futuro que desejamos, há que lutar por uma nova política, utilizando os direitos constitucionais em defesa da independência do nosso País e do nosso povo.■

■ *José Neto*

DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

Multipolaridade impõe reavaliação dos conceitos estratégicos

A Europa e o Mundo conhecem significativas mudanças, ao nível, designadamente, das relações internacionais.

O alargamento e o dinamismo dessas relações parecem apontar agora para um quadro de multipolaridade, e impõem a reavaliação dos conceitos estratégicos em bases diferentes.

O PCP, que sempre discordou do conceito estratégico de defesa nacional tal como foi aprovado pelo Governo PS/PSD (por considerar que ele punha o país na linha de confronto da política de blocos imposta pelos EUA) vem desde há anos alertando para o facto de as novas condições existentes na Europa (particularmente após o INF) imporem a revisão desse conceito.

Hoje, essa revisão é já defendida por muitos sectores, para quem as mudanças mais recentes mostraram a completa inadequação da situação que se vive.

(...)

Como pequeno país que é Portugal ganhará com uma estratégia de relacionamento multilateral, com a institucionalização de um sistema colectivo de segurança na Europa, resultante da dissolução dos blocos político-militares e que pode basear-se na própria Conferência sobre a Segurança e Cooperação da Europa.

Entendemos que Portugal deve recusar a colocação das forças americanas em território nacional em resultado do abaixamento do nível de forças convencionais na Europa Central.

O PCP reafirma a sua oposição à recente adesão de Portugal à UEO, bem como a sua oposição clara à integração da UEO na CEE como forma de configurar para esta uma inadmissível vertente militar. A participação na UEO procura amarrar o nosso país a teses que se opõem à desnuclearização da Europa, dificulta o desarmamento e o desanuviamento e cria um quadro de obrigações que excede espacialmente as que temos na NATO.

Quanto aos acordos militares, defendemos que a sua manutenção deve ser ligada aos sistemas de segurança colectiva a instituir na Europa.

Neste quadro, a subsistência dos acordos com a França e a Alemanha não se justifica. Não há nenhuma razão para que o nosso país suporte os encargos do treino militar da Força Aérea Alemã ou as pretensões da França em mísseis com capacidade de transporte de ogivas nucleares.

Quanto ao acordo com os EUA, ele deve estar dependente do posicionamento que as forças americanas assumam no quadro dos acordos de cooperação e segurança na Europa. A renegociação em curso deve ter como referencial básico a CSCE, deve ter um horizonte temporal definido, deve ser formalizado por tratado, com aprovação nos parlamentos dos dois países, deve conter mecanismos de controlo e sobre a utilização das instalações — estritamente no quadro dos compromissos nacionais.

Os EUA têm de perceber que estabelecem um tratado com um país soberano de mais de oito séculos, um país que não aceita ser «guarda avançada» de nenhum outro, um país que tem a força da sua história e da dignidade.

O PCP defende que Portugal na NATO, deve estar na primeira linha da luta pela institucionalização de um sistema de segurança e cooperação que supere os blocos político-militares e, desde logo, a própria NATO, acelerando o processo da sua dissolução.

Opomo-nos com particular firmeza aos projectos que procuram alargar a zona de actuação da NATO orientando-a ainda mais para a fun-

■ *Carlos Aboim Inglez*

SOBERANIA, COOPERAÇÃO E SUPRANACIONALIDADE

Internacionalização não é um processo neutro

É linha essencial, que se mantém, no posicionamento internacional e na política externa de Portugal, para o PCP, **a defesa da independência, soberania e integridade nacionais**, considerada por nós não como um axioma apriori, abstracto e intemporal, mas como uma das condições indispensáveis, no mundo actual e na concreta integração de Portugal nesse mundo, para lutar com êxito por aquilo que é nosso objectivo supremo: os interesses dos trabalhadores e do povo português, do seu progresso e desenvolvimento económico e social, e para podermos dar um contributo positivo à luta mundial dos povos pela paz, a justiça e o progresso social.

Há muitos séculos, e não apenas hoje, que **não é viável, nem foi a prática, um desenvolvimento autárcico ou o isolacionismo político** para países como Portugal. Mais proximamente, **nunca o PCP defendeu qualquer tipo de vivência ou desenvolvimento autárcico, alheado do relacionamento externo**. Basta, pois, de combater moinhos de vento. Isto não significa que o PCP não tenha defendido, e deva continuar a defender, como linha estratégica para vencer o atraso histórico de Portugal, **o pleno aproveitamento e valorização dos seus recursos internos naturais, materiais e humanos**. Não é no exterior, mas no nosso próprio país, que temos a **chave para a recuperação do nosso atraso**, atraso em forte medida devido a uma secular dependência e exploração estrangeira, assim como a uma política que também secularmente colocou o eixo da vida nacional na apropriação de recursos externos em detrimento do desenvolvimento interno. O relacionamento internacional de Portugal deve pois servir esta linha estratégica fundamental, é um dos meios para a concretizar.

Ao definir os objectivos desejáveis do nosso relacionamento internacional teremos, evidentemente, de ter sempre em conta o quadro ou quadros de condicionalismos/potencialidades em que estamos objectivamente inseridos — não para nos conformarmos com o «status quo», mas para agirmos no sentido mais útil aos nossos objectivos supremos. Especialmente, **devemos considerar toda a complexidade, contrariedade e forças de mutação dessa envolvente externa** — para contrariar tendências e orientações prejudiciais e potenciar tudo o que, também objectivo, nos pode beneficiar. A necessária **adaptação** à realidade objectiva tem de ser **acção** sobre uma envolvente externa que é contraditória e não **conformação** com o modelo unívoco que forças adversas nos pretendem impor.

Os concretos processos actuais de acrescida internacionalização da vida económica, e não só, **não são processos neutros nem únicos**. É ilegítimo alegar o carácter objectivo dessa internacionalização sem ter desde logo em conta a igualmente **objectiva dominância dos interesses de classe** que essa internacionalização, tal como efectivamente se processa, está particularmente servindo. (...)

Temos de falar desde logo também de **outras realidades e tendências igualmente objectivas** — e nomeadamente a crescente desigualdade entre as nações e desigualdade no interior das nações, que a própria internacionalização de matriz imperialista e capitalista aprofunda. (...)

O confronto de interesses nos vários domínios da vida económica, social, cultural, ideológica e política, a nível nacional e internacional, vai necessariamente manter-se, porque é uma **decorrência inelutável da existência de classes exploradas e exploradoras**, longe de terem desaparecido nas suas raízes e motivações. Tal como no plano nacional, essa luta de classes não elimina, antes exige, **alianças** no plano internacional. É por tudo isto que, ao reconhecermos uma acrescida internacionalização da vida dos povos e uma mais abrangente divisão internacional do trabalho, devemos desde logo **reclamar e lutar por uma Nova Ordem Económica Internacional e um novo tipo de relações políticas internacionais, porque as existentes não servem igualmente os povos e justamente os trabalhadores**.

(...)

Não podemos ignorar que o processo de internacionalização da vida social e a própria criação de um mercado mundial não são novidades do presente, mas estão presentes já no próprio processo de formação do capitalismo desde os seus primeiros decisivos passos.

Não podemos idealizar o processo actual, relevando apenas as necessidades objectivas do processo de produção (qual? Capitalista, no fundamental e pelo que nos toca), e ocultando que ele é o aprofundamento do processo imperialista de desenvolvimento capitalista, logo da exploração do homem pelo homem e de uns povos por outros, na busca do máximo lucro para uma cada vez mais ínfima oligarquia financeira internacional dominante.

Não podemos admitir a lógica de que, porque no passado (insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas para permitir a superação da divisão da sociedade em classes exploradoras e exploradas) as coisas foram **assim**, também **assim** hoje devem ser, perdendo de vista que hoje também é um facto objectivo em enorme salto no desenvolvimento das forças produtivas e na socialização da produção, exigindo e permitindo que a Humanidade possa e deva prescindir de formas de apropriação e domínio exploradores e **colocar-se metas socialistas**.

Temos de reconhecer que subsistem relações económicas (e outras) nacionais (e até intranacionais e locais) **e não apenas** internacionais. A **realidade nacional** está longe de estar esgotada, e o seu suporte histórico secular, anterior aliás à transição do feudalismo para o capitalismo e incorporado a um mais profundo nível cultural e ideológico, dá-lhe uma vitalidade que a própria actualidade evidencia mesmo em formações de natureza socialista.

Como expressão das necessidades derivadas da maior internacionalização dos processos produtivos e do acrescido peso das trocas externas na vida económica, assim como da emergência de problemas globais, que impõem novas necessidades de **gestão** dessa internacionalização, resulta a maior premência do processo de **cooperação internacional**. Mas quando propomos e defendemos a maior cooperação internacional, trata-se de **cooperação em pé de igualdade e vantagens mútuas entre povos (Estados) soberanos**, pois só uma tal cooperação está em condições de dar resposta eficaz e justa àquelas necessidades.

(...)

Não é essa a **supranacionalidade** da CEE, actual e pretendida, e por isso esta deve ser firmemente recusada por nós, pois ela é de facto, despida dos seus alibis vários, uma expressão superior do domínio das multinacionais mais poderosas.

No quadro global do nosso relacionamento externo e no quadro da CEE a que pertencemos, e tendo em conta a mutabilidade ainda incerta dos condicionalismos internacionais, do que se trata é de **defender e lutar por todas as soluções que**:

a) **afrouxem os laços de dependência** interna em relação às potências dominantes da CEE (onde tanto agem forças centrípetas como centrífugas);

b) modifiquem as **regras e estrutura de funcionamento e decisão da CEE** num sentido realmente democrático — o que exige luta não só no interior como no exterior das estruturas da CEE, particularmente **em cada nação** e igualmente na solidariedade internacional dos povos;

c) dêem maior relevo ao papel possível do **Conselho da Europa** e maior força ao processo global da **Conferência de Segurança e Cooperação Europeia**, como via para conseguir um forum pan-europeu de cooperação em moldes mais vantajosos, que possa de algum modo secundarizar a tendência de alguns para fazer avançar a supranacionalidade política institucionalizada no quadro restrito da CEE — 12;

d) insistam na vertente da **diversificação universalista** das nossas relações externas, determinando áreas de interesse e possibilidade, e programando e efectivando o seu aproveitamento. ■

ção de «gendarme mundial do imperialismo».

Ao apresentar tais posições e propostas à consideração do nosso povo, o PCP fá-lo com inteira responsabilidade e sentido patriótico. É da luta pela paz que se trata. E a luta pela paz não é «subversiva», nem se insere na «estratégia indirecta do inimigo».

Os esforços para o desanuviamento e o desmantelamento dos blocos militares estão entre os objectivos constitucionais e correspondem às necessidades e anseios mais profundos do povo português.

(...)

Nos dias de hoje, a força e influência de uma país medem-se mais pelo seu desenvolvimento económico, social e cultural do que pelo seu potencial militar.

E não há ocupações ou invasões, seja por Israel, pelos Estados Unidos ou pelo Iraque, e não há escaladas militares imperialistas, como aquela a que estamos a assistir, que iludam esta questão: são as estratégias económicas (e políticas) que comandam. E assim há-de continuar a ser. Mas então, num futuro que queremos próximo, sê-lo-á no quadro de uma nova ordem económica (e política) internacional apostada no desenvolvimento, na solidariedade e em vencer os problemas da fome e da destruição que ameaçam a humanidade.

(...)

Para nós, comunistas, as Forças Armadas são uma componente do Estado e expressão da nossa vontade de soberania. E a afirmação da presença e autonomia de Portugal não se coaduna com a alienação da nossa soberania, num terreno tão delicado como é o da defesa militar.

(...)

O PCP defende, em primeiro lugar, que o modelo de FA a adoptar deve ser equacionado de acordo com as necessidades mas sobretudo com as possibilidades globais do País. Há que ver com realismo quanto pode e deve gastar-se em defesa militar e abandonar decididamente as políticas e projectos megalómanos que pouco têm a ver com a estratégia de defesa necessária ao país.

Defendemos, em segundo lugar, o primado das missões de interesse nacional e em áreas nacionais sobre quaisquer compromissos externos e a política de alianças. Às FA portuguesas deve caber a missão inalienável de assegurar a defesa de Portugal (do território continental e dos Açores e Madeira, do espaço aéreo e marítimo, dos meios de comunicação e rotas marítimas, dos portos, da Zona Económica Exclusiva). A prazo, Portugal não deverá ter obrigações militares que não resultem dos compromissos decorrentes dos sistemas de segurança colectiva de toda a Europa ou missões de natureza global no quadro das resoluções das Nações Unidas.

Defendemos, em terceiro lugar, umas Forças Armadas de dimensão mais reduzida (no que respeita à sua estrutura humana e material), à justa medida das missões que objectivamente possam vir a desempenhar.

(...)

Defendemos, em quarto lugar, que deve manter-se a ligação entre o povo português e as suas FA, designadamente através do SMO como forma de participação alargada dos cidadãos na organização da defesa do país. Há que decidir com realismo sobre a redução do tempo de SMO, mas importa também contribuir para a sua dignificação e abandonar decididamente quaisquer projectos de profissionalização das Forças Armadas.

Defendemos, em quinto lugar, um reequipamento mínimo e razoável que permita às FA o cumprimento eficaz das suas missões constitucionais. Há que estudar as necessidades e prioridades de modernização do equipamento das F.A. programando a aquisição do estritamente indispensável.

(...)

O PCP defende, em sexto lugar, FA democráticas, subordinadas às decisões dos órgãos de soberania, mas com suficiente autonomia e independência, rejeitando a política do PSD de governamentalização, partidarização e instrumentalização, como resulta do peso do Governo na composição do CSDN ou da estrutura de controlo do MDN

É tempo de cessarem as discriminações políticas de militares, por recurso a medidas administrativas como sucede com os credenciamentos NATO.

É tempo de cessarem as acções persecutórias de carácter revanchista aos militares de Abril.

É tempo de cessar a política de imposições e marginalização dos militares da resolução dos seus problemas específicos. O caminho é o da acentuação do diálogo e da criação de mecanismos de debate no seio das FA, com vista à sua dignificação e à revalorização cívica e profissional dos seus membros.

(...)

Em nossa opinião as Forças de Segurança devem ser civilistas e devotadas exclusivamente à causa da segurança das populações e da comunidade.

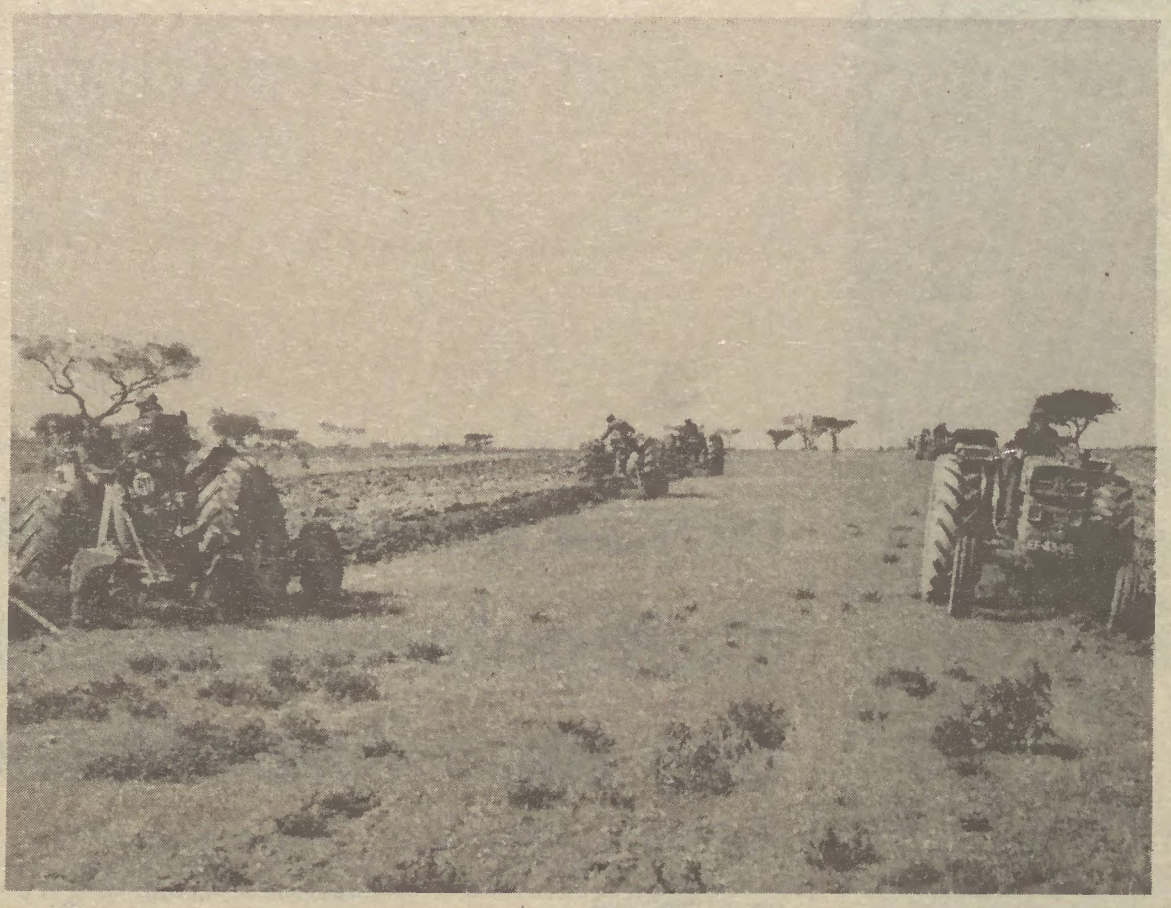
(...)

A política de defesa nacional e a situação que se observa nas Forças Armadas são bem o reflexo da desorientação e da falta de estratégia global a que a direita conduziu o nosso país.

Dez anos sucessivos de governos de direita, sete anos seguidos de ministros do PSD na pasta da Defesa já bastam para se concluir que este não é o caminho adequado e que é preciso mudar de política.

Não há campanhas de imagem ou medidas demagógicas que alterem, por passe de mágica, a realidade. E a realidade é que os problemas não se resolvem na área da Defesa Nacional e das Forças Armadas. E o atraso está a custar caro, muito caro ao nosso país e ao nosso povo.

Somos um partido patriótico e responsável, com significativa influência na sociedade. Neste, como noutros problemas, estamos prontos para o debate. ■



■ *Joaquim Miranda*

UNIÃO POLÍTICA E UNIÃO ECONÓMICA

Integração não pode ser subordinação

Como refere o Programa do PCP adoptado no seu 12.º Congresso, «a internacionalização da economia, a divisão internacional do trabalho e os processos de integração correspondem, neste final do século XX, a leis objectivas do desenvolvimento não exclusivas do capitalismo. Tais processos podem servir os monopólios e as multinacionais ou podem servir os povos. É direito inalienável de cada povo lutar num tal quadro em defesa dos seus interesses e direitos».

Efectivamente, assiste-se, na Europa como no mundo, de forma crescente, ao aparecimento e ao desenvolvimento de processos de integração. Tais processos, profundamente ligados a fortes e também crescentes interdependências — que se fazem sentir nomeadamente em domínios como os do ambiente, das comunicações, da energia, da tecnologia — encerram, porém, lógicas diferenciadas, as quais passam quer pela procura do domínio ou de uma forte influência sobre a economia mundial, quer pela tentativa de dar resposta à preponderância de certos países sobre a mesma, quer mesmo por razões de natureza marcadamente política, como acontece na América Central.

(...)

Continua actual, mesmo mais actual que nunca, a ideia de uma Europa inteira, de progresso, de cooperação e de paz. Assim como a necessidade de se caminhar no sentido do desmantelamento dos blocos político-militares. O que encerra uma outra orientação: a de um reforço do papel da ONU e da CSCE; e comporta ainda, a urgência em se caminhar no sentido de uma rápida transformação da NATO, com vista ao seu futuro desmembramento, tal como o do Pacto de Varsóvia. Contexto em que a própria existência da UEO não faz sentido.

E, assim, a ideia de uma CEE como bloco, como superpotência é insustentável. O que não significa obviamente, a continuidade e mesmo ainda o reforço da actual subordinação relativamente aos EUA (e bem assim, dos países que a compõem). Ao contrário é desejável uma efectiva autonomia. Assim como o é o desenvolvimento de uma efectiva solidariedade com os países do «Terceiro Mundo».

Por outro lado, e apesar das dificuldades em o evitar, é inaceitável uma Alemanha determinante na CEE e na Europa Central. Assim como o é, igualmente, a constituição no seio da CEE, de um «núcleo duro», com o afastamento de alguns países e com o objectivo de acelerar o processo de integração. Mesmo que tal tenha na base o argumento de um «necessário enquadramento da Alemanha».

Relativamente à União Política, mais que discuti-la em abstracto — nomeadamente em face das diferentes interpretações que suscita e das contradições que encerra — interessará equacionar os diferentes aspectos que comporta, ligando-a a uma positiva interpretação do princípio da subsidiariedade e ao sentido para que deverá apontar. Entretanto, duas premissas essenciais deverão estar sempre presentes, seja quanto à transferência de poderes, seja quanto às alterações institucionais no seio da CEE: a defesa intransigente dos interesses e valores dos países de menor desenvolvimento, e desde logo os de Portugal, e o reforço da participação e da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

É assim que, relativamente a alguns domínios se torna indispensável garantir a regra da unanimidade na opção de decisões, como seja nos respeitantes à revisão dos tratados, à admissão de novos membros, e bem assim, às que respeitam à política externa, no caso de se avançar nesse sentido. E neste caso particular, tal não poderá constituir-se como impeditivo de laços particulares de cooperação de cada Estado membro com outros Estados.

Entretanto, e por outro lado, não pode aceitar-se como temos referido com insistência, que em matérias como as do mercado interno, as decisões sejam tomadas por maioria — para facilitar a sua adopção — e, simultaneamente, noutras áreas, como por exemplo, a circulação de trabalhadores se imponha a unanimidade — obviamente para dificultar possíveis avanços.

(...) No que respeita à União Económica e Monetária, interessará sobretudo relevar as questões relativas à integração de Portugal no sistema monetário europeu e a passagem à sua segunda fase, já que quanto à terceira fase ela se apresenta ainda distante (dificilmente antes do final da década) e de contornos naturalmente imprevisíveis.

Sobre a adesão ao SME, importará salientar o seguinte: por um lado, e ao nível comunitário, a recente adesão da Grã-Bretanha, o que deixa Portugal e a Grécia como únicos países não aderentes; o perigo de uma adesão num momento em que não exista já a «banda larga» de flutuação; e, também, a própria presidência portuguesa em 1992. Mas, por outro lado, e ao nível interno, temos a política do Governo de Cavaco Silva, conducente a uma inflação crescente e mesmo de maiores desequilíbrios da balança de pagamentos — factores que dificultam uma tal adesão.

(...)

No plano da CEE é indispensável assegurar um crescente poder negocial de Portugal e uma intervenção activa no sentido da defesa dos interesses nacionais e da afirmação dos valores culturais que nos são próprios; garantir para o país a capacidade de intervir e influenciar as decisões sobre a evolução futura da CEE; assegurar um posicionamento não subalterno, a todos os níveis; afirmar e influenciar no sentido da adopção pela CEE de orientações igualmente marcadas pela solidariedade e pela cooperação, interna e externamente.

Lutar por tais objectivos no país e na CEE é, hoje como ontem, fundamental. ■

■ *Rogério Fernandes*

O ENSINO
Assegurar o funcionamento autónomo

No momento em que o nosso País se encontra em vias de plena integração na Comu-nidade Europeia, que conseq-uências é legítimo antever que daí advenham para o sistema educativo nacional?

(...)

Num colóquio organizado em 1988 pelo jornal «Le Monde», o Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Jacques Delors, sublinhou o facto de a formação se encontrar no âmago de numerosos programas e projectos comunitários, não obstante a educação e a cultura não constituirem matéria do Tratado de Roma [nem do Acto Único Europeu.]

(...)

Em ordem a reforçar a participação da Comunidade no sector da formação, Delors apontou quatro objectivos essenciais:

- o reconhecimento mútuo dos diplomas;
- a abertura de certos empregos públicos a naturais de outros Estados membros;
- o ensino de, pelo menos, duas línguas oficiais da Comunidade a todos os jovens Europeus;
- a utilização, no âmbito do ensino, das possibilidades abertas pelas novas tecnologias.

(...)

Esta caracterização genérica da intervenção comunitária no sector da educação e da formação suscita várias reflexões.

Em primeiro lugar, ela significa a transferência para Bruxelas de poderes e competências que, mais ou menos directamente, acabam por interferir no desenvolvimento e características dos sistemas educativos nacionais. Bruxelas tenderá a ser o patrão distante das Universidades e das escolas, cujos projectos ficarão cada vez mais dependentes dos créditos financeiros de um qualquer Fundo Europeu. Entretanto, a função específica da educação e da formação tenderá a voltar costas às necessidades sociais específicas de cada país, perdendo, assim, o ensejo de contribuir prioritariamente para o progresso e desenvolvimento.

Por outro lado, a mentalidade evidenciada nas directivas comunitárias é estritamente economicista. As incidências culturais da educação e da formação tornam-se entidades negligenciáveis, desprovidas de valor funcional. Assim, por exemplo, ser professor em determinado país não teria nada a ver, desta perspectiva, com a cultura e a tradição pedagógica desse mesmo país, com o envolvimento sociocultural de que se rodeiam as escolas, com os problemas, necessidades e ambições do seu povo. O professor é desenhado como um tecnocrata do ensino, capaz de aviar a sua receita em qualquer contexto comunitário.

Na sua crescente complexidade, as directrizes comunitárias hão-de ser cada vez mais ditadas pelos interesses e situações dos Estados membros adiantados. É o caso, por exemplo, do princípio da livre mobilidade das pessoas, que; no referente ao ensino, constituirá uma simples válvula para diminuir tensões sociais.

Com efeito não é crível que, em volume apreciável, os docentes portugueses venham disputar lugares de ensino aos seus colegas de outros Estados membros. Já o mesmo não se poderá dizer dos 30 000 professores desempregados de Espanha ou de 40 000 docentes em situação idêntica na RFA. Cumprida a cláusula do domínio da língua no país onde se pretende trabalhar, a possibilidade de disputar postos de trabalho em Portugal não será tão remota como possa parecer, sobretudo em certos grupos disciplinares, altamente carenciados.

O mesmo rasto hegemónico dos «Grandes» se manifesta quanto ao ensino de duas línguas oficiais. Dar-se-á o caso de se pretender oferecer como opção, em cada país da Comunidade, os idiomas falados nos restantes? As opções, a existirem, cingir-se-ão na essência ao Alemão, ao Inglês e ao Francês, e menos decerto ao Italiano, ao Espanhol, ao Português, secundarizando as línguas dos Estados membros cuja presença económica for igualmente secundária.

(...)

Finalmente, uma questão central, nesta área, tem a ver com os desníveis de desenvolvimento entre os vários Estados membros e, consequentemente, com as diferentes definições de prioridades educativas. Enquanto Portugal se debate com problemas como o analfabetismo, com o cumprimento de uma educação de base de nove anos, com o trabalho infantil, com a necessidade de desenvlver um sistema de formação profissional, adequado às nossas necessidades específicas, os países mais adiantados da Comunidade enfrentam prioridades completamente distintas, olhando com sobranceria as penúrias importunas deste parente pobre.

(...)

- O ensino, a formação e a cultura das novas gerações deverão integrar-se na tradição humanística portuguesa, abrindo-se à cooperação e à solidariedade com todos os povos e, em particular, com os de uma Europa que pretendemos se confunda com o velho Continente e não com um bloco económico e militar;
- O ensino, a formação e a cultura deverão articular-se com as tarefas mais exaltantes e criadoras da nação portuguesa, de acordo com o quadro das exigências e prioridades do desenvolvimento nacional;
- Sem prejuízo das virtualidades positivas da cooperação internacional no domínio da educação e da formação, o Governo deverá assegurar o funcionamento autónomo das instituições portuguesas. ■

■ *Armando de Castro*

SETE SÉCULOS DE NAÇÃO PORTUGUESA
A projecção presente de um processo histórico

Foi sobretudo ao longo dos pouco mais de sete séculos últimos — ainda que com raízes bem anteriores — que nasceu, se consolidou e precisou a nação portuguesa, como realidade homogénea e específica assente num espaço geográfico, numa comunhão geral de interesses, com uma língua e uma cultura específicas e com arranjos económico-sociais que também lhe são próprios.

(...)

Temos de buscar a origem dessa realidade simultaneamente abstracta e extremamente concreta que é a pátria portuguesa num longo processo histórico que forjou e só ele poderá superar a diferenciação nacional sem subordinação a interesses alienígenos.

Para realizar este objectivo temos de «ajustar contas» com o profundo sarro acumulado por séculos de interpretações ideologicamente empenhadas e distorçoras da objectividade concreta do processo histórico cuja responsabilidade principal cabe naturalmente aos representantes dos interesses sociais que têm tido o monopólio de escrita da história do Povo Português.

É claro que as dificuldades se avolumam ainda porque se trata não de um acontecimento datável num dado momento mas de um processo cumulativo em que aspectos de eventual negação trazem consigo a própria reafirmação e reforço do sentimento nacional, num complexo processo em que a instantaneidade não passa de um mito.

Acresce que a complexidade é aqui agravada pela circunstância de o sentimento de nacionalidade — menos forte do que a constituição do próprio sentimento de nação — ter sido precedido pela autonomia política, que aliás veio reforçar os laços, jogando no sentido da formação da nacionalidade portuguesa.

O que importa registar acima de tudo é como estes grandes denominadores comuns, tanto sociais e culturais como psicológicos e outros se foram forjando num dia-a-dia de vários séculos.

(...)

Tomemos como o arranque da formação da nacionalidade e da nação portuguesa a utonomização política face ao reino de Leão por volta de 1147 e sua conservação posterior e respondamos à interrogação de saber como se explica este factor importante — se bem que não o único — da autonomização de Portugal. É na própria história que temos de buscar as respostas, mas respostas que estejam libertas da cortina ideológica das concepções que só consideram sujeitos activos da história os membros das classes privilegiadas. Por certo que se não podem apagar da história, mas só na combinação com as posições dos demais grupos sociais — e aqui foi indispensável uma certa comunhão de propósitos a partir de interesses particulares concretos diferentes. Mostrei já que isso existiu. Foi possibilitado por factores vários, como as dissensões internas no reino de Leão, a própria pequenez relativa da Marca Portucalense e outros; mas sem essa comunhão de interesses entre as classes privilegiadas e subordinadas apontando em comum para a autonomização tornada possível pela força material do engrandecimento à custa da Reconquista aos muçulmanos para o sul (à Galiza faltou este elemento), a afirmação autonómica, com a lenta formação posteiror de uma diferenciação linguística, cultural, política e económica, não teria sido viável.

(...)

O critério central a partir do próprio processo de génese histórica da nação é sempre o mesmo: as classes populares constituem o depositário mais fiel dos interesses nacionais, visto que é a elas que interessa vitalmente preservar a autonomia contra quaisquer ataques que a diminuam ou tentem liquidar; e é por isso mesmo que estas classes estão prontas a todos os sacrifícios na sua defesa, como séculos da vida colectiva portuguesa ilustram gritantemente. É por isso que, parafraseando um autor, temos de reconhecer que o patriotismo é característica central das camadas populares que jamais têm necessidade de o entregar a interesses sectoriais, porque lhes é exclusiva a capacidade de sacrifício que o patriotismo acarreta.

(...)

É na comunhão de interesses tirados da região onde se nasceu, onde existe um espaço territorial humanamente ocupado por população com comunhão de grandes objectivos sociais, dispondo em regra de uma língua própria, de uma cultura que soube forjar e mesmo de uma tradição histórica em que cada geração adiciona a sua contribuição às antecedentes, transportando assim o passado como presente que não volta mas que não é um peso morto, então temos em mão elementos centrais para entender a natureza da independência nacional e, mais do que isso, os tipos de forças sociais que a defendem permanentemente e aquelas que a podem afectar, com razão de ser de tudo isso...

Temos de sopesar, no cadinho da evolução temporal, as forças conjuntas ou antagónicas, com o seu activo mas também com o cortejo pesado dos seus parasitas que no seu todo tornaram viva e palpitante a nação portuguesa.

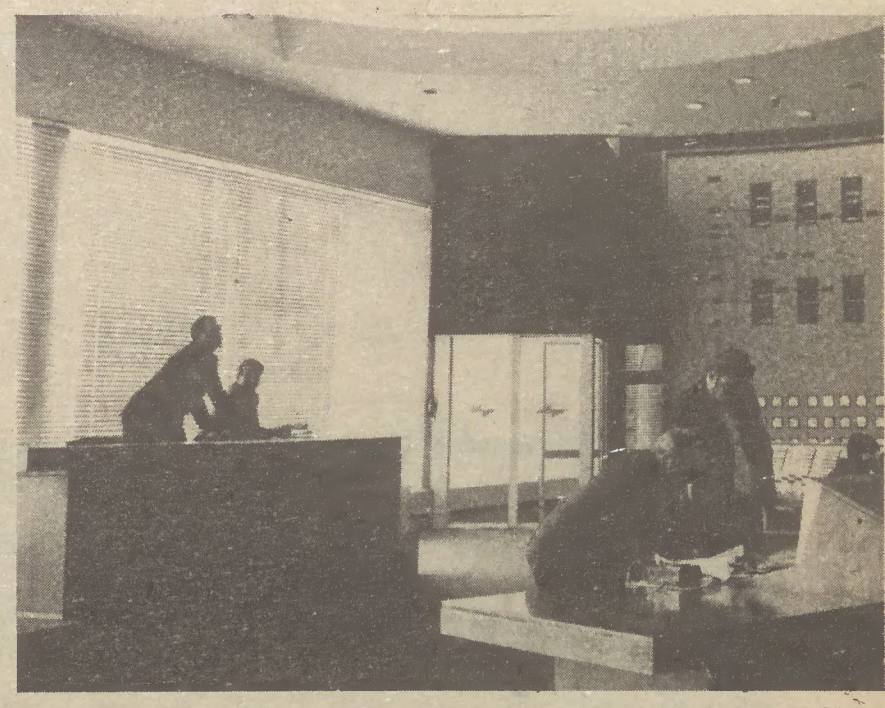
Se olharmos para os últimos anos, ou pouco menos do que isso, compreendemos nas novas condições históricas como o costurar do conceito nacional é obra de um esforço permanente, degladiando-se entre forças opostas mas afirmando-se, tendo sempre como critério permanente a mesma realidade, a realidade da preservação — ou não — dos interesses colectivos sem subordinação a quaisquer posições sectoriais interiores ou exteriores que o socavem ou belisquem.

Além do mais ensina-nos, para além das próprias circunstâncias da formação da nacionalidade e da nação portuguesa, como constitui um fenómeno sempre sujeito a forças destruidoras mas que encontra também em si prórpio fontes inextirpáveis potenciais de auto-reprodução e mesmo de reforço.

(...)

Temos nos dias que correm, recolhendo a lição do nosso passado, de aproveitar as lições que ele comporta para toda a questão da luta pela independência naicional, pois ele fornece uma lição rica e cheia de força didática.

Mas não podemos deixar de atender ao novo circunstancialismo objectivo da luta pela autonomia nacional. Ela tem de se desenvolver num quadro caracterizado por uma profunda interdependência internacional que, de resto, se aprofunda dia a dia. Mas isto não obscurece o sentido da luta pela independência nacional, visto que o seu critério básico continua a ser o mesmo de sempre: seja qual for o grau de fortalecimento dos laços de interdependência externa, ela defende-se na base da comunidade de interesses nacionais básicos contra quaisquer posições sectoriais que joguem contra eles, pois a interdependência não significa abdicação daquela comunhão económica, política, cultural e ideológica que se constituiu com base no esforço, difícil de exagerar, ao longo de séculos e séculos de vida histórica própria a partir da autonomia política, das ameaças que sofreu, do breve hiato de 60 anos e de todos os perigos que a têm envolvido. ■



■ *Frederico de Carvalho*

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Indispensável uma política para o seu desenvolvimento

As relações entre ciência, tecnologia e independência nacional são susceptíveis de se distinguir com relativa clareza, se definirmos o conteúdo de **independência nacional** — de forma necessariamente simplista — como a capacidade de, em cada momento, escolher os caminhos mais apropriados para atingir os objectivos de desenvolvimento que correspondem aos reais interesses e aspirações do povo e do País, e a sua dinâmica complexa, no contexto da situação existente, caracterizada pela organização, especialização e nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, os hábitos de vida, tradições, valores e identidade culturais.

Uma tal escolha implica desde logo capacidade para analisar a viabilidade e as consequências de diferentes estratégias de desenvolvimento, no quadro de interdependências multiformes, característico do mundo de hoje, considerações não apenas de âmbito nacional e regional, mas também considerações de âmbito global, nomeadamente as que se prendem com as questões tendentes dos equilíbrios ecológicos e da disponibilidade limitada de recursos naturais.

No referido quadro de interdependências, adquire, em particular, extraordinária importância a capacidade de negociação com as grandes companhias transnacionais, que tem de ser acompanhada, no plano político, de firmeza na imposição a essas transnacionais de regras de conduta apropriadas. A capacidade de negociação está intimamente ligada à capacidade de transferência de tecnologia, incluindo a capacidade de desagregação de pacotes tecnológicos, e o intercâmbio de tecnologia, e também ao conhecimento tão completo quanto possível da natureza e valor dos recursos naturais próprios.

Assim, o desenvolvimento científico e tecnológico do País aparece claramente como vector estratégico de uma política de desenvolvimento e de defesa da independência nacional. Por isso, o atraso do sistema científico e técnico português, designadamente em relação aos outros países da CEE, com possível excepção da Grécia, atraso posto em evidência por todos os indicadores estatísticos conhecidos, é um dado preocupante no presente contexto. (...)

A defesa da independência nacional passa pela capacidade de desenvolver por meios próprios — incluindo-se aqui os conhecimentos de que nos podemos apropriar livremente por serem parte integrante do património da Humanidade e não objecto de comércio — aquela defesa passa, dizíamos, pela capacidade de desenvolver, por meios próprios, produtos e processos novos ou inovados.

Para tanto é indispensável que exista uma política para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais com prioridades correctamente definidas e primando pelo equilíbrio na distribuição dos recursos, disponíveis ou a criar, pelas várias formas de actividade científica e técnica e que procure associar universidades, laboratórios do Estado e empresas, num esforço comum para dar resposta aos problemas específicos do desenvolvimento económico nacional.

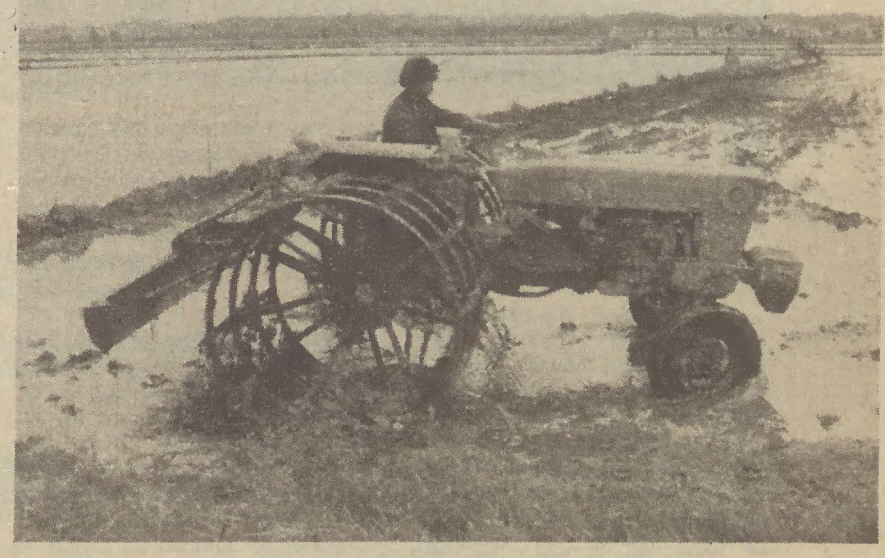
Podendo parecer que não, é necessário proteger e desenvolver a chamada investigação básica ou fundamental. É esta que fornece a médio e longo prazo o suporte ao desenvolvimento e inovação de produtos e processos. Uma política que não tenha em conta esta necessidade e que tenda, como parece ser a intenção do Governo, a cortar os meios de trabalho a todos quantos não se disponham a trabalhar sob contrato, para empresas, encerraria uma armadilha mortal para o futuro do País, levaria à sua analfabetização científica a prazo e, logo, a um acentuado empobrecimento cultural.

A maior parte dos grupos e instituições de ivestigação nacionais vêem a continuidade do seu trabalho e a sua própria estabilidade como unidades executoras de I&D, cada vez mais dependentes da sua eventual capacidade para angariar subsídios das mais diversas origens, cuja atribuição se processa de forma casuística e nem sempre transparente, e o reflexo de uma orientação mais geral da política do Governo que consiste em reduzir encargos e alienar responsabilidades que nas condições do nosso País só podem ser assumidas pelo Estado.

Neste contexto e a terminar, importa referir duas situações, que carecendo de mais profunda análise, se afigura corresponderem à realidade, até prova em contrário.

A primeira, é que a investigação fundamental de qualidade que, apesar de tudo, se faz entre nós, é, tal como acontece em países de nível de desenvolvimento semelhante, aproveitada sobretudo pelo estrangeiro. Com efeito, abstraindo da contribuição que essa investigação pode dar para a formação de quadros — e interessa saber o que farão amanhã esses quadros — os resultados da investigação fundamental nacional são exportados graciosamente, para virem a ser reimportados uma vez incorporados em produtos e serviços de alto valor acrescentado.

A segunda, é que a investigação aplicada e o desenvolvimento tecnológico, que experimentam enormes dificuldades em encontrar utilizadores internos, entram naturalmente em choque com os interesses das companhias transnacionais que engordam os seus lucros e impõem o seu domínio através da aplicação de mecanismos de troca desigual, assentes na subvalorização dos recursos naturais, humanos e materiais, dos países dependentes, forçados a importar os produtos por elas manufacturados. É pois um contra-senso admitir que o desenvolvimento científico e tecnológico do País e a defesa da independência nacional possam assentar em contribuições generosas de fundos estruturais comunitários ou em outros financiamentos estrangeiros, provenientes de zonas económicas fortes onde o poder decisório se encontra, nesta fase da vida internacional, nas mãos das grandes companhias transnacionais, e não num esforço de utilização dos nossos recursos próprios conduzido com seriedade e inteligência. (...) ■



■ *Fernando Correia*

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Interdependência é um campo de luta

(...) Ao nível dos meios de comunicação social, a multiplicação das possibilidades técnicas de produzir e divulgar informação provocou aquilo a que se tem chamado uma «explosão informativa». Deixou de se falar em rapidez de distribuição e sim em simultaneidade, ao mesmo tempo que praticamente desapareceram os limites para a quantidade e diversidade da comunicação e da informação. (...)

A interdependência entre os povos e as nações é uma necessidade imperiosa cuja marcha, inevitavelmente, se fará sempre para a frente e nunca para trás, e que abrange fenómenos profundamente interligados como a mundialização da economia, o intercâmbio das culturas e, naturalmente, a comunicação sem fronteiras trazida pelas novas tecnologias da informação, no sentido mais lato da expressão. (...)

A acreditar em certos ideólogos de um velho liberalismo pretensamente rejuvenescido com as vistosas *t-shirts* das novas tecnologias, estas seriam, só por si, a panaceia universal que, no sector da comunicação e da informação, abolindo as fronteiras da geografia, da História e do espírito, instauraria a nova ordem da felicidade e da riqueza.

Felicidade e riqueza, sem dúvida. Mas para quem? Para quantos? E à custa de quê e de quem? Olhemos à volta e constatemos que o cenário está longe de ser tão idílico como alguns o pintam. E o nosso país é um bom exemplo do que se passa na realidade. (...)

Mais de 80% da informação que circula no mundo provém de apenas quatro grandes agências: a UPI (EUA), a AP (EUA), a Reuter (Gr.Bret.) e a FP (França). Um estudo realizado há anos sobre o conteúdo do noticiário de uma dessas agências, a UPI, indicava que as informações provenientes dos EUA e da Europa correspondiam a 80,6% das notícias, da Ásia 5,9%, da América Latina 3,2%, do Médio Oriente 3%, da África 1,8%, da URSS e do leste europeu 1,5%. (...)

Na base, o problema que se coloca, e que afanosamente alguns procuram iludir, é o da propriedade: quem manda na comunicação social? Qual o conteúdo das mensagens, quem as produz e com que objectivos? Sem uma resposta clara a estas prosaicas questões é de suspeitar de todas as pomposas frases sobre as grandes virtudes da comunicação social ao serviço da amizade entre os povos, do livre acesso à informação por cima das fronteiras, etc., etc. (...)

A evolução da comunicação social é historicamente indissociável da evolução da burguesia como classe, que na sua fase ascendente fez da imprensa uma arma para a conquista de posições económicas e políticas, e mais tarde transformou os *mass media* num instrumento de controlo social e a notícia numa mercadoria, levando até às últimas consequências a sugestiva definição que um dos grandes patrões dos *media* americanos, William Hearst, deu um dia: «As notícias são o que é interessante e não, necessariamente, aquilo que é importante». (...)

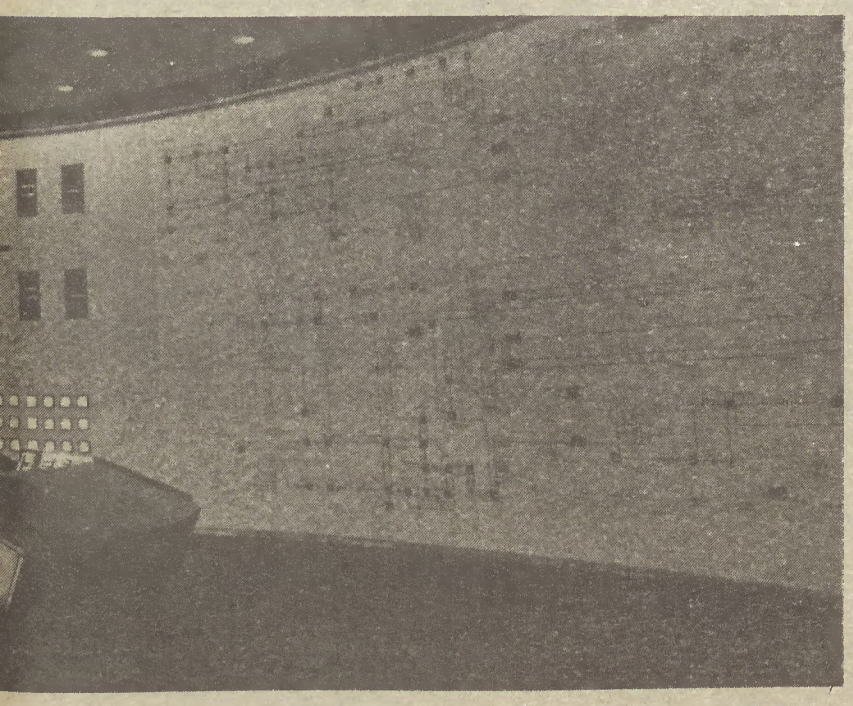
A citação permite-nos chamar a atenção para um aspecto essencial: os *mass media* nunca são neutros, no sentido em que, quer seja pela afirmativa, pela negativa ou pelo silenciamento, têm sempre uma determinada influência ideológica no público, mesmo que essa influência não se faça sentir de forma explícita, directa e a curto prazo. A inserção dos *mass media* no contexto englobante não é simples nem pode ser vista de forma simplista: elemento já hoje intrínseco ao sistema social de que faz parte, a comunicação social revela-se simultaneamente como condicionada e condicionante, reflexo e activador, produto e agente. (...)

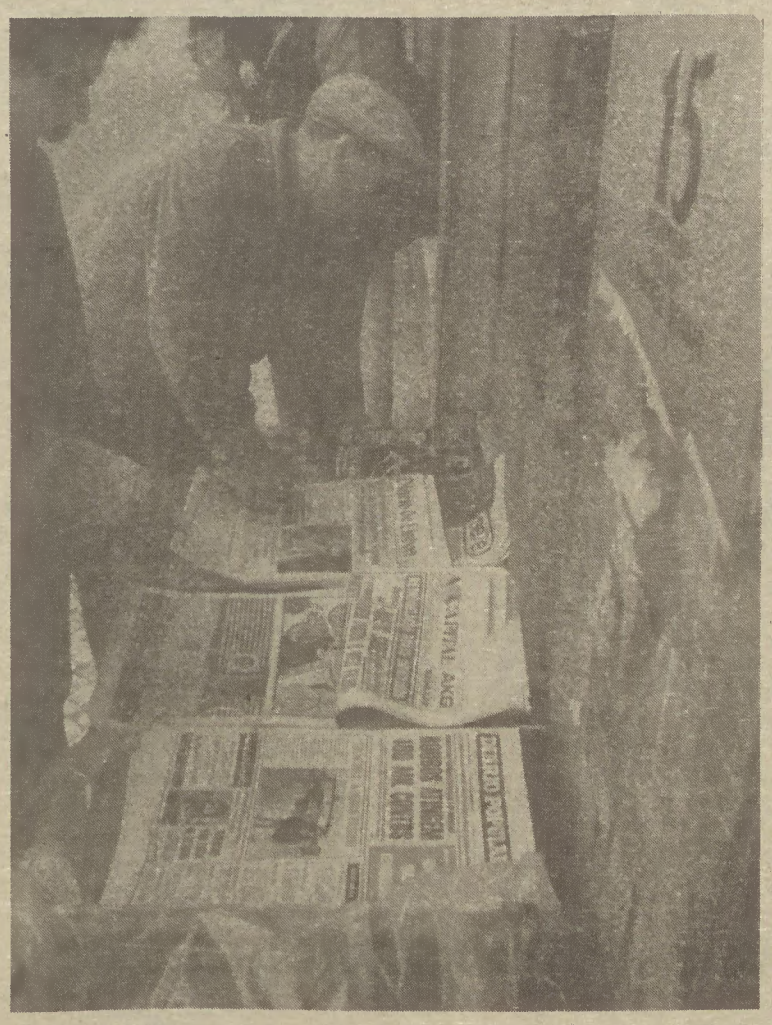
Entendendo a interdependência comunicacional e informativa não como um território conquistado mas como um campo de luta, conviria agora apontar algumas sugestões e propostas como contribuição para um debate acerca da definição de uma política nacional nesta matéria.

Poderemos apontar três grandes linhas de actuação.

A primeira é de natureza estratégica. Refere-se à necessidade de se adoptar à partida numa concepção da própria interdependência comunicacional e informativa que sirva de base de lançamento e de guia tanto para a acção concreta como para a intervenção nos foruns internacionais onde estas questões se debatem, nomeadamente a UNESCO e outros organismos das Nações Unidas. (...)

A segunda grande linha de actuação baseia-se no seguinte princípio: só poderá ser um participante de parte inteira na interdependência comunicacional e informativa um país que, mediante políticas claras e medidas concretas, se afirme em si próprio como independente. Isto

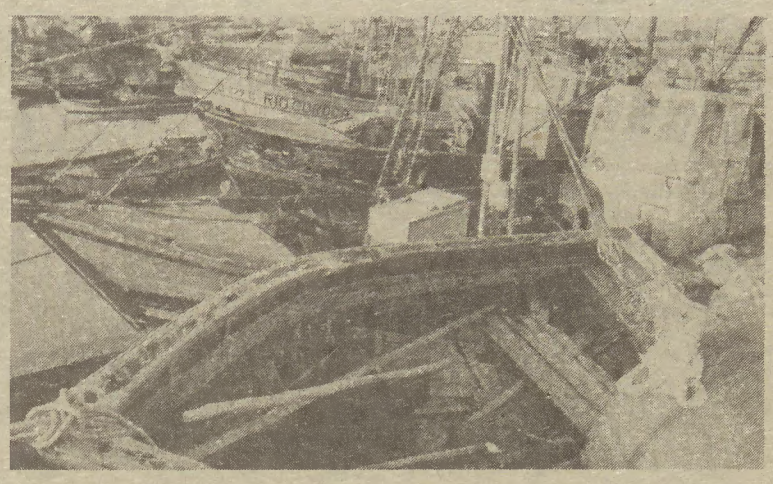




■ *Agostinho Lopes*

AGRICULTURA E PESCAS

A gravidade da dependência alimentar



A independência nacional passa pela capacidade de um povo produzir alimentos, na qualidade mínima necessária à sua manutenção, não esgotando os recursos naturais, base dessa produção.

(...)

A gravidade da dependência alimentar do País, e a caracterização dessa dependência como crónica, crescente e estrutural, é bem nítida na evolução recente dos saldos da balança agroflorestal e da balança dos produtos da pesca, que evidenciam os enormes défices produtivos da agricultura e das actividades piscatórias.

(...)

Confirmando uma tendência que já vinha a verificar-se e que se acentuou depois da adesão, as importações de pescado e produtos pesqueiros dispararam, e são hoje, em termos de «peso à saída de água», equivalentes às capturas nacionais e ultrapassam-nas largamente em valor.

(...)

O País apresenta globalmente uma dependência externa em bens alimentares superior a 50%, isto é, precisa de importar mais de metade da alimentação do seu povo. Isto sem aprofundarmos, agora e aqui, evidentes carências e desequilíbrios da dieta alimentar de alguns grupos sociais da população portuguesa, que as estatísticas escondem.

(...)

Refere-se com frequência e justamente o significado da **factura petrolífera** na economia portuguesa. Mas um valor semelhante tem a **factura agro-alimentar**. Em 1978 excedeu mesmo o custo do petróleo em 46 milhões de contos!

(...)

A política do Ministério da Agricultura e Pescas dos governos de Cavaco Silva conduzida, quer por Álvaro Barreto, quer por Arlindo Cunha, era e é determinada pela lógica nacional de **recuperação capitalista e latifundiária. Instrumento ao serviço da centralização e concentração de capitais** e traço de união de duas lógicas comunitárias sectoriais, que com ela se interpenetram apesar de contradições secundárias:

● A lógica da PAC, e da sua reforma segundo os interesses das transnacionais das agro-indústrias, e da defesa das agriculturas desenvolvidas do Norte da Europa, no quadro de um GATT a braços com a chantagem americana.

● A lógica da política de pescas comunitária, a dita Europa Azul, transformada em **moeda de troca** nas negociações da CEE com países terceiros.

O resultado pode sintetizar-se:

a) **No insuficiente crescimento, e mesmo estagnação ou retrocesso do volume de determinadas produções agropecuárias**, enquanto se verifica uma **especialização produtiva desajustada** como a das espécies florestais de crescimento rápido, em prejuízo das produções estratégicas.

b) Na clara estagnação da produção pesqueira, enquanto se acentua a pressão sobre a nossa ZEE e as dificuldades no acesso a pesqueiros exteriores e a aquicultura não mostra qualquer progresso satisfatório.

c) Na acentuação do domínio estrangeiro, **sobre o sistema produtivo de alimentos, pelas crescentes compras de solos e explorações agrícolas; pelo controlo, da nossa frota de arrasto costeiro; pela crescente presença das transnacionais nas indústrias alimentares portuguesas**;

d) Na acentuação do domínio estrangeiro, **sobre o sistema abastecedor de produtos alimentares, por via da abertura de fronteiras e liberalização dos mercados, pelo desmantelamento e entrega ao capital privado das ex-organizações de coordenação económica e empresas públicas, pelo desenvolvimento das grandes redes de distribuição e ainda, por um afunilamento também crescente das nossas relações comerciais.**

(...)

Em nome da soberania e independência nacional não podemos aceitar que um ministro da Agricultura fale da impossibilidade de o «País andar com os cereais às costas» e ignore as reais possibilidades de fazer subir as produções unitárias dos cereais, pela drenagem e irrigação dos solos, pela melhoria das sementes e das fórmulas de fertilização.

Não podemos aceitar uma quota leiteira que a médio prazo travará a expansão da produção leiteira e da indústria de lacticínios, e nos obrigará, se as nossas capitações de consumo subirem como é desejável, a importar leite!

Não podemos aceitar o estabelecimento de uma quota de produção para o azeite português restringindo a área de olival, como vem sucedendo com os incentivos ao arranque de novos olivais ou reestruturação dos antigos.

Não podemos aceitar que o projecto de uma produção estratégica como é a da beterraba sacarina esteja, com a cumplicidade do Poder, paralisado, totalmente dependente dos interesses das refinadoras de ramas importadas, que fazem agora a chantagem de só prosseguir desde que hajam apoios estatais.

Não podemos aceitar que em nome da **qualidade** decretada por Bruxelas se marginalize e se destrua mesmo um valioso património genético da agricultura portuguesa. A introdução de espécies animais e vegetais exóticas, a procura de espécies cada vez mais produtivas e com melhor aspecto, que não com mais qualidade, não é errada. Errado é que nesse processo se deixem extinguir as espécies indígenas, seleccionadas por séculos de culturas e actividade do homem, adaptadas aos solos e aos climas!

Não podemos aceitar negociações da CEE que restrinjam o acesso dos armadores portugueses a recursos pesqueiros tradicionais, como tem acontecido com o afastamento dos nossos navios das águas da Gronelândia, enquanto se permite o encharcamento do mercado europeu de conservas de países terceiros.

Não podemos aceitar que se pretenda preservar o ambiente proibindo a um agricultor a plantação de eucaliptos nas suas matas, enquanto se permite às multinacionais de celulose a transformação de terras em vastos eucaliptais.

Não podemos aceitar que em nome da defesa dos recursos se pretenda impor malhagens das redes, aliás em geral de duvidosa fundamentação técnico-científica, e outras limitações à actividade das comunidades artesanias, que entretanto assistem à impunidade de que beneficiam os arrastões numa intervenção altamente predatória dos recursos.

A situação alimentar portuguesa exige uma gestão global, integrada e patriótica, dos recursos naturais do País.

Exige a aposta nos nossos recursos humanos. Exige a reforma e a modernização das nossas pescas e da nossa agricultura, com a pesca artesanal, com as cooperativas da Reforma Agrária, com as explorações agrícolas familiares.

Exige a substituição de uma argumentação justificativa e tecnocrática dos interesses das multinacionais dos capitalistas e latifundiários por uma orientação produtiva, diversificada e de qualidade, apoiada nos pescadores, nos trabalhadores agrícolas e nos agricultores.

Exige a definição de uma estratégia nacional no quadro de uma Europa a um Mundo de paz e cooperação. ■

---

significa, no que se refere a Portugal, e para além de outros aspectos de política global, que se torna necessário:

1.º — Valorizar e proteger aquilo que é nosso, tem qualidade e se relaciona com a nossa identidade, através de uma política integrada em que os próprios meios de comunicação social ocupem o seu insubstituível lugar no plano do esclarecimento, da divulgação, do debate e da participação dos cidadãos.

2.º — Adoptar medidas que promovam a preparação cultural, o nível de instrução e a consciência cívica do nosso povo, de modo a que a participação na interdependência não signifique à partida a condenação à dependência. Isto implica pôr termo a situações intoleráveis, como a de uma taxa de analfabetismo real e funcional que se aproxima muito mais da média do Terceiro Mundo do que da europeia, impeditiva, entre outras coisas, da existência de uma intimidade generalizada, frutuosa e exigente com os meios de comunicação social.

3.º — Ter como objectivo uma política comunicacional e informativa que não esqueça os interesses e especificidades do nosso país, integrando-a nas metas globais do desenvolvimento nacional e retirando-a da dependência das imposições e pressões do neocolonialismo informativo, seja ele americano ou europeu. (...)

Finalmente — e esta é uma terceira linha de actuação —, há que ter em conta que a concretização de uma verdadeira interdependência entre países só será possível se cada um destes, em si próprio, estiver neste sector organizado de uma forma interdependente, isto é, e para citar apenas alguns exemplos que nos dizem particularmente respeito:

a) se no seu interior houver uma autêntica troca de informação entre todas as regiões, e não um litoral rico e polarizador das atenções dos *media* e um interior pobre e menorizado ou esquecido;

b) se houver um verdadeiro e multilateral fluxo informativo no seio da sociedade e não, por um lado, minorias sociais privilegiadas, e por outro lado classes e camadas que só marginalmente e em forma de caricatura, de apêndice ou de bode expiatório têm um lugar na chamada grande informação;

c) se existir um real pluralismo político e ideológico nas possibilidades de acesso aos meios de comunicação social, e não um sistema que, na prática, sistematicamente, secundariza sectores cuja relevância e influência na sociedade é claramente superior ao espaço que lhes é concedido na informação. (...)

Uma nota final. O papel de grande importância que a comunicação e a informação têm, e cuja tendência é para aumentar ainda mais, impõe que as consideremos uma área prioritária de preocupação e de intervenção. (...)

Estas alterações implicam para todos nós um aumento de tarefas e de responsabilidades, exigem um esforço de empenhamento e de criatividade, impõem estudo e reflexão assentes num debate amplo e aberto. Escusado será dizer que tudo isto é incompatível com subestimações e atrasos ou a insistência em estilos e hábitos de intervenção desadaptados às novas circunstâncias. (...) ■

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990 ALMADA

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

«A internacionalização da vida económica não pode fazer esquecer a diversidade de níveis e padrões culturais, de recursos e interesses nacionais de países e povos que se querem independentes e soberanos.»

Octávio Teixeira

«As alianças e acordos internacionais de Portugal não podem significar, como de facto têm significado, situações de subalternidade, de dependência e muito menos de subordinação a interesses alheios.»

Albano Nunes

«A penetração das instituições financeiras estrangeiras no mercado bancário a retalho em Portugal poderá atingir proporções significativas nos próximos anos se tais instituições (...) se apropriarem dos trumfos competitivos da banca pública portuguesa.»

José Pitacas

«Não há independência nacional, num horizonte de consistência e de pujança, sem o cimento criativo da cultura, que no seu labor quotidiano os povos elaboram.»

José Barata Moura

«O fascismo português comporta mais um exemplo na história de Portugal, de que são as massas populares, as classes trabalhadoras que melhor encarnam o sentimento de independência nacional, são elas que mantêm e alimentam as tradições patrióticas, de um povo e de uma nação.»

José Vitoriano

«A luta pela verdadeira dimensão social da CEE, ou seja a harmonização no sentido do progresso dos direitos e das condições sociais, exige uma acção sindical consequente, mobilizadora das massas trabalhadoras, eficaz e coordenada a nível de cada país e no conjunto da CEE.»

Carlos Carvalho

«Os concretos processos actuais de acrescida internacionalização da vida económica, e não só, não são processos neutros nem únicos. É ilegítimo alegar o carácter objectivo dessa internacionalização sem ter desde logo em conta a igualmente objectiva dominância dos interesses de classe que essa internacionalização, tal como efectivamente se processa, está particularmente servindo.»

Carlos Aboim Inglez

«Às Forças Armadas portuguesas deve caber a missão inalienável de assegurar a defesa de Portugal (do território continental e dos Açores e Madeira, do espaço aéreo e marítimo, dos meios de comunicação e rotas marítimas, dos portos, da Zona Económica Exclusiva). A prazo Portugal não deverá ter obrigações militares que não resultem dos compromissos decorrentes dos sistemas de segurança colectiva de toda a Europa ou missões de natureza global no quadro das resoluções das Nações Unidas.»

José Neto

«No plano da CEE, é indispensável assegurar um crescente poder negocial de Portugal e uma intervenção activa no sentido da defesa dos interesses nacionais e da afirmação dos valores culturais que nos são próprios.»

Joaquim Miranda

«O critério central a partir do próprio processo de génese histórica da nação é sempre o mesmo: as classes populares constituem o depositário mais fiel dos interesses nacionais, visto que é a elas que interessa vitalmente preservar a autonomia contra quaisquer ataques que a diminuam ou tentem liquidar.»

Armando de Castro

«O ensino, a formação e a cultura das novas gerações deverão integrar-se na tradição humanística portuguesa, abrindo-se à cooperação e à solidariedade com todos os povos e, em particular, com os de uma Europa que pretendemos se confunda com o velho Continente e não com um bloco económico e militar.

Rogério Fernandes

«O desenvolvimento científico e tecnológico do País aparece claramente como vector estratégico de uma política de desenvolvimento e de defesa da independência nacional. Por isso, o atraso do sistema científico e técnico português (...) é um dado preocupante no presente contexto.

Frederico de Carvalho

«O problema que se coloca, e que afanosamente alguns procuram iludir, é o da propriedade: quem manda na comunicação social? Qual o conteúdo das mensagens, quem as produz e com que objectivos? Sem uma resposta clara a estas prosaicas questões é de suspeitar de todas as pomposas frases sobre as grandes virtudes da comunicação social ao serviço da amizade entre os povos, do livre acesso à informação por cima das fronteiras, etc.»

Fernando Correia

«A gravidade da dependência alimentar do país, e a caracterização dessa dependência como crónica, crescente e estrutural, é bem nítida na evolução recente dos saldos da balança agroflorestal e da balança dos produtos da pesca, que evidenciam os enormes défices produtivos da agricultura e das actividades piscatórias.»

Agostinho Lopes

Agenda

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 880
31 de Outubro de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PCP

1.ª Assembleia da organização da cidade de Lisboa

Sob o lema «Em Lisboa, Um PCP Mais Forte Para Uma Alternativa Democrática», vai realizar-se no próximo sábado, dia 3 de Novembro, na Faculdade de Letras, a 1.ª Assembleia da Organização da cidade de Lisboa.

Nos trabalhos, que têm início às 10 horas e encerram às 19, participam José Casanova, da Comissão Política, e António Andrez, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP.

Quinta

ALMADA
Almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia da **Trafaria** com a participação do camarada **Vítor Dias**: no restaurante «Piri-Piri» (Trafaria), a partir das 12.30.

Sexta

CASCAIS
Reunião de camaradas organizados em **células de empresa** para discussão da situação política e da situação social no concelho: às 19.30, no Centro de Trabalho.

SANTARÉM
Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Santarém: hoje e amanhã, por iniciativa conjunta do Grupo Parlamentar e da Direcção Regional de Santarém, visando a abordagem na AR dos problemas regionais nas áreas da agricultura, trabalho e questões sociais, ambiente, saúde, educação, ensino e desenvolvimento regional. Visitas aos concelhos e a empresas, encontros com entidades e estruturas locais e **debates com a população** - hoje à noite em **Almeirim** sobre a agricultura na zona, e em **Pernes** sobre Ambiente.

Festa dos Pioneiros

QUEREMOS ESCOLHER
A COR DA NATUREZA

domingo
no Jardim
do Tabaco

Pioneiros de Portugal

Sábado

LISBOA
1ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa - das 10.00 às 19.00 na Faculdade de Letras.

AVEIRO
Jornada de reflexão sobre Desenvolvimento Integrado do Distrito de Aveiro - a partir das 10.00, no Salão Cultural da Câmara Municipal, com a participação dos camaradas **Carlos Carvalhas**, **Sérgio Teixeira**, **Joaquim Miranda** e **Lino de Carvalho**.

BRAGA
Encontro de Eleitos e Activistas da CDU nas autarquias do distrito com o objectivo de analisar o funcionamento dos órgãos autárquicos neste mandato, a actividade dos eleitos da CDU e a política do Governo no domínio autárquico, e definir linhas de trabalho. A partir das 15.00, no Centro de Trabalho do PCP.

MACEDO DE CAVALEIROS
1ª Assembleia da Organização Concelhia. A partir das 21.30, no Centro de Trabalho, com participação do camarada **Serafim Brás.**

GRÂNDOLA
Jornadas do PCP sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, iniciativa conjunta do Organismo Intermédio do Sul do Distrito de Setúbal e da DORS, para debate das grandes questões que se colocam para um desenvolvimento integrado da região integrada pelos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira: nos Pavilhões da Feira, em Grândola, com a participação, entre outros, dos camaradas **Luís Sá** e **Manuel Sobral**.

CASCAIS
Debate sobre a situação política nacional e internacional com a participação dos camaradas **Romeu do Rosário** e **Vilaverde Cabral**, antecedido de almoço-convívio: no Centro de Trabalho, a partir das 13.00.

ALCABIDECHE
Plenário de militantes para discussão da situação política e Campanha dos 150 Mil Contos: às 16.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Joaquim Judas**.

S. DOMINGOS DE RANA
Encontro-debate dos vereadores da CM de Cascais **Vítor Silva** e **Carlos Sota** com os moradores do **Bairro Conde de Monte Real**: às 17.30, na colectividade (no final de uma visita à freguesia que tem início às 16.00).

Domingo

MONTIJO
Almoço-convívio integrado na Campanha dos 150 Mil Contos, com a participação do camarada **Dias Lourenço**: às 13.00, no Pavilhão da Montiagri.

Projecto do PCP sobre a gestão democrática da Escola

— apresentação pública —

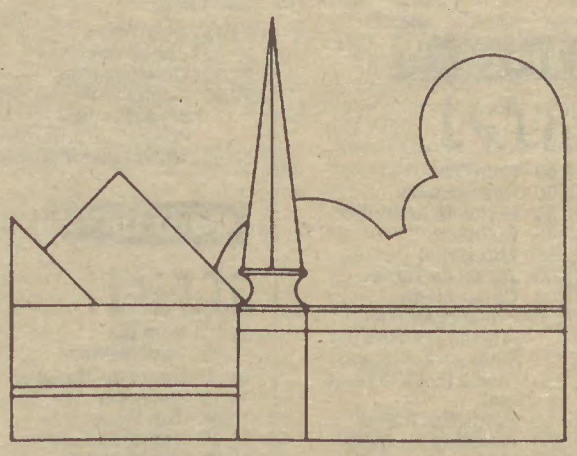
Debate:
A Escola como comunidade aberta ao exterior e como Projecto Educativo

Terça-feira às 21 horas

Hotel Berna
LISBOA

Terça

LISBOA
Debate promovido pelo Organismo de Professores da ORL sobre o **Projecto do PCP sobre a Gestão Democrática da Escola**, apresentado na AR - às 21.00, no auditório do Hotel Berna.



Região de Aveiro
Realidades e Perspectivas

Jornada de Reflexão sobre Desenvolvimento Integrado do Distrito

Salão Cultural da Câmara Municipal

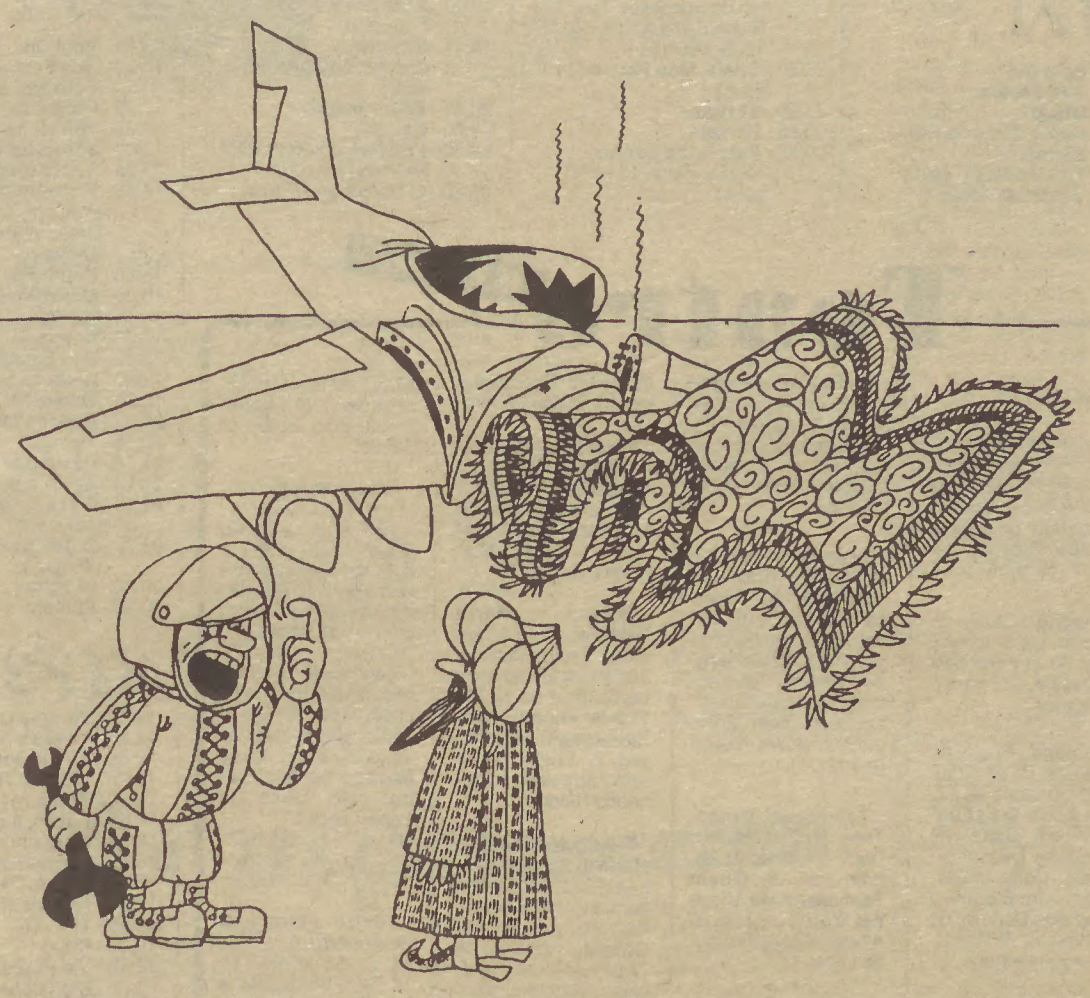
Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato à Presidência da República, realiza-se no sábado, dia 3, no salão cultural da CM de Aveiro, uma jornada de reflexão sobre desenvolvimento integrado do distrito que tem como lema «Região de Aveiro - realidades e perspectivas».

Esta jornada de reflexão é uma iniciativa da direcção regional do Partido (DORAV) e tem como objectivos aprofundar a discussão sobre a realidade distrital e contribuir para a elaboração de propostas de solução para os seus problemas, bem como para a melhoria da ligação entre o trabalho parlamentar (AR e PE), a realidade da região e a actividade do PCP no distrito.

Além de Carlos Carvalhas, participarão ainda nesta iniciativa - que se inicia às 10 horas e é aberta a todos os interessados - os camaradas Sérgio Teixeira, da CEN do CC, Joaquim Miranda, suplente do CC e deputado no PE, e Lino de Carvalho, suplente do CC e deputado na AR.

Aveiro, 3 de Novembro de 1990

Antologia



DENISSOV, Youri *(URSS) in Catálogo da 1.ª Bienal Internacional de Caricatura — Gabrovo, Bulgária 1973*

TV O Programa

Quarta 31

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Canto Alegre**
14.30 - **Primeira Matinée** - «Abnegação», real. Douglas Sirk (EUA/1957, 108 min)
16.10 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **O Corpo Humano** (6º epis.)
17.20 - **Brinca Brincando**
18.10 - **Rua Sésamo**
18.45 - **Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta**
21.10 - **Desenhos Animados**
21.20 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.35 - **Lotação Esgotada** - «Debaixo do Vulcão», real. John Huston (EUA/1984, 111 min.)
23.30 - **24 Horas**
00.05 - **Remate**

RTP2

12.00 - **Os Centuriões** (26º epis.)
12.25 - **Filhos e Filhas**
12.50 - **Livros Jovens**
13.05 - **Lutar para Vencer** (2º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha**
15.55 - **Madeira - Cá Entre Nós**
16.50 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **As Três Damas do Quiosque** (11º epis.)
19.05 - **Ti-Ti-Ti**
19.35 - **Circo**
19.40 - **Via Rápida**
20.00 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Emoções** (37º epis.)
23.00 - **Xingu** (6º epis.)

Quinta 1

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
09.30 - **Rua Sésamo**
10.00 - **Missa**
11.00 - **Ponto de Encontro**
11.55 - **Culinária**
12.10 - **Top Model** (6º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.35 - **Primeira Matinée** - «As Sandálias do Pescador», real. Michael Anderson (EUA)
16.05 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **Cidades com Metro** (7º epis.)
17.15 - **Brinca Brincando**
18.15 - **Rua Sésamo**
18.45 - **Roda da Sorte** (concurso)
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta** (4º epis.)
21.25 - **Euronico**
22.20 - **Memórias e Emoções** (2º epis.)
23.25 - **24 Horas**
24.00 - **Remate**

RTP2

12.00 - **A Força Astral** (7º epis.)
12.25 - **Ora Agora Conto Eu**
12.40 - **Filhos e Filhas**
13.05 - **Jerry Lewis** (7º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
15.55 - **Aventura** (7º epis.)
16.20 - **A Ilha das Borboletas** (1º epis.)
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **O Eterno Feminino**
18.30 - **O Menino Doutor** (19º epis.)
18.55 - **Ti-Ti-Ti** (54º epis.)
19.25 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Magazine Regional**
20.40 - **Dick Tracy** (34º epis.)
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Dramazine**
21.55 - **Sinais do Tempo**
22.55 - **Cineclube** - «O Denunciante», real. John Ford, (EUA/1935, 84 min.)

Sexta 2

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.55 - **Culinária**
12.10 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Canto Alegre**
14.30 - **Primeira Matinée** - «Alvorada Vermelha», real. Nina e Herman Schneider (EUA/1955, 82 min.)
16.00 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **Os Grandes Senhores** (últº. epis.)
17.15 - **Brinca Brincando**
18.10 - **Rua Sésamo**
18.40 - **A Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta**
21.20 - **Sessão da Noite** - «O Fio do Suspeito», real. Richard Marquand (EUA/1985, 105 min.)
23.20 - **Chefe, Mas Pouco** (34º epis.)
23.50 - **24 Horas**
00.25 - **Remate**
00.50 - **Pela Noite Dentro** - «Sexta-Feira, 13» (7º epis.)

RTP2

12.00 - **O Fantasma de Faffner Hall** (19º epis.)
12.25 - **Filhos e Filhas**
12.50 - **Armação Ilimitada**
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
15.55 - **História do Automóvel**
16.20 - **Novos Horizontes**
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **O Eterno Feminino**
18.30 - **Charlot**
18.55 - **Ti-Ti-Ti**
19.25 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Nunca Mais é Sábado**
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **A Tenda dos Milagres** (78º epis.)
22.10 - **Rotações**
23.10 - **Pop-Off**
23.35 - **Um Espião Perfeito** (7º epis.)

Sábado 3

RTP1

09.00 - **À Mão de Semear**
09.25 - **Canal Jovem**
13.00 - **Encontro à Uma**
13.50 - **Os Melhores Anos**
14.15 - **Knebworth** (2ª parte)
15.05 - **Fogo Grego** (série documental: a influência da Grécia Antiga no mundo moderno - 1º epis.)
15.45 - **Primeira Matinée** - «Conan, o Destruidor», real. Richard Fleischer (EUA/1984, 97 min.)
17.35 - **A Magia de Paul Daniels**
18.05 - **Regresso às Origens**
18.55 - **Hooperman** (7º epis.)
19.20 - **TVer**
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.30 - **O Processo de Camilo e Ana Plácido** (3º e últº epis.)
22.30 - **Casa Cheia** (6º progr.)
23.20 - **Champagne Charlie** (série, 1º epis.)
00.20 - **Última Sessão** - «O Polícia do Futuro», real. Paul Verhoeven (EUA/1987, 98 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.10 - **Fora de Horas**
10.50 - **National Geographic**
11.45 - **Forum Musical**
13.00 - **Agarra o 2**
14.00 - **Cine-Sábado** - «Os Alegres Namorados», real. Rouben Mamoulian (EUA/1948, 89 min.)
16.00 - **Estádio**
18.30 - **Jornal Fim de Semana**
19.00 - **Arca de Noé** (concurso, 7ª sessão)
19.45 - **Stringer, o Correspondente** (7º epis.)
20.35 - **Tauromaquia**
21.00 - **Estádio**
23.30 - **Lou Ree de John Cale ao Vivo** (concerto)
00.20 - **O Decálogo** (7º epis.)

Domingo 4

RTP1

09.00 - **Canal Jovem**
11.30 - **Missa**
12.30 - **70x7**
13.00 - **Notícias**
13.15 - **Os Gophers** (7º epis.)
13.40 - **Cousteau - A Redescoberta do Planeta** (7º epis.)
14.30 - **Mapa Cor de Rock**
15.45 - **Primeira Matinée** - «Laura Lansing Passou Por Aqui», real. George Schaefer, interpr. Katherine Hepburn (EUA/1988, 120 min.)
17.15 - **Que Família!** (5º epis.)
18.00 - **Regresso ao Passado** (7º progr.)
18.55 - **McGyver** (59º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.45 - **Boletim Meteorológico**
21.00 - **Kananga do Japão** (7º epis.)
22.30 - **Domingo Desportivo**
00.10 - **Controvérsias**

RTP2

09.00 - **Outras Músicas**
11.00 - **Caminhos**
11.30 - **Agarra o 2**
12.30 - **Competir**
13.00 - **Troféu**
18.00 - **Vida Nova** (7º epis.)
19.00 - **Nós 2**
20.00 - **Os Kennedy de Massachusets** (6º epis.)
20.40 - **Palavra Puxa Palavra** (6ª sessão)

21.30 - **Artes e Letras** - «Retrato de Peggy Ashcroft»
22.10 - **Cineclube** - «Conta Comigo», real. Rob Reiner (EUA, 87 min)

Segunda 5

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Canto Alegre**
14.45 - **Primeira Matinée** - «A Dama de Xangai», real. Orson Welles (EUA/1948, 87 min.)
16.25 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **Maravilhas do Mundo Selvagem** (7º epis,)
17.20 - **Brinca Brincando**
18.10 - **Rua Sésamo**
18.50 - **Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Tieta**
21.10 - **Desenhos Animados**
21.20 - **Alf** (7º epis.)
21.50 - **O Preço Certo** (concurso)
23.00 - **O Céu Como Horizonte** (4º epis.)
00.00 - **24 Horas**
00.35 - **Remate**

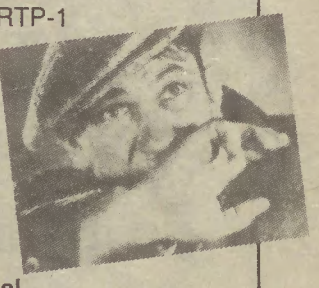
RTP2

12.00 - **Johnny Quest** (7º epis.)
12.25 - **Filhos e Filhas**
12.50 - **Livros Jovens**
13.05 - **Arsénio Hall** (8º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha!**
16.00 - **Maravilhas do Planeta**
16.45 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **Fora de Horas**
18.55 - **Ti-Ti-Ti**
19.35 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
20.00 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
20.50 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Informação Especial**
22.10 - **Teatro Português**

Filmes

«**Abnegação**» - 4ª, 14.25, RTP-1
«**Debaixo do Vulcão**» - 4ª, 21.35, RTP-1
«**As Sandálias do Pescador**» - 5ª, 14.35, RTP-1
«**O Denunciante**» - 5ª, 22.55, RTP-2
«**Alvorada Vermelha**» - 6ª, 14.40, RTP-1
«**O Fio do Suspeito**» - 6ª, 21.25, RTP-1
«**Os Alegres Namorados**» - sáb., 14.00, RTP-2
«**Conan, o Destruidor**» - sáb., 15.45. RTP-1
«**O Polícia do Futuro**» - sáb., 00.25, RTP-1
«**Laura Lansing Passou Por Aqui**» - dom., 15.40, RTP-1
«**Conta Comigo**» - dom., 22.10, RTP-2
«**A Dama de Xangai**» - 2ª, 14.45, RTP-1
«**Tarzan Encontra Um Filho**» - 3ª, 14.30, RTP 1
«**A Vítima do Medo**» - 3ª, 22.00, RTP-2
«**Vida Moderna**» - 4ª, 14.25, RTP-1
«**Café Bagdad**» - 4ª, 21.35, RTP-1

Música



Quinta
19.45, RTP-2: **Via Rápida**
Sexta
19.45, RTP-2: **Via Rápida**
23.10, RTP-2: **Pop-Off**
Sábado
11.55, RTP-2: **Forum Musical**
23.30, RTP-2: **Lou Reed e John Cale**
Domingo
14.30, RTP-1: **Mapa Cor de Rock**
Segunda
19.50, RTP-2: **Via Rápida**
Terça
19.50, RTP-2: **Via Rápida**
Quarta
19.50, RTP-2: **Via Rápida**

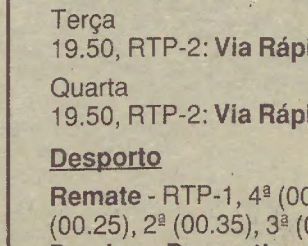
Desporto

Remate - RTP-1, 4ª (00.05), 5ª (24.00), 6ª (2ª (00.25), 2ª (00.35), 3ª (00.25), 4ª (00.05)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Terça 6

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Canto Alegre**
14.30 - **Primeira Matinée** - «Tarzan Encontra um Filho», real. Richard Thorpe (EUA/1939, 90 min)
16.05 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **O Mundo** (8º epis.)
17.20 - **Brinca Brincando**
18.10 - **Rua Sésamo**
18.50 - **A Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.10 - **Tieta**
21.10 - **Desenhos Animados**
21.15 - **Modelo e Detective** (8º epis.)
22.20 - **Primeira Página**
23.20 - **Allô, Allô** (8º epis.)



23.50 - **24 Horas**
00.25 - **Remate**

RTP2

12.00 - **Os Novos Caça-Fantasmas**
12.25 - **Filhos e Filhas**
12.50 - **A Idade da Razão**
13.05 - **A História do Rock And Roll** (8º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha**
16.00 - **Viajando pelo Mundo** (8º epis.)
16.25 - **Os Henderson** (10º epis.)
16.50 - **Recreio do 2**
17.40 - **Eterno Feminino**
18.40 - **A Irmã Kate** (18º epis.)
18.55 - **Ti-Ti-Ti**
19.25 - **Circo**
19.45 - **Via Rápida**
19.55 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
22.00 - **Cinemadois** - «A Vítima do Medo», real. Michael Powell (EUA, 109 min.)
00.00 - **Universidade Aberta**

Quarta 7

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Rua Sésamo**
10.30 - **Ponto de Encontro**
11.45 - **Culinária**
12.05 - **Top Model**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Canto Alegre**
14.30 - **Primeira Matinée** - «Vida Moderna», real. Jacques Tati (França/1967, 123 min)
16.10 - **Ponto Por Ponto**
16.50 - **O Corpo Humano** (7º epis.)
17.20 - **Brinca Brincando**
18.10 - **Rua Sésamo**
18.45 - **Roda da Sorte**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 **Tieta**
21.10 - **Desenhos Animados**
21.20 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.35 - **Lotação Esgotada** - «Café Bagdad», real. Percy Adlon (RFA)
23.30 - **24 Horas**
00.05 - **Remate**

RTP2

12.00 - **Os Centuriões** (27º epis.)
12.25 - **Filhos e Filhas**
12.50 - **Livros Jovens**
13.05 - **Lutar para Vencer** (3º epis.)
14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Agora, Escolha**
15.55 - **Madeira - Cá Entre Nós**
16.50 - **Recreio do 2**
17.30 - **Eterno Feminino**
18.35 - **As Três Damas do Quiosque** (12º epis.)
19.05 - **Ti-Ti-Ti**
19.35 - **Circo**
19.40 - **Via Rápida**
20.00 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
20.45 - **Dick Tracy**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Joaquim Letria**
23.00 - **Xingu** (7º epis.)

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 25. Sáb. e dom. às 15.30 e às 17. **A Menina do Mar**, de Sophia de Mello Breyner, encen. Filipe Crawford.

Chapitô, Costa do Castelo. De 3ª a dom. às 21.30. **O Papá Não Estava Lá**, de Fernando Gomes.

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. *Sala Nova* - **O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. *Sala 1* - **Um Eléctrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª. e 6ª às 21.45, sáb. às 16: **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Clube Estefânia, Rua Alexandre Braga. Todos os dias às 21.45, aos domingos também às 16. **Play Strindberg**, de Friederich Durrenmatt, encen. Júlio Castronuovo, pela Companhia Seiva Trupe (até 11/11).

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virginia Wolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Tela**, de Graça Gonçalves, encen. Silvina Pereira.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Vórtice**, de Noel Coward, encen. Norberto Barroca.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Minetti, Retrato do Artista Quando Velho**, de Thomas Bernhard, encen. Ricardo Pais.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **Os Bichos**, de Miguel Torga, pelo Grupo O Bando.

Para crianças

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. 3ª, 5ª e 6ª às 10, 11.30 e 14; sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no seu Galho**, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encen. Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada.

Cinema
A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Dick Tracy	—	★★★★	★★★	★★
B	Maridos à Água	★★★	★★★	—	★★★
C	Non ou a Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	—
D	Quanto Mais Melhor	—	★★★	—	★★★
E	48 Horas – Parte II	—	★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Warren Beatty – **Amoreiras/5** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); – **Lisboa.**
B — Real. Peter Greenaway – **Quarteto/1** (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24.00); **Lisboa.**
C — Real. Manoel de Oliveira — **Forum Picoas/1** (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22) **King Triplex/1** (14.15, 16.30, 19.15, 21.45); **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.30, 21.45); – **Lisboa.**
D — Real. Spike Lee — **Alfa/5, Amoreiras/4** (14, 16.30, 19, 21.30, 24); **Lisboa.**
E — Real. Walter Hill — **Amoreiras/8** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15); – **Lisboa.**

...e ainda
Música, debates, etc.

Música: muita!

Numa coluna de astrologia dir-se-ia que estamos perante uma rara e feliz conjunção dos astros... De facto, nestes dias Lisboa enche-se de música como só costuma acontecer nas (outras) capitais, com grandes intérpretes e agrupamentos e uma apreciável diversidade de géneros.

Eis os destaques:

Hoje mesmo, o anunciado concerto da cantora de jazz **Betty Carter** - na Aula Magna, às 21.30, com uma primeira parte preenchida com o **Sexteto ProJazz** dirigido por Pedro Moreira.

Jazz, aliás, há muito mais, com o **Lisboa em Jazz 90** a decorrer já no Teatro S. Luiz:

- hoje, quarta-feira, às 15.30, para os alunos do Secundário: octeto **Lisboa Jazz-band;**

- amanhã às 21.45: **Jean Sarbib** com **Vitor Rua** e **Jorge Lima Barreto; Quinteto de António Ferro;**

- sexta-feira à mesma hora: **Moreiras Jazztet** e o quarteto **Cal Viva;**

- no dia 6 (terça-feira), também às 21.45: **Quinteto de António Pinho Vargas.**

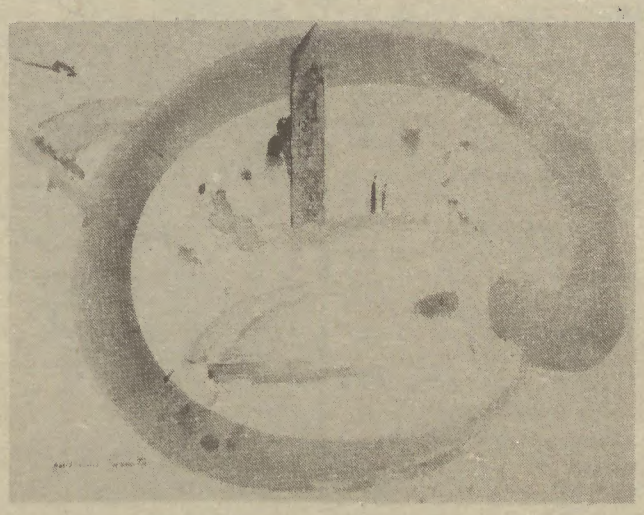
Jazz, ainda, a abrir os **Festivais de Lisboa 1990** - o festival de Outono da Câmara Municipal de Lisboa. Concerto inaugural é o do pianista **Chick Corea,** a solo no palco do S. Luiz no dia 3 (sábado) às 21.30. No dia seguinte, Chick Corea volta mas com a sua **Elektric Band** (na mesma sala, também às 21.30).

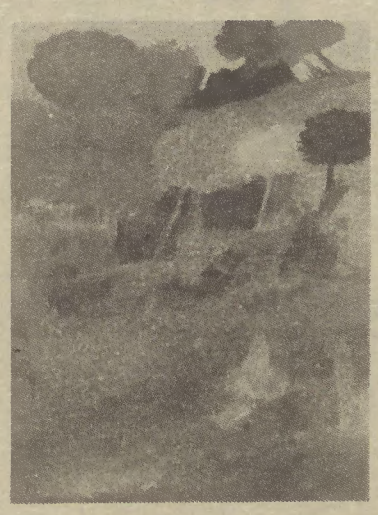
Outros (previsivelmente grandes) concertos a destacar:

- o da **Wiener Symphoniker**, da série «Grandes Orquestras Mundiais» que a Gulbenkian programou para este ano. Sob a direcção do maestro **George Prête**, com a Sinfonia nº 4 e Quatro Danças Húngaras de **Brahms** e a suite «Pássaro de Fogo» de **Stravinsky**, no **Coliseu dos Recreios,** no sábado às 21.30. Bilhetes: de 2.000$00 a 1ª plateia a 850$00 a geral;

- os concertos do jovem violinista **Joshua Bell** com a **Orquestra Gulbenkian**, integralmente preenchidos com obras de **Sibelius** (o poema sinfónico «Finlândia», Sinfonia nº 5, Concerto para violino e orquestra): amanhã, dia 1, às 21.30 e na sexta-feira às 18.30, no Grande Auditório da Gulbenkian.

No **Porto** também sopra um ventinho favorável: os jovens têm hoje a oportunidade última de cantar em coro «mingus e samurais» com o próprio **Rui Veloso** na voz solo e na batuta. À noite, no Coliseu. E na sexta-feira, na mesma sala, realiza-se o primeiro concerto em Portugal da **Chick Corea Elektric Band.**





Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo
na Galeria L190

Exposições

LISBOA

Alfredo Luz - «Sons da Terra», pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40 (até 10/11)

Alice Vinhas - Desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/11)

André Gomes - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20; sáb. das 16 às 20 (até 17/11)

Aníbal Sequeira - «A Substância e a Forma», retrospectiva de fotografia. Mãe de Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10. De 3ª a 6ª das 14 às 19, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 15 às 20 (até 31/10)

António Sena - «Obras sobre papel» (retrospectiva). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 11/11)

Carlos Moura - Aguarelas. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 10/11)

Clementina Duarte - «25 Anos de Jóia Brasileira». Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Betttencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 4/11)

Costa e Silva - Desenho e pintura. Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 3/11)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - Biblio-iconográfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Espiga Pinto - Pintura. Galeria Holly, Lg. da Trindade, 17. De 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; 2ª das 15 às 19.30 (até 17/11)

Francisco Laranjo - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19

Gabriela Albergaria - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/11)

Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v, Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/11)

Guima - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41 (até 5/11)

Jorge Freire - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (até 10/11)

Kiki Lima - Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. da Igreja, 46-A (até 9/11)

Manuel Oliveira - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século (até 17/11)

Maria Garnel - Pintura. Galeria de Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2º (até fim de Outubro)

Marília Viegas - Desenho e gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 13/11)

Menez - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 30/11)

Michelangelo Pistoletto - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. (até 24/11)

Nelson Dias - Pintura. Gal. Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 10/11)

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20

O Objecto - Aspectos do Artesanato e do Design Italiano. Sala do Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos (até fim de Outubro)

Pedro Casqueiro - Pintura recente. Módulo, Calçada dos Mestres, 348. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 4/11)

Pedro Proença - Desenho. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20

Portugal-Brasil: A Era das Descobertas Atlânticas - Documental e bibliográfica, constituída por dezenas de peças recolhidas em 11 países. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 4/11)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Van Gogh: no centenário da sua morte - Bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna

Vítor Fortes - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20 (até 10/11)

PORTO

Alberto Péssimo - Pintura; **Eva de Brito e Cunha** - Aguarelas e máscaras. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30; sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30; dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/11)

Espiga Pinto - Pintura e escultura. Galeria Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777, lj 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 7/11)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

Manuel Casimiro - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 30/11)

OUTRAS LOCALIDADES

25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA

Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

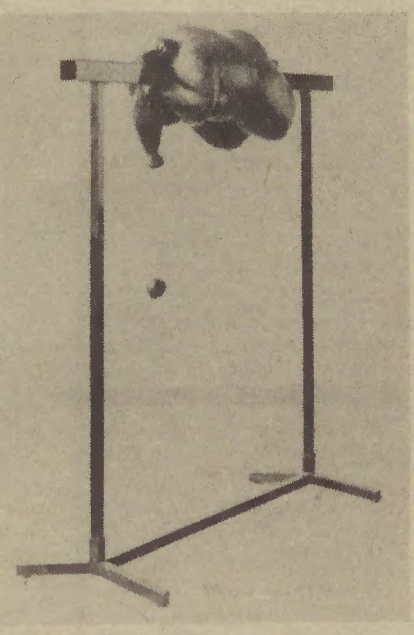
Luís Azevedo - Fotografia (Património Industrial - da pré-industrialização à industrialização do concelho do Seixal). Até 11/11, Moinho da Maré, CORROIOS

11º Salão de Outono. Galeria do Casino Estoril. Todos os dias, das 15 às 24 (até 11/11)

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

Surrealismo e Não Só - Colectiva (obras de Cesariny, Cruzeiro Seixas, Fernando Azevedo, Vespeira, João Vieira, Rui Filipe). Galeria Neupergama, Rua Miguel Bombarda, 15 (até 4/11), TORRES NOVAS

António Sena *agora na Gulbenkian com «obras sobre papel»*



Novas esculturas de João Duarte *em exposição a partir de sábado no Museu Municipal de Loures*

Jovens fazem Festa

De 6 a 26 de Novembro decorre no distrito de **Leiria** o 4º Festival da Juventude «Viva a Festa!», que este ano é dedicado à solidariedade.

Iniciativa integrada no aniversário da JCP, o seu programa inclui exposição e venda de materiais da URSS, Palestina, Nicarágua e África do Sul, actividades desportivas, concertos e abertura de um espaço jovem na Marinha Grande.

Banca de Natal

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP vela pela boa programação e «atempada» concretização dos gastos de Natal dos camaradas e amigos daquela zona: na sexta-feira, dia 2 de Novembro, inaugura com um Porto de Honra a sua **Banca de Natal**, evidentemente integrada na Campanha dos 150 Mil Contos para a compra da Quinta da Atalaia, e promete que ali vai ser possível encontar uma grande variedade de artigos: desde mobílias a porcelana e ao artesanato de quase todo o País, e ainda da URSS e da China.

Férias em Cuba

A Associação de Amizade Portugal-Cuba continua a promover a venda de participações num sorteio, a realizar no dia 30 de Novembro, de uma **viagem a Cuba** para duas pessoas durante uma semana do próximo mês de Dezembro.

As rifas (de 250$00) podem ser adquiridas junto da sede da Associação, Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq., em Lisboa, com o telefone 657305.

Tempo
Fim de Semana

Quinta-feira — céu geralmente pouco nublado, vento fraco ou moderado de Noroeste, aguaceiros de manhã e pequena descida de temperatura. Sexta-feira — neblina ou nevoeiro matinal, pequena subida de temperatura. Sábado e domingo — céu muito nublado, vento fraco a moderado de Oeste e períodos de chuva.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Alunos de Marcelo

Os critérios jornalísticos são, como se sabe, as desculpas com que, na RTP, se escondem... os critérios políticos. Ou, para sermos mais precisos, os critérios partidários. Uma televisão tão telecomandada, não será tele a mais?

A discussão aprofundada dos problemas ecológicos não dá matéria jornalística com interesse? No entanto, houve uma iniciativa a nível nacional - e a RTP não quis saber...

E os problemas das mulheres, no mundo e no país onde vivemos, não têm interesse para o jornalista? No entanto, houve aquela reunião a nível nacional e a RTP esteve-se marimbando...

E a independência nacional? É questão minhoca? Pelos modos, para a RTP é, pois nem sequer pôs os pés na importante iniciativa que reuniu, em Almada, centenas de personalidades das mais variadas áreas (desde a sociologia ao desporto...) vindas de todo o país...

A que se deve esta acintosa ausência? Por que razão a RTP ignorou aquelas iniciativas (para mencionar as mais recentes)? Por uma só: porque se tratava de iniciativas do PCP...

Há dias, para «comemorar» a morte de Marcelo Caetano deu a televisão imagens da sua «conversa em família» logo a seguir ao 16 de Março de 1974.

Aí, Marcelo desmentia os boatos de desintegração do sistema, dizendo que eles se destinavam «a alimentar a guerrilha comunista...»

A actual RTP esconde as iniciativas do PCP para fazer crer ao País que este partido não existe, que não faz nada, que não tem vitalidade.

Marcelo Caetano deixou bons alunos...

Que operação vem aí?

A realidade é tão forte, tão premente, que o próprio **Telejornal** não lhe pode fechar os olhos.

A situação dos reformados, por exemplo.

Foi uma peça dolorosa, aquela. Reformados contavam um pouco da sua vida. As reformas baixíssimas - e tudo o mais tão caro: a água, a luz, os remédios, a renda da casa.

Diálogos assim:

Repórter - **Em que dia recebe a sua reforma?**

Reformado - **No dia 27**

Repórter - **Até lá, o que é que vai comer?**

Reformado - **Há-de ser o que Deus quiser...**

A peça, de tão gravosa, faz-me suspeitar. Quando lhe dão galinha, o pobre desconfia. A televisão estará a preparar terreno para mais uma operação demagógica.

Hão-de ver se não...

De esguelha...

A marginalização do PCP verifica-se noutros aspectos.

Por exemplo: as discussões sobre questões mais de momento são travadas sistematicamente entre elementos do PSD e do PS. No **Telejornal**, no **Jornal das Nove**, nas recém-criadas controvérsias encontram-se frente a frente uma personalidade do PS e outra do PSD!

As mais das vezes, o frente-a-frente nem é assim tão real. Não estão em frente um do outro - estão, vamos lá, estão de esguelha...

Que se pretende com isto?

Simplesmente, criar um reflexo de confrontação, de bipolarização: de um lado, o PSD, do outro, o PS. Tudo o mais, não existe...

São uns pontos.

A prova real... da realidade

Quando, por acaso, acontece haver um encontro entre o PSD e o PCP, então, sim, então se vê onde se encontra a verdadeira bipolarização...

Como aconteceu no frente-a-frente entre Nascimento Rodrigues, do PSD, e Domingos Abrantes.

O primeiro entrou por um verdadeiro estendal de lugares-comuns, numa exibição de cassete em que, após Cavaco, se tornaram mestres. Mas Domingos Abrantes não perdeu tempo a demonstrar como o acordo da Concertação contém pressupostos perversos. Infelizmente, o entrevistador, especialista em cortar as jogadas de ataque, impediu que o ataque de Domingos Abrantes atingisse o máximo de amplitude.

O mais interessante da questão é que o representante comunista teve por si testemunhas - e os testemunhos da própria realidade.

De facto, confirmando o logro do aumento dos salários acima dos valores da inflação, apontado por Domingos Abrantes, também na mesma emissão Vítor Constâncio diria: «As perspectivas para a inflação não são boas para o próximo ano...»

Quanto à insuficiência dos valores atribuídos às reformas e pensões, **Jornal de Sábado** transmitiria logo a seguir outra extensa reportagem sobre a vida miserável de quase dois milhões de reformados e pensionistas. Assim, a realidade veio confirmar as palavras e os números de Domingos Abrantes.

Dez minutos: demasiado pouco para assunto tão grave. Por que não se atreve a RTP a dedicar-lhe uma **Primeira Página**?

Quem tem ouvidos...

Jornal de Domingo entrevistou o engenheiro António Abreu, mandatário Nacional da candidatura de Carlos Carvalhas.

A entrevista foi rica em matéria de reflexão e de pistas - e não apenas para entender a posição do PCP, mas a situação geral do país.

Para António Abreu, o Presidente da República tem de ser mais actuante, deve assumir a erradicação da pobreza em Portugal.

Por outro lado, as eleições presidenciais «devem criar condições para uma alternativa democrática nas eleições legislativas.»

Denunciou a perversão de certos «consensos». «Se queremos denunciar as injustiças sociais - disse - não podemos ilibar os responsáveis por elas»...

Como se diz nos Evangelhos, «quem tem ouvidos, que ouça...»

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Páginas interiores

Saem das primeiras páginas dos jornais, mas são o espelho do quotidiano que vamos vivendo. São notícias de casos que parecem esquecidos, tal é a sua aparente vulgaridade.

Duas escolas

«Curiosamente, verifica-se um contraste flagrante entre estes dois estabelecimentos de ensino. A Secundária de Rio de Mouro, construída há cerca de cinco anos, é o exemplo agradável de como se pode manter conservada uma escola, emprestando-lhe sempre uma face limpa como se tivesse sido acabada de construir, ajardinados bonitos e um aspecto geral de higiene e tranquilidade.

Em contrapartida, a C+S de Queluz, situada na Serra do Pego Longo, ao abrigo do chamado Plano de Emergência é, segundo a óptica de um responsável camarário, a pior escola do concelho de Sintra, onde a degradação já não se consegue ocultar.

As fortes chuvadas que têm flagelado o País puseram a descoberto problemas cuja solução não se mostra muito pacífica. Segundo o vereador do pelouro da Educação da Câmara Municipal de Sintra, Joaquim Loureiro, a situação da Secundária de Rio de Mouro arrasta-se há já algum tempo, a começar pela localização, que não foi a melhor aquando da indicação do terreno fornecida ao Ministério da Educação.

O estabelecimento tem vindo a funcionar com problemas de acesso, problemas esses que o Município tem procurado resolver, na medida das possibilidades. Para o vereador do Município de Sintra, o que está mal é o facto de os construtores, com a pressa de venderem os imóveis, começarem a erguer os prédios sem que primeiro estejam em ordem todas as infra-estruturas necessárias a um empreendimento como é o caso de um complexo habitacional. É o que está a acontecer neste caso. (...)

A água das chuvas desce até à entrada das escolas, forma um lago e os alunos, para chegarem às aulas, têm de atravessar um campo de futebol enlameado ou arriscando-se a fazer o percurso com a água pelos joelhos.

Na segunda-feira, a situação complicou-se ainda mais e, cerca das 10 horas, a Câmara de Sintra teve de enviar dois autocarros para transportar os alunos até à estação de caminho-de-ferro. Durante dois dias, o estabelecimento esteve encerrado, e o município, sobrepondo-se ao urbanizador, teve de tomar algumas medidas, como abrir uma vala que canalizasse a água das chuvas para uma «caixa de visita», evitando-se assim a formação de novas toalhas líquidas que impedissem o acesso aos estabelecimentos de ensino. Mas isto não passa de um remédio. (...)

A escola C+S da Serra do Pego Longo, em Queluz, foi fruto de uma situação de recurso. "Nasceu", em pavilhões pré-fabricados, num local também ele de recurso. Com o correr dos anos, degradou-se, os pavilhões têm infiltrações de água e, enquanto isto vai acontecendo, nas imediações foram surgindo construções habitacionais, uma das quais de carácter social, a cooperativa "O Nosso Lar".

As chuvas recentes caíam no interior dos pavilhões, mas, com sacrifício, professores e alunos iam suportando a situação. Só que, na madrugada do último sábado, um dos pavilhões de balneários e refeitório ardeu quase completamente.»

(«Diário de Notícias», 25 de Outubro)

Monumento nacional

«Classificada monumento nacional desde 16 de Junho de 1910, a igreja de Vila dos Frades, na freguesia de Areias de Vilar, em Barcelos, está a viver momentos de agonia tal é o estado de degradação em que se encontra.

Os rombos nos telhados atingem, em alguns sítios, quase um metro de diâmetro, a humidade provocada pelas chuvas é visível por todos os lados deixando as suas marcas no interior do templo e as abóbadas das capelas laterais ameaçam ruir.

"Isto era um cenário ideal para um filme de terror", desabafa Manuel Morgado, da Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar (ACRAV), enquanto mostra as partes mais deterioradas do edifício.

Foi a própria ACRAV que, recentemente, denunciou o estado de degradação da igreja, considerando que, com a chegada das primeiras chuvas de Outono, "o que no ano passado era mau agora é péssimo".

No interior do templo são visíveis as fendas e o aparecimento de musgo devido à humidade e, em alguns sítios, chove como na rua. As pinturas das paredes já mal se percebem e a talha dourada está a apodrecer de dia para dia. No exterior da igreja, as heras e as silvas continuam a subir pelas paredes, com tal força que chegam a levantar algumas telhas e a provocar o apodrecimento das madeiras. A juntar a tudo isto, está o facto de uma alegada acção de restauração do templo na década de 40 ter sido pretexto para actos de vandalismo. (...)»

(«Diário de Notícias», 27 de Outubro)

Nas ruas de Boston

«Cerca das nove da noite, Charles Stuart contactou a Polícia pelo telefone do seu automóvel dizendo que ele e a mulher tinham sido feridos a tiro por um assaltante e não sabiam onde estavam.

O operador de serviço pediu-lhe que mantivesse o telefone ligado e abrisse a janela do carro. Ouvindo através do telefone o aumentar ou diminuir do som das sirenes dos carros-patrulha, a Polícia conseguiu localizar o carro no Mission Hill, o bairro negro de Boston.

Atingida com um tiro na nuca, Carol Stuart, de 30 anos, advogada de uma editora, faleceu horas mais tarde no hospital. Estava grávida de sete meses e ainda deu à luz, por cesariana, um menino que sobreviveu apenas 17 dias.

Charles, de 29 anos, gerente de um estabelecimento de peles, fora ferido com um tiro no estômago. A caminho do hospital, contou à Polícia que tinham ido à consulta ao Hospital das Mulheres e um negro armado assaltara-os quando entravam no carro, obrigando-os a seguir para aquele local. Forçara Carol a entregar-lhe as jóias e abrira depois fogo, tomando Charles por um polícia pelo facto de ter telefone no carro.

Não obstante Boston ser uma cidade cada vez mais violenta, onde já foram assassinadas 120 pessoas este ano, a frieza do criminoso disparando sobre a mulher grávida impressionou a opinião pública. Centenas de pessoas, entre as quais o governador do Estado e o presidente da Câmara, assistiram ao funeral, durante o qual foi lida uma lancinante mensagem de Charles Stuart despedindo-se da esposa.

Charles recuperou após mês e meio no hospital. Recebeu 80 mil dólares de seguro de vida da mulher e comprou carro novo.

Entretanto, a Polícia, que lançara uma gigantesca caça ao homem, batendo a todas as portas do Mission Hill e detendo todos os negros suspeitos, anunciou a detenção do presumível criminoso, denunciado por duas testemunhas.

Tratava-se de William Bennett, cadastrado preso por assalto à mão armada a um estabelecimento. Dois anos antes assaltara um motorista de táxi em circunstâncias idênticas ao casal Stuart e, além disso, disparara já sobre um polícia.

Charles Stuart identificou Bennett como sendo o assaltante e foi aparentemente o que o deitou a perder. Na realidade estava inocente e um dos que sabiam diso era Mathew Stuart, irmão mais novo de Charles.

Movido pelo remorso de ver um inocente incriminado, dirigiu-se à Polícia no dia 3 de Janeiro e confessou que, na noite do crime, o irmão lhe pedira para ir no seu automóvel encontrar-se com ele no Mission Hill e entregara-lhe a carteira da mulher contendo as jóias alegadamente roubadas e uma pistola, pedindo para as fazer desaparecer.

Mathew lançou a carteira a um rio. Contudo, por sentimentalismo, conservou o anel de noivado da cunhada. Perante essa evidência, a Polícia não teve dúvidas e Charles Stuart começou imediatamente a ser procurado, pois desaparecera ao ser informado por outros familiares da denúncia do irmão.

Foi reforçada a vigilância no aeroporto, mas Stuart não chegou a deixar a cidade, avistou-se com o seu advogado, John T. Dawley, pernoitou num hotel e, na manhã seguinte, estacionou o carro numa ponte e lançou-se à baía de Boston.

No automóvel deixou uma pequena nota escrita em papel timbrado do hotel e na qual se limitava a dizer que não aguentava "mais a pressão".

(«Diário de Notícias», 26 de Outubro)

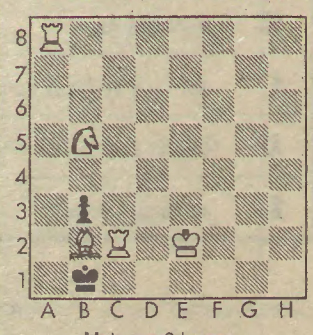
Xadrez

CCLXXVI – 1 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 276/A

Por: ARTHUR CHARLICK
«Austral Chess Ann.», 1896

Pr.: [2]: Pb3-Rb1
Br.: [5]: Cb5-Bb2-Ts.a8,ç2-Ré2



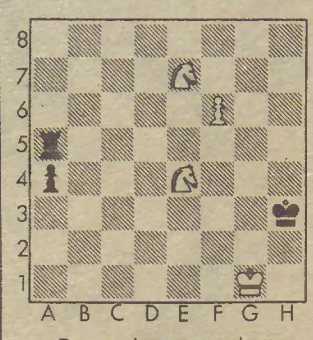
Mate em 2 lances

a): Diagrama
b): Sem Pb3

PROPOSIÇÃO N.º 276/B

Por: ARTHUR HAVASI
«Chess Amateur», 1923

Pr.: [3]: Pa4-Ta5-Rh3
Pr.: [4]: Pf6-Cs.é4,é7-Rg1



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXVI

N.º 276/A (A. Ch.): *a*) **1.** Ta2! e **2.** Ca3/Cç3++. *b*) **1.** Tb8! e **2.** Ca3/Cç3++

N.º 276/B (A.H.): 1. f7, Ta8; **2.** Cf5, Rg4; **3.** Cf6+, Rh3; **4.** cé8! e g.

A. de M. M.

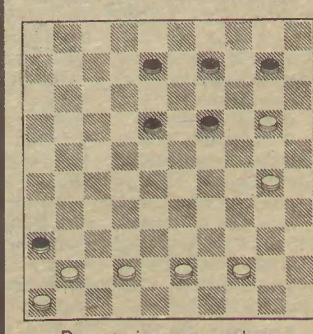
Damas

CCLXXVI – 1 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 276

Por: FERRIOL
In TRÉSOR DES MINIATURISTES FRANÇAIS, 277/1979

Pr.: [6]: 8-9-10-18-19-36
Br.: [7]: 20-30-41-42-43-44-46

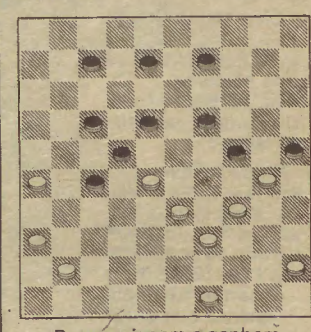


Brancas jogam e ganham

GOLPE N.º 276

Por: MAURICE NICOLAS
1.º Prémio «L'Indépendant» de Perpignan (Concurso Internacional), 1952

Pr.: [10]: 7-8-9-17-18-19-22-24-25-27
Br.: [10]: 26-28-30-33-34-36-39-41-45-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXVI

N.º 276 (F.): 1. 42-38 (36x47=D); **2.** 46-41 (47x49!); **3.** 20-14 (49x46); **4.** 14x5=D!+

GOLPE N.º 276 (M.N.): 1. 36-31! (27x47=D); **2.** 26-21! (47x40); **3.** 21x1=D (22x44); **4.** 45x34 (24x35); **5.** 49x40 (35x44); **6.** 34-30 (25-34); **7.** 1x49+

Se: 3. ... (25x43); **4.** 45x34 (22x33); **5.** 49x20!+

A. de M. M.